



MPF

Prova Comentada

APRESENTAÇÃO

Olá, pessoal, tudo certo?!

Em 29/06/2025, foi aplicada a prova objetiva do concurso público para o **Ministério Público Federal**. Assim que divulgados o caderno de provas e o gabarito preliminar oficial, nosso time de professores analisou cada uma das questões que agora serão apresentadas em nossa **PROVA COMENTADA**.

Este material visa a auxiliá-los na aferição das notas, elaboração de eventuais recursos, verificação das chances de avanço para fase discursiva, bem como na revisão do conteúdo cobrado no certame.

Desde já, destacamos que nosso time de professores identificou 2 questões passíveis de recurso e/ou que deve ser anulada, por apresentar duas alternativas corretas, como veremos adiante. No tipo de prova comentado, trata-se das questões 14 e 32.

De modo complementar, elaboramos também o Ranking do **MPF** em que nossos alunos e seguidores poderão inserir suas respostas à prova, e, ao final, aferir sua nota, de acordo com o gabarito elaborado por nossos professores. Através do ranking, também poderemos estimar a nota de corte da 1ª fase. Essa ferramenta é gratuita e, para participar, basta clicar no link abaixo:

<https://cj.estrategia.com/rankings/2858d952-dee7-448b-8cbf-58b822cf563d/>

Além disso, montamos um caderno para nossos seguidores, alunos ou não, verem os comentários e comentar as questões da prova:

<https://cj.estrategia.com/cadernos-e-simulados/cadernos/ac1c5769-5ccc-4cd0-b568-a90ebbf5d78/>

Por fim, comentaremos a prova, as questões mais polêmicas, as possibilidades de recurso, bem como a estimativa da nota de corte no **TERMÔMETRO PÓS-PROVA**, no nosso canal do Youtube. Inscreva-se e ative as notificações!



Estratégia Carreira Jurídica - YouTube

Esperamos que gostem do material e de todos os novos projetos que preparamos para que avancem rumo à aprovação.

Contem sempre conosco.

Yasmin Ushara,

Coordenação de Rodadas do Estratégia Carreiras Jurídicas.

PROVA COMENTADA – MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

QUESTÃO 01. Assinale a opção correta:

- a) Medida provisória pode estabelecer novo tipo penal em caso de urgência e relevância pública.
- b) No caso de aumento, por medida provisória, de imposto submetido ao princípio da anterioridade, o marco inicial para a incidência da limitação que o princípio impõe há de ser o momento em que a norma passa a integrar o ordenamento jurídico em caráter definitivo com a conversão da medida provisória em lei.
- c) O Presidente da República pode vetar o projeto de lei, mesmo que já o tenha sancionado, desde que o arrependimento se dê dentro do prazo constitucional de que dispõe para a sanção ou veto.
- d) O veto do Presidente da República a projeto de lei pode ser rejeitado pelo Congresso Nacional, desde que por maioria absoluta, considerada para a apuração desse quórum a soma do número de Deputados e Senadores que compõem o Poder Legislativo da União.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema medida provisória.

A alternativa A está incorreta. O artigo 62, § 1º, alínea "b" da Constituição Federal estabelece que é vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria relativa a direito penal;

A alternativa B está correta. Conforme decidido na ADI 7375 - TO, que fixou a tese de que: "O aumento da alíquota de ICMS, por meio de medida provisória, só produzirá efeitos no exercício financeiro seguinte ao da conversão em lei.";

A alternativa C está incorreta. Dispõe a Constituição no Art. 66 § 1º: "Se o Presidente da República considerar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, no prazo de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente do Senado Federal os motivos do veto. No julgamento da ADI 714/DF o STF decidiu que "Não se admite "novo veto" em lei já promulgada e publicada. Manifestada a aquiescência do Poder Executivo com projeto de lei, pela aposição de sanção, evidencia-se a ocorrência de preclusão entre as etapas do processo legislativo, sendo incabível eventual retratação.";

A alternativa D está incorreta. O veto será apreciado em sessão conjunta, dentro de trinta dias a contar de seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Deputados e Senadores (257 votos de deputados e 41 votos de senadores). Esgotado sem deliberação o prazo mencionado, o veto será colocado na ordem do dia da sessão imediata, sobrestadas as demais proposições, até sua votação final.

QUESTÃO 02. Analise as assertivas abaixo:

I- Constituição estadual pode prever iniciativa popular para o processo de reforma do seu próprio texto.

II-A suspensão dos direitos políticos prevista no artigo 15, III, da Constituição Federal, em razão de condenação criminal transitada em julgado, não impede a nomeação e posse de candidato aprovado em concurso público, desde que não incompatível com a infração penal praticada.

III - É compatível com a Constituição a exigência de inscrição na Ordem dos Músicos do Brasil, bem como de pagamento de anuidade, para o exercício da profissão.

Assinale a opção correta:

- a) Apenas as assertivas I e II estão certas.
- b) Todas as assertivas estão certas.
- c) Apenas as assertivas I e III estão certas.
- d) Apenas as assertivas II e III estão certas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema direitos fundamentais.

Primeiramente vamos analisar item a item.

O item I está correto. Conforme decidido na ADI 825: "É constitucional a previsão de iniciativa popular para emendas à Constituição estadual. O tribunal entendeu que a autonomia dos estados para se auto-organizarem, incluindo a previsão de mecanismos de participação popular, é compatível com a Constituição Federal. A decisão reconheceu a importância da democracia participativa e a possibilidade de os estados ampliarem direitos e mecanismos de participação popular em relação ao que está previsto na Constituição Federal.";

O item II está correto. A tese de repercussão fixada para o tema 1190 é a seguinte: “A suspensão dos direitos políticos prevista no artigo 15 inciso III da Constituição Federal (condenação criminal transitada em julgado enquanto durarem seus efeitos), não impede a nomeação e posse de candidato aprovado em concurso público, desde que não incompatível com a infração penal praticada, em respeito aos princípios da dignidade da pessoa humana e do valor social do trabalho (Constituição Federal, artigo 1º, incisos III e IV) e do dever do Estado em proporcionar as condições necessárias para harmônica integração social do condenado, objetivo principal da execução penal, nos termos do artigo 1º da Lei de Execuções Penais (Lei nº 7.210/84). O início do efetivo exercício do cargo ficará condicionado ao regime da pena ou à decisão judicial do Juízo de Execuções, que analisará a compatibilidade de horários”;

O item III está incorreto. No julgamento do RE 795467 o STF decidiu que “É incompatível com a Constituição a exigência de inscrição na Ordem dos Músicos do Brasil, bem como de pagamento de anuidade, para o exercício da profissão.

Dito isso, analisemos as alternativas:

A alternativa A é a correta, pois aponta os itens I e II como certos. As demais alternativas estão incorretas.

QUESTÃO 03. Analise as assertivas abaixo:

I- O reconhecimento da propriedade das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades quilombolas compreende o reconhecimento da identidade distintiva de grupo étnico-cultural, bem como a medição e demarcação das terras.

II - Os direitos dos indígenas relacionados às suas terras são imprescritíveis e estas são inalienáveis e indisponíveis.

III - É constitucionalmente legítima a adoção da autoatribuição como critério de determinação da identidade quilombola.

IV - O Ministério Público Federal não tem atribuição para atuar judicial e extrajudicialmente nos casos envolvendo direitos e implementação de políticas públicas para comunidades remanescentes de quilombos e demais populações tradicionais.

Assinale a opção correta:

a) Apenas os itens I e II estão certos.

b) Apenas os itens I, II e III estão certos.

c) Apenas os itens I e IV estão certos.

d) Apenas os itens I e V estão certos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A questão trata sobre terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades quilombolas.

Vamos analisar cada item e verificar o gabarito.

O item I está certo. Conforme o Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal de 1988 garante aos remanescentes das comunidades dos quilombos a propriedade definitiva de suas terras, e o Estado deve emitir os títulos. Ainda, nesse sentido, o Supremo Tribunal Federal (STF), ao julgar a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 3239, reafirmou a constitucionalidade do Decreto 4.887/2003 e a importância da identidade cultural para o reconhecimento

O item II está certo. O Art. 231, § 4º, da Constituição Federal de 1988 é explícito ao afirmar que "As terras de que trata este artigo são inalienáveis, indisponíveis e os direitos sobre elas, imprescritíveis." O Tema 1031 da Repercussão Geral do STF, embora trate da posse de terras tradicionalmente ocupadas, reforça a proteção constitucional desses direitos.

O item III está certo. A auto atribuição é o critério fundamental e primário para a identificação das comunidades quilombolas, conforme o Art. 2º do Decreto nº 4.887/2003. Este critério foi questionado na ADI 3239, mas o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu sua constitucionalidade e legitimidade, reafirmando que a própria comunidade se define como quilombola com base em sua ancestralidade, historicidade e laços de pertencimento.

O item IV está errado. A atuação do MPF é fundamental tanto na esfera judicial (ajuizamento de ações, participação em processos) quanto na extrajudicial (celebração de Termos de Ajustamento de Conduta - TAC, expedição de recomendações, inquéritos civis públicos). O Enunciado 43 da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, por exemplo, reitera a atribuição do MPF em relação aos povos e comunidades tradicionais.

QUESTÃO 04. Analise as assertivas a seguir:

I- É inconstitucional, por violação à competência legislativa privativa da União, lei estadual que concede porte de armas a Procuradores do Estado.

II É competência da União a edição de normas que garantam uma base curricular única e nacional para a educação infantil e os ensinos fundamental e médio, podendo os estados atuar de forma concorrente desde que suas normas não afetem o que está estabelecido em lei federal.

III - Não existe direito público subjetivo do aluno ou de sua família ao ensino domiciliar, não previsto na legislação brasileira.

Assinale a opção correta:

a) Apenas as assertivas II e III estão certas.

b) Todas as assertivas estão certas.

c) Apenas as assertivas I e II estão certas.

d) Apenas as assertivas I e III estão certas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema normas constitucionais.

Primeiramente, analisemos item a item.

O item I está correto. No julgamento da ADPF 884 o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) invalidou normas dos Estados do Rio de Janeiro e do Ceará que autorizavam porte de arma aos procuradores estaduais. Na sessão virtual encerrada em 8/3, o colegiado julgou procedente o pedido formulado pelo procurador-geral da República, Augusto Aras, respectivamente, na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 884 e na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6978. Em ambos os casos, a decisão foi tomada por unanimidade, nos termos do voto da relatora, ministra Cármen Lúcia. A competência privativa para legislar sobre o tema é da União e, nesse sentido, foi editado o Estatuto de Desarmamento (Lei 10.826/2003), norma de caráter nacional que dispõe sobre direito de porte de arma aos agentes públicos. De acordo com a ministra, o artigo 6º do estatuto lista as categorias excepcionadas da regra geral que proíbe o porte de armas em todo o território nacional, e, entre elas, não estão os procuradores dos estados;

O item II está correto. A Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6925, julgada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), questionou decreto do governo de Santa Catarina que proibia o uso de linguagem neutra em escolas e órgãos públicos. O STF invalidou o decreto, considerando-o inconstitucional por usurpar a competência da União para legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional;

O item III está correto. No julgamento do RE 888815 / RS o STF decidiu que: “O ensino domiciliar não é um direito público subjetivo do aluno ou de sua família, porém não é vedada constitucionalmente sua criação por meio de lei federal, editada pelo Congresso Nacional, na modalidade “utilitarista” ou “por conveniência circunstancial”, desde que se cumpra a

obrigatoriedade, de 4 a 17 anos, e se respeite o dever solidário Família/Estado, o núcleo básico de matérias acadêmicas, a supervisão, avaliação e fiscalização pelo Poder Público; bem como as demais previsões impostas diretamente pelo texto constitucional, inclusive no tocante às finalidades e objetivos do ensino; em especial, evitar a evasão escolar e garantir a socialização do indivíduo, por meio de ampla convivência familiar e comunitária (CF, art. 227).”.

Dito isso, analisemos as alternativas.

Todos os itens estão certos, portanto, a alternativa B está correta. As demais alternativas estão incorretas.

QUESTÃO 05. Assinale a alternativa incorreta:

- a) O Ministério Público possui legitimidade para propor a cobrança de multa decorrente de sentença penal condenatória transitada em julgado, com a possibilidade subsidiária de cobrança pela Fazenda Pública, no caso de inércia.
- b) O Ministério Público é parte legítima para ajuizar ação civil pública que vise a pleitear tratamento médico ou entrega de medicamentos nas demandas de saúde propostas contra entes federativos, ainda que se trate de feitos contendo beneficiários individualizados.
- c) O Ministério Público tem legitimidade para, na qualidade de substituto processual, de uma coletividade indeterminada, ajuizar ação civil pública com o objetivo de anular ato administrativo de aposentadoria que importe em lesão ao patrimônio público.
- d) É implícita a competência do Advogado-Geral da União, concorrente com a competência explícita do Procurador-Geral da República, para propor representação para intervenção federal em Estado- membro ou no Distrito Federal, a fim de prover a execução de lei federal.

Comentários

O comando da questão solicita que seja apontada a alternativa incorreta. A alternativa certa é a **letra D**. A questão trata do tema Ministério Público;

A alternativa A está correta. A proposição é verdadeira, conforme decidido pelo STF no julgamento da ADI 3150/DF: “ O MP é quem deve executar a pena de multa e, apenas se ficar inerte por mais de 90 dias, essa legitimidade é transferida para a Fazenda Pública”. a Súmula 521-STJ fica superada e deverá ser cancelada;

A alternativa B está correta. A afirmativa é verdadeira, conforme decidiu o STJ no julgamento do REsp 1682836-SP: “O Ministério Público é parte legítima para pleitear tratamento médico ou entrega de medicamentos nas demandas de saúde propostas contra os entes federativos, mesmo

quando se tratar de feitos contendo beneficiários individualizados, porque se refere a direitos individuais indisponíveis, na forma do art. 1º da Lei n. 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público).”;

A alternativa C está correta. É verdadeira a afirmativa, conforme julgado pelo STF no RE 409356: “O parquet, ao ajuizar ação coletiva para a tutela do Erário, não age como representante da entidade pública, e sim como substituto processual de uma coletividade indeterminada, é dizer, a sociedade como um todo, titular do direito à boa administração do patrimônio público, da mesma forma que qualquer cidadão também poderia fazê-lo por meio de ação popular (art. 5º, LXXIII, da CRFB). 5. O combate em juízo à dilapidação ilegal do Erário configura atividade de defesa da ordem jurídica, dos interesses sociais e do patrimônio público, sendo todas essas funções institucionais atribuídas ao Ministério Público pelos artigos 127 e 129 da Constituição, de modo que entendimento contrário não apenas afronta a textual previsão da Carta Magna, mas também fragiliza o sistema de controle da Administração Pública, visto que deixaria a persecução de atos atentatórios à probidade e à moralidade administrativas basicamente ao talante do próprio ente público no bojo do qual a lesão ocorreu.”;

A alternativa D está incorreta. De fato, é falsa a afirmativa, pois contraria a Constituição Federal que dispõe: “Art. 36. A decretação da intervenção dependerá: III - de provimento, pelo Supremo Tribunal Federal, de representação do Procurador-Geral da República, na hipótese do art. 34, VII, e no caso de recusa à execução de lei federal. ”.

QUESTÃO 06. Assinale a opção correta:

- a) A não ser em casos expressamente admitidos pelo constituinte, o legislador ordinário não pode restringir o âmbito de direitos fundamentais.
- b) Os direitos sociais fundamentais no Brasil dependem invariavelmente de desenvolvimento legislativo para que possam gerar pretensões dedutíveis em juízo.
- c) Normas programáticas da Constituição não se prestam a servir de parâmetro para a fiscalização de constitucionalidade de leis.
- d) Embora se admita que direitos fundamentais possam ter por sujeito passivo particulares, nem todos os direitos fundamentais incidem em relações interindividuais em que o Estado não é parte.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema Direitos Fundamentais.

A alternativa A está incorreta. O legislador ordinário, dentro dos limites da proporcionalidade e razoabilidade, e desde que não esvazie o conteúdo essencial do direito, pode regulamentar e, conseqüentemente, restringir direitos fundamentais;

A alternativa B está incorreta. O Supremo Tribunal Federal (STF) tem reconhecido a aplicabilidade imediata de alguns direitos sociais, permitindo sua exigibilidade em juízo mesmo sem lei regulamentadora, especialmente quando há omissão legislativa que inviabiliza o mínimo existencial ou quando o direito social tem conteúdo suficientemente definido para ser autoaplicável;

A alternativa C está incorreta. Normas programáticas, que estabelecem programas e fins a serem atingidos pelo Estado, **sim, servem de parâmetro** para a fiscalização de constitucionalidade de leis;

A alternativa D está correta. Esta alternativa aborda a teoria da **eficácia horizontal dos direitos fundamentais** (também conhecida como eficácia privada), que reconhece que os direitos fundamentais não se aplicam apenas nas relações entre o indivíduo e o Estado, mas também nas relações entre particulares. No entanto, é importante notar que **nem todos** os direitos fundamentais são passíveis de aplicação direta nas relações privadas. Contudo alguns direitos, como o de petição por exemplo, não se aplicam a particulares.

QUESTÃO 07. Analise as assertivas a seguir:

I - Não viola o princípio da separação dos poderes a decisão do Poder Judiciário que, excepcionalmente, determina a implementação de políticas públicas quando evidenciada proteção insuficiente de direitos fundamentais.

II-A decisão judicial de intervenção em políticas públicas voltadas à realização de direitos fundamentais, em caso de ausência ou deficiência do serviço, deve, por exigência do princípio da segurança jurídica, necessariamente conter a descrição detalhada do que deve ser feito pela Administração Pública.

III - Os direitos fundamentais de defesa também podem conduzir a censura dos Poderes Públicos por atitude de omissão.

IV - O princípio da proporcionalidade, além de vedar excessos na atuação dos Poderes Públicos, também pode ser fator de crítica por atuação insuficiente do Estado.

Assinale a opção correta:

- a) Apenas as assertivas I e II estão certas.
- b) Todas as assertivas estão certas.
- c) Apenas as assertivas I, III e IV estão certas.

d) Apenas as assertivas II e III estão certas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema Poder Público.

Primeiramente, analisemos item a item:

O item I está correto. O STF fixou a seguinte tese no julgamento do RE 684612: “1. A intervenção do Poder Judiciário em políticas públicas voltadas à realização de direitos fundamentais, em caso de ausência ou deficiência grave do serviço, não viola o princípio da separação dos poderes. 2. A decisão judicial, como regra, em lugar de determinar medidas pontuais, deve apontar as finalidades a serem alcançadas e determinar à Administração Pública que apresente um plano e/ou os meios adequados para alcançar o resultado;³. No caso de serviços de saúde, o déficit de profissionais pode ser suprido por concurso público ou, por exemplo, pelo remanejamento de recursos humanos e pela contratação de organizações sociais (OS) e organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP).”;

O item II está incorreto. Embora a decisão judicial deva ser clara e específica para garantir a segurança jurídica e a efetividade da medida, a exigência de uma descrição **necessariamente detalhada** do que deve ser feito pela Administração Pública pode ser excessiva e, por vezes, inviável. Em um processo estrutural, decisões em cascata referem-se a um conjunto de decisões judiciais que são emitidas de forma progressiva, com cada decisão construindo sobre a anterior para implementar reformas estruturais complexas. Essas decisões são sequenciais e buscam, através de um plano de ação, modificar gradualmente uma realidade em desconformidade com a Constituição, ajustando a transição entre o estado de desconformidade e o estado ideal;

O item III está correto. Os direitos fundamentais de defesa (ou de liberdade/negativos) são, tradicionalmente, aqueles que impõem uma abstenção do Estado (não fazer). No entanto, em certas situações, a omissão do Estado em garantir um direito de defesa pode ser objeto de censura judicial. Por exemplo, a omissão do Estado em criar mecanismos eficazes para proteger a liberdade de expressão contra ataques de terceiros, ou a omissão em assegurar um devido processo legal (que é um direito de defesa) quando este é violado pela inércia estatal. Assim, a omissão do Estado em garantir a proteção de um direito fundamental de defesa, mesmo que este exija uma conduta negativa do Estado, pode ser objeto de controle judicial;

O item IV está correto. O **princípio da proporcionalidade** possui três subprincípios: **adequação**, **necessidade** e **proporcionalidade em sentido estrito**. Tradicionalmente, ele é aplicado para coibir excessos do Estado (**proibição de excesso**). No entanto, a doutrina e a jurisprudência modernas reconhecem que a proporcionalidade também se aplica à **proibição de proteção insuficiente** (Untermassverbot). Isso significa que, se a atuação estatal (ou a ausência dela) não for suficiente para proteger um direito fundamental de forma adequada, ela também pode ser considerada

desproporcional. Por exemplo, se uma medida de segurança pública é tão branda que não é capaz de proteger a vida e a integridade física dos cidadãos, ela pode ser criticada por ser desproporcionalmente insuficiente.

Dito isso, analisemos as alternativas.

A alternativa C é a correta. As demais alternativas estão incorretas.

QUESTÃO 08. Analise as seguintes assertivas:

I-As despesas realizadas diretamente pelos Municípios com medicamentos quaisquer dispensados aos usuários do SUS - Sistema Único de Saúde devem ser suportadas pela União, mediante compensação posterior de créditos orçamentários.

II- Integra o conjunto de direitos subjetivos fundamentais do cidadão à saúde universal, exigíveis em juízo, o recebimento pelos Poderes Públicos de todo fármaco já registrado na ANVISA - Agência de Vigilância Sanitária, mesmo que, por atraso burocrático, não esteja incluído nas listas de dispensação do SUS, não importando a capacidade financeira do paciente para arcar com os custos do medicamento.

III - O medicamento não registrado na ANVISA Agência de Vigilância Sanitária, buscado para tratamento médico de cidadão, independentemente da condição financeira deste, deve-lhe ser assegurado pelo SUS Sistema Único de Saúde, uma vez comprovado que a mesma agência já aprovou a sua importação.

IV - Ao paciente internado, por sua livre vontade, em estabelecimento hospitalar integrante do sistema público de saúde não se admite invocar motivo religioso para se recusar a tratamento de saúde que, segundo critérios de medicina baseada em evidências, seja de comprovada eficácia e útil à sua recuperação.

Assinale a opção correta:

- a) Estão certas apenas as assertivas I e II.
- b) Estão certas apenas as assertivas II e IV.
- c) Estão certas apenas as assertivas I e III.
- d) Todas as assertivas estão incorretas.

Comentários

A alternativa certa é a **letra D**. A questão trata do tema fornecimento de medicamentos.

Primeiramente, analisemos item a item:

O item I está incorreto. O STF decidiu, no julgamento do RE 855178 que: “O tratamento médico adequado aos necessitados se insere no rol dos deveres do Estado, sendo responsabilidade solidária dos entes federados, podendo figurar no polo passivo qualquer um deles em conjunto ou isoladamente”;

O item II está incorreto. No julgamento do RE 657718 foi fixada a seguinte tese: “1) O Estado não pode ser obrigado a fornecer medicamentos experimentais.2) A ausência de registro na Anvisa impede, como regra geral, o fornecimento de medicamento por decisão judicial.3) É possível, excepcionalmente, a concessão judicial de medicamento sem registro sanitário, em caso de mora irrazoável da Anvisa em apreciar o pedido (prazo superior ao previsto na Lei 13.411/2016), quando preenchidos três requisitos: I – a existência de pedido de registro do medicamento no Brasil, salvo no caso de medicamentos órfãos para doenças raras e ultra raras; II – a existência de registro do medicamento em renomadas agências de regulação no exterior; III – a inexistência de substituto terapêutico com registro no Brasil. 4) As ações que demandem o fornecimento de medicamentos sem registro na Anvisa deverão ser necessariamente propostas em face da União.”;

O item III está incorreto. Conforme já disposto, a proposição contraria a tese fixada no julgamento do RE 657718;

O item IV está incorreto. No julgamento do RE 979742 o STF fixou a seguinte tese: “1. Testemunhas de Jeová, quando maiores e capazes, têm o direito de recusar procedimento médico que envolva transfusão de sangue, com base na autonomia individual e na liberdade religiosa. 2. Como consequência, em respeito ao direito à vida e à saúde, fazem jus aos procedimentos alternativos disponíveis no Sistema Único de Saúde – SUS, podendo, se necessário, recorrer a tratamento fora de seu domicílio.”

Dito isso, analisemos as alternativas

A alternativa D é a correta. As demais alternativas estão incorretas.

QUESTÃO 09. Assinale a opção correta:

a) É dado ao Governador de um Estado ajuizar ação direta de inconstitucionalidade contra leis do seu próprio Estado, mas não contra leis de outros Estados da Federação.

b) É cabível o manejo de ação direta de inconstitucionalidade contra resolução administrativa de Tribunal, se ela for dotada de autonomia, generalidade e abstração.

c) É possível controle abstrato de constitucionalidade, pelo Tribunal de Justiça, de leis e atos normativos estaduais e municipais em face da Constituição da República, ainda que o parâmetro

de controle invocado não seja norma de reprodução obrigatória ou exista regra de caráter remissivo à Carta federal na Constituição estadual.

d) Não cabe a arguição de descumprimento de preceito fundamental que tenha por objeto decisões judiciais.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema controle de constitucionalidade.

A alternativa A está incorreta. O Governador de Estado tem legitimidade para propor Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) contra leis ou atos normativos de outros Estados da Federação que afetem os interesses de seu próprio Estado. No entanto, não lhe é permitido ajuizar ADI contra leis do seu próprio Estado, pois ele tem a prerrogativa de sancioná-las ou vetá-las, exercendo um controle político prévio;

A alternativa B está correta. No julgamento da ADI 3202 o STF decidiu que: “O Plenário do TJRN, em um processo administrativo envolvendo dois servidores do Poder Judiciário, reconheceu que eles teriam direito a determinada gratificação e, além disso, estendeu esse mesmo benefício para todos os demais servidores do Tribunal que estivessem em situação análoga. O STF decidiu que essa decisão administrativa poderia ser objeto de ADI porque ela teve conteúdo normativo, com generalidade e abstração.”;

A alternativa C está incorreta. O controle abstrato de constitucionalidade exercido pelos Tribunais de Justiça (ADI Estadual) tem como parâmetro exclusivo a Constituição Estadual. Para que uma norma da Constituição Federal sirva de parâmetro nesse controle estadual, ela precisa ser de reprodução obrigatória (aquela que, mesmo não expressa na Constituição Estadual, é de observância compulsória pelos Estados, como os princípios da administração pública) ou estar expressamente remetida pela Constituição Estadual. Não é possível o controle direto de leis estaduais ou municipais em face da Constituição da República pelos TJs;

A alternativa D está incorreta. A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) é um instrumento de controle de constitucionalidade previsto na Constituição e regulamentado pela Lei nº 9.882/99, pode ter como objeto decisões judiciais que afrontem preceitos fundamentais da Constituição Federal. É comum o uso da ADPF para questionar decisões judiciais transitadas em julgado que se entendam violadoras de preceitos constitucionais fundamentais, especialmente quando não há outro meio eficaz para sanar a lesão.

QUESTÃO 10. Analise as assertivas abaixo:

I - Normas centrais da Constituição podem servir de parâmetro para o controle de constitucionalidade de regras de alta densidade normativa dispostas pelo poder constituinte originário.

II - Normas editadas na vigência da ordem constitucional anterior a 1988 não se submetem a controle concentrado, mas podem ser objeto de fiscalização de constitucionalidade por meio do controle incidental.

III - Mesmo transitada em julgado a decisão de procedência de representação de inconstitucionalidade proferida por Tribunal de Justiça a respeito de certa lei estadual, é possível o ajuizamento de ação declaratória de constitucionalidade no STF tendo por mesmo diploma.

Assinale a opção correta:

a) Apenas as assertivas I e II estão erradas.

b) Apenas as assertivas I e III estão erradas.

c) Apenas as assertivas II e III estão erradas.

d) Todas as assertivas estão erradas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema controle de constitucionalidade.

Primeiramente, analisemos item a item.

O item I está incorreto. O Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADI 815, também rechaçou a possibilidade de inconstitucionalidade das normas constitucionais originárias. O Poder Constituinte Originário (PCO) é a fonte de toda a ordem jurídica. Suas normas, por definição, não se submetem a controle de constitucionalidade, pois são o próprio parâmetro de validade para as demais normas do ordenamento jurídico. Não há normas "centrais" da Constituição que possam controlar outras regras da própria Constituição, pois a Constituição em si é a norma fundamental. O controle de constitucionalidade se aplica às leis e atos normativos infraconstitucionais, e não às próprias normas constitucionais originárias;

O item II está incorreto. As normas editadas antes da Constituição de 1988 são submetidas ao que se chama de recepção. Ou seja, elas são recepcionadas ou não pela nova ordem constitucional, dependendo de sua compatibilidade material. Se forem compatíveis, continuam válidas com *status*

de lei infraconstitucional. Se não forem, são revogadas. Estas normas estão sujeitas ao controle concentrado, por meio de Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental - ADPF;

O item III está incorreto. A decisão transitada em julgado em ação de controle concentrado de constitucionalidade, seja no âmbito estadual (como uma representação de inconstitucionalidade em TJ) ou federal, faz coisa julgada material e possui efeitos vinculantes e *erga omnes*. Isso significa que a questão da constitucionalidade daquela lei já foi definitivamente decidida para todos. Assim, não seria possível ajuizar uma Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) no Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o mesmo diploma legal que já foi declarado inconstitucional por decisão transitada em julgado em um Tribunal de Justiça.

Dito isso, analisemos as alternativas.

Todos os itens estão errados, portanto a alternativa D está correta. As demais alternativas estão incorretas.

QUESTÃO 11. Considere as assertivas abaixo:

I - O poder constituinte derivado no Brasil não pode criar outros direitos fundamentais além daqueles assim definidos pelo poder constituinte originário.

II - Normas da Constituição de 1967/1969 que não sejam materialmente incompatíveis com a ordem constitucional em vigor devem ser tidas como recebidas, valendo como leis ordinárias.

III-Mesmo o estrangeiro não residente no Brasil pode invocar alguns direitos fundamentais em juízo.

IV-Normas de tratados de direitos humanos internacionais vigentes no Brasil desde antes de 2004 não possuem status de normas constitucionais.

Assinale a opção correta:

- a) Apenas uma dessas assertivas é correta.
- b) Apenas duas dessas assertivas são corretas.
- c) Apenas três dessas assertivas são corretas.
- d) Todas as quatro assertivas são corretas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema direitos fundamentais.

Primeiramente, analisemos item a item.

O item I está incorreto. O Poder Constituinte Derivado Reformador (as emendas constitucionais) pode sim criar direitos fundamentais. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º, § 2º, estabelece que "Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.";

O item II está incorreto. O fenômeno da recepção ocorre quando uma norma infraconstitucional anterior à nova Constituição é compatível com ela e, portanto, continua em vigor, mas com o status jurídico da nova ordem;

O item III está correto. O STF, ao julgar recurso extraordinário RE 215.267, manteve acórdão proferido pelo TRF da 3ª Região que assegurara a estrangeiros não residentes no país o direito de impetrar mandado de segurança;

O item IV está correto. O status constitucional de tratados internacionais de direitos humanos no Brasil é determinado pelo rito de aprovação. A Emenda Constitucional nº 45, de 2004, incluiu o § 3º ao artigo 5º da Constituição Federal, estabelecendo que "Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais." Tratados de direitos humanos aprovados antes da EC 45/2004, ou que não sigam esse rito qualificado, possuem status supralegal, mas infraconstitucional. Isso significa que estão acima das leis ordinárias, mas abaixo da Constituição Federal.

Dito isso, analisemos as alternativas.

A alternativa B está correta. As demais alternativas estão incorretas.

QUESTÃO 12. Analise as seguintes assertivas:

I-A autonomia dos Estados-membros da Federação compreende a capacidade de auto-organização, autogoverno, autolegislação e autoadministração.

II-O Presidente da República dispõe da faculdade de realizar a intervenção federal em Estado-membro, quando solicitada por algum dos Tribunais superiores do país, visando a assegurar o cumprimento de decisão judicial transitada em julgado na Corte solicitante.

III- As hipóteses de intervenção do Estado-membro nos Municípios situados no seu território estão previstas de modo taxativo na Constituição Federal.

IV - Em virtude do princípio da simetria, todas as normas de organização dos Poderes da União dispostas expressamente na Constituição Federal devem ser tidas como de reprodução obrigatória pelos Estados-membros.

Assinale a opção correta:

- a) Estão corretas apenas as assertivas I e III.
- b) Estão corretas apenas as assertivas I e IV.
- c) Estão corretas apenas as assertivas II, III.
- d) Estão corretas apenas as assertivas III e IV.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema normas constitucionais.

Primeiramente, analisemos item a item.

O item I está correto. A autonomia dos Estados-membros é um pilar do federalismo brasileiro, garantindo-lhes a capacidade de organizar seus próprios poderes (auto-organização, por meio de suas Constituições Estaduais), eleger seus representantes (autogoverno), criar suas próprias leis (autolegislação, dentro da competência que lhes é dada pela Constituição Federal) e gerir seus próprios assuntos (autoadministração);

O item II está incorreto. Conforme dispõe a Constituição Federal no Art. 36: "A decretação da intervenção dependerá: II - no caso de desobediência a ordem ou decisão judiciária, de requisição do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do Tribunal Superior Eleitoral. ";

O item III está correto. Conforme disposto na Constituição, o art. 35: "O Estado não intervirá em seus Municípios, nem a União nos Municípios localizados em Território Federal, exceto quando: I - deixar de ser paga, sem motivo de força maior, por dois anos consecutivos, a dívida fundada; II - não forem prestadas contas devidas, na forma da lei; III - não tiver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde; IV - o Tribunal de Justiça der provimento a representação para assegurar a observância de princípios indicados na Constituição Estadual, ou para prover a execução de lei, de ordem ou de decisão judicial.";

O item IV está incorreto. Conforme Art. 25 da Constituição Federal: "Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição. § 1º São reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas por esta Constituição. § 2º Cabe aos Estados explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás

canalizado, na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação. § 3º Os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.”.

Dito isso, analisemos as alternativas.

A alternativa A está correta, as demais alternativas estão incorretas.

QUESTÃO 13. Assinale a opção correta:

a) Haverá inconstitucionalidade por quebra do princípio da isonomia toda vez que consequências jurídicas distintas forem atribuídas a atos semelhantes praticados por pessoas diversas num mesmo contexto temporal.

b) Apenas por expressa previsão em tratado específico, admite-se a extradição de brasileiro, nato ou naturalizado, que haja perdido a nacionalidade brasileira por alguma das causas dispostas na Constituição.

c) No sistema constitucional de 1988, a proteção dos indivíduos conferida pelo princípio da segurança jurídica, por eles invocável em juízo, esgota-se nas regras da Constituição relativas à irretroatividade das leis.

d) Não se admite a invocação de direito adquirido contra norma do poder constituinte originário, mas essa garantia constitucional pode ser arguida contra norma do poder constituinte de reforma.

Comentários

A alternativa certa é a **letra D**. A questão trata do tema poder constituinte.

A alternativa A está incorreta. O princípio da isonomia (igualdade) não proíbe tratamento diferenciado, desde que esse tratamento seja justificado por um critério razoável e legítimo, pertinente à finalidade da norma. Tratar os desiguais na medida de suas desigualdades é uma premissa da isonomia material. Portanto, nem toda distinção gerará inconstitucionalidade;

A alternativa B está incorreta. A Constituição Federal veda a extradição de brasileiro nato em qualquer hipótese (art. 5º, LI). Quanto ao brasileiro naturalizado, a extradição é admitida apenas em duas situações: em caso de crime comum praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei (art. 5º, LI);

A alternativa C está incorreta. O princípio da segurança jurídica é muito mais amplo do que apenas a irretroatividade das leis. Ele abrange também a proteção do ato jurídico perfeito e do direito

adquirido, conforme o art. 5º, XXXVI, da Constituição Federal. Além disso, a segurança jurídica se manifesta em outros aspectos, como a confiança legítima, a estabilidade das relações jurídicas e a previsibilidade do direito;

A alternativa D está correta. O Poder Constituinte Originário (PCO), que institui uma nova Constituição, é ilimitado juridicamente e não se subordina a nenhum direito preexistente, podendo revogar a ordem jurídica anterior sem que se possa invocar direito adquirido contra suas novas disposições. Já o Poder Constituinte Derivado (ou de Reforma), que atua por meio de emendas constitucionais, é limitado pela própria Constituição que visa reformar (pelas cláusulas pétreas, por exemplo). Assim, uma emenda constitucional deve respeitar o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.

QUESTÃO 14. Assinale a opção correta:

a) Decorre da sistemática constitucional do direito fundamental de associação a ilegitimidade da exigência de pagamento de multa para a desfiliação de associado que deseje se desligar da associação.

b) Não se pode arguir direitos fundamentais contra punição imposta por associação particular, que não recebe recursos públicos nem exerce função tipicamente estatal.

c) A falta do aviso prévio previsto na Constituição para o exercício do direito de reunião não a torna suscetível de proibição só por isso.

d) Participantes de uma manifestação pública podem invocar liberdade de expressão e exigir que sejam ouvidos os seus discursos contrários ao ideário que motivou a convocação de reunião num espaço público.

Comentários

As alternativas A e C estão certas, portanto, a questão é passível de anulação. A questão trata do tema direitos fundamentais.

A alternativa A está correta. O direito de associação, previsto no artigo 5º, inciso XX, da Constituição Federal, garante a plena liberdade de associar-se ou de permanecer. Isso implica que ninguém é obrigado a permanecer associado e, por consequência, a desfiliação não pode ser obstaculizada por exigência de pagamento de multas. Tal exigência configura uma restrição indevida ao exercício de um direito fundamental;

A alternativa B está incorreta. A doutrina e a jurisprudência brasileiras reconhecem a eficácia horizontal dos direitos fundamentais, ou seja, a aplicabilidade desses direitos nas relações entre particulares. Embora a intensidade da aplicação possa variar, associações particulares não estão

imunes à observância dos direitos fundamentais, especialmente em questões que envolvem liberdade, devido processo legal e não discriminação;

A alternativa C está correta. O aviso prévio tem um caráter meramente informativo para que a autoridade possa garantir a ordem e a segurança, e não impeditivo, pois violaria o direito de reunião previsto na Constituição Federal, art. 5º XVI - todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente;

A alternativa D está incorreta. Neste caso haveria colisão entre direitos fundamentais, devendo ser resolvido pelo mecanismo da ponderação, ou seja, embora a liberdade de expressão (art. 5º, IV, da CF) seja um direito fundamental, em uma reunião específica, especialmente em um evento convocado com um ideário particular, não é razoável que participantes exijam proferir discursos que desvirtuem completamente o propósito da reunião ou que incitem ódio, violência ou que violem outros direitos, mitigando o direito de reunião (art. 5º, XVI).

QUESTÃO 15. Considere as assertivas abaixo:

I-A imunidade tributária recíproca não se estende a sociedades de economia mista estaduais prestadoras de serviço público.

II - Lei estadual pode criar hipóteses de estabilidade no emprego de pessoal de sociedade de economia mista regido necessariamente pela CLT.

III- Não se admite a dispensa sumária e imotivada de empregado de sociedade de economia mista contratado por concurso público.

Assinale a opção correta:

- a) São verdadeiras apenas as assertivas I e II.
- b) São verdadeiras apenas as assertivas I e III.
- c) Todas as assertivas são corretas.
- d) Apenas uma das assertivas é correta.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema imunidades tributárias.

Primeiramente, analisemos item a item.

O item I está incorreto. A imunidade tributária recíproca (Art. 150, VI, "a" da Constituição Federal) se aplica à União, Estados, Distrito Federal e Municípios, vedando a cobrança de impostos sobre o patrimônio, renda ou serviços uns dos outros. O Supremo Tribunal Federal (STF) RE 1320054 fixou a seguinte tese: "As empresas públicas e as sociedades de economia mista delegatárias de serviços públicos essenciais, que não distribuam lucros a acionistas privados nem ofereçam risco ao equilíbrio concorrencial, são beneficiárias da imunidade tributária recíproca prevista no artigo 150, VI, a, da Constituição Federal, independentemente de cobrança de tarifa como contraprestação do serviço.";

O item II está incorreto. Sociedades de economia mista, mesmo prestadoras de serviço público, são regidas pelo regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto às obrigações trabalhistas, nos termos do Art. 173, § 1º, II da Constituição Federal. O regime de pessoal dessas entidades é a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). A estabilidade no serviço público é uma garantia do regime estatutário (Art. 41 da CF), não se aplicando aos empregados celetistas de sociedades de economia mista. Além disso, a competência para legislar sobre direito do trabalho é privativa da União (Art. 22, I da CF);

O item III está correto. Apesar de serem regidas pela CLT, as sociedades de economia mista, por integrarem a administração pública indireta e exigirem concurso público para contratação de seus empregados (Art. 37, II da CF), estão sujeitas a um regime diferenciado de dispensa. O Supremo Tribunal Federal (STF) tem o entendimento de que a dispensa de empregados de empresas públicas e sociedades de economia mista deve ser motivada, garantindo a observância dos princípios da impessoalidade, moralidade e isonomia (RE 688.267, com repercussão geral). A dispensa "sumária e imotivada" é característica do regime privado puro, mas é vedada para essas entidades em função da exigência de concurso público.

Dito isto, analisemos as alternativas.

A Alternativa D está correta. As demais alternativas estão incorretas.

QUESTÃO 16. Analise os itens abaixo e responda em seguida:

I - De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), os Tribunais de Contas estão submetidos ao prazo de cinco anos para apreciação da legalidade dos atos de concessão inicial de aposentadoria, a contar da chegada do processo à respectiva Corte de Contas, em obséquio aos princípios da segurança jurídica e da proteção da confiança legítima.

II - A Administração deve anular seus próprios atos, quando considerados ilegais, no prazo máximo de cinco anos, sob pena de decadência, salvo situação caracterizadora de má-fé, hipótese em que a anulação pode ocorrer em até dez anos, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

III - Como regra geral, um órgão administrativo e seu titular, salvo impedimento legal, podem delegar parte da sua competência a outros órgãos ou titulares, ainda que estes não lhe sejam hierarquicamente subordinados, quando for conveniente, em razão de circunstâncias de índole técnica, social, econômica, jurídica ou territorial. Entretanto, não podem ser objeto de delegação matérias de competência exclusiva do órgão ou autoridade, nem a competência para editar atos de índole normativa.

IV - Para garantir segurança e previsibilidade à atuação da Administração, o ato de delegação é irrevogável no mesmo exercício em que praticado pela autoridade delegante.

a) Todos os itens estão corretos.

b) Apenas os itens I e III estão corretos.

c) Somente o item II está incorreto.

d) Todos os itens estão incorretos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema controle da Administração Pública.

O Item I está correto. Reflete com precisão a tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do RE 636.553 (Tema 445 de Repercussão Geral). O STF, ponderando os princípios da segurança jurídica e da proteção da confiança legítima do administrado, estabeleceu que a inércia do Tribunal de Contas por mais de cinco anos, a contar do recebimento do processo de aposentadoria, consolida o ato, impedindo seu posterior indeferimento de registro.

O Item II está incorreto. A assertiva descreve de forma equivocada a disciplina da decadência para a anulação de atos administrativos pela própria Administração. O art. 54 da Lei nº 9.784/99 estabelece, de fato, o prazo decadencial de cinco anos para a anulação de atos que gerem efeitos favoráveis aos destinatários. Contudo, na hipótese de comprovada má-fé, a lei não estipula um novo prazo de dez anos; ao contrário, ela afasta a aplicação da decadência, tornando o poder-dever de anulação imprescritível.

O Item III está correto. A redação do item é uma síntese fiel do regime da delegação de competência previsto nos artigos 12 e 13 da Lei nº 9.784/99. O artigo 12 autoriza a delegação de parte da competência a outros órgãos ou titulares, mesmo sem vínculo hierárquico, por critérios de conveniência. Já o artigo 13 estabelece o rol de matérias indelegáveis, do qual o item corretamente destaca duas das principais vedações: a edição de atos de caráter normativo e as matérias de competência exclusiva.

O Item IV está incorreto. A assertiva vai de encontro à natureza do ato de delegação. Segundo o § 2º do art. 14 da Lei nº 9.784/99, "o ato de delegação é revogável a qualquer tempo pela autoridade delegante". A revogabilidade é uma característica essencial do instituto, permitindo que a autoridade delegante, por critérios de oportunidade e conveniência, retome para si a competência anteriormente delegada.

Portanto, pelas razões acima, as alternativas A, C e D estão incorretas.

QUESTÃO 17. Em relação ao regime disciplinar dos membros do Ministério Público, analise os itens abaixo e responda em seguida:

I - Sendo o Ministério Público uno e indivisível, o órgão que detém competência disciplinar no âmbito do Ministério Público Federal (MPF) pode aplicar sanção prevista em lei orgânica do Ministério Público Estadual, quando for menos gravosa ao infrator, com base nos princípios da simetria e proporcionalidade.

II - A disponibilidade em caráter sancionatório pode ser aplicada por simetria pelos órgãos colegiados competentes de qualquer ramo do Ministério Público da União, tendo em vista a previsão constitucional que dá competência ao Conselho Nacional do Ministério Público para aplicar essa medida.

III - A prática de ato por membro do MPF que caracterize lesão aos cofres públicos enseja, em tese, a aplicação de sanção de demissão, desde que, antes da decisão administrativa do órgão competente, tenha havido reconhecimento do fato como improbidade, na esfera judicial.

IV - A prática de ato que, em tese, configure improbidade administrativa, nos termos da lei de regência, autoriza a cominação de sanção de demissão, independentemente de decisão na esfera judicial em que eventualmente tramitar ação de improbidade administrativa referente ao mesmo fato.

a) Todos os itens estão errados.

b) Apenas os itens II e IV estão certos.

c) Todos os itens estão certos.

d) Apenas o item IV está certo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema regime disciplinar dos membros do Ministério Público.

O Item I está incorreto. Os princípios institucionais da unidade e da indivisibilidade (art. 127, § 1º, CF) referem-se à atuação funcional do Ministério Público como um todo orgânico, não implicando uma unificação de seus regimes disciplinares. Cada ramo do Ministério Público possui sua própria lei orgânica e seu respectivo regime sancionatório (o MPF é regido pela LC nº 75/93, por exemplo). Em respeito ao princípio da legalidade estrita, que rege o direito administrativo sancionador, o órgão correccional do MPF não pode "importar" sanções de legislações estaduais, ainda que mais benéficas.

O Item II está incorreto. A assertiva parte de uma premissa equivocada. O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) tem, de fato, competência constitucional para aplicar a pena de disponibilidade (art. 130-A, § 2º, III, CF), porém não pode tal competência ser exercida por órgãos correccionais internos.

O Item III está incorreto. A assertiva subverte a lógica da independência entre as instâncias administrativa e judicial. Ao condicionar a aplicação da sanção de demissão a um prévio reconhecimento judicial da improbidade, o item cria uma dependência que não existe no ordenamento jurídico. A autoridade administrativa tem o poder-dever de apurar e punir infrações disciplinares em processo administrativo próprio (PAD), independentemente da instauração ou do resultado de uma ação judicial sobre os mesmos fatos.

O Item IV está correto. Este item expressa com perfeição o princípio da independência das instâncias. A apuração de uma falta funcional em sede de processo administrativo disciplinar não se confunde nem depende da apuração do mesmo fato como ato de improbidade na esfera judicial. A autoridade administrativa competente pode, após o devido processo legal, concluir pela demissão do membro do Ministério Público pela prática de ato que configure, em tese, improbidade, sem a necessidade de aguardar um provimento jurisdicional. Este entendimento está, inclusive, consolidado na Súmula 651 do Superior Tribunal de Justiça: "Compete à autoridade administrativa aplicar a servidor público a pena de demissão em razão da prática de improbidade administrativa, independentemente de prévia condenação, por autoridade judicial, à perda da função pública".

Portanto, pelas razões acima, as alternativas A, B e C estão incorretas.

QUESTÃO 18. No que se refere à responsabilidade civil do Estado, é incorreto afirmar, à luz da jurisprudência dos tribunais superiores, que:

a) Considerando o dever de manter, em seus presídios, padrões mínimos de dignidade e humanidade previstos no ordenamento jurídico, constitui responsabilidade do Estado o ressarcimento de danos, inclusive morais, comprovadamente causados aos detentos em decorrência da falta ou insuficiência de condições legais de encarceramento.

b) Para configurar a responsabilidade civil do Estado por danos decorrentes de comércio de fogos de artifício, é necessário que haja a violação de um dever jurídico específico de agir, que ocorrerá quando for concedida licença para funcionamento sem cautelas legais ou quando for de conhecimento do poder público eventuais irregularidades praticadas pelo particular.

c) A Constituição Federal, ao tratar da responsabilidade civil do Estado, assegura o direito de regresso nos casos em que o agente causador do dano tenha agido com dolo ou culpa, estabelecendo, assim, uma duplicidade de relações jurídicas: uma que vincula o Estado e a pessoa lesada, e outra que liga o Estado a seu agente.

d) O Estado é responsável, na esfera cível, por morte ou ferimento decorrente de operações de segurança pública, nos termos da teoria do risco administrativo, sendo ônus probatório do ente federativo demonstrar eventuais excludentes de responsabilidade civil. A perícia inconclusiva quanto à origem de disparo fatal ou que cause ferimento à vítima durante operações policiais e militares é motivo suficiente, por si só, para afastar a responsabilidade civil do Estado, em razão da presunção de legitimidade dos atos administrativos.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra D**. A questão trata do tema responsabilidade civil do Estado.

A alternativa A está correta. Ela reflete com exatidão o entendimento firmado pelo STF no julgamento do RE 580.252 (Tema 365 de Repercussão Geral). A Corte estabeleceu que, em se tratando de danos a detentos decorrentes de condições carcerárias degradantes, a responsabilidade do Estado é objetiva. A omissão em garantir os padrões mínimos de humanidade previstos no art. 5º, XLIX, da Constituição, é considerada uma omissão específica, que atrai a aplicação da teoria do risco administrativo.

A alternativa B está correta. A assertiva espelha a tese do Tema 366 de Repercussão Geral (RE 136.861). Nesses casos, a responsabilidade civil do Estado por danos decorrentes do comércio de fogos de artifício não é automática. Depende da comprovação de omissão específica. Essa falha se configura, por exemplo, na concessão de licença sem a observância das cautelas legais ou na inércia do Poder Público diante de irregularidades conhecidas.

A alternativa C está correta. A assertiva descreve com precisão a estrutura da responsabilidade estatal prevista no art. 37, § 6º, da Constituição Federal. Há, de fato, uma dupla relação jurídica: a primeira, entre o particular lesado e o Estado, pautada pela responsabilidade objetiva; a segunda, entre o Estado e o agente público causador do dano, que se resolve em uma ação de regresso, de natureza subjetiva, pois exige a comprovação de dolo ou culpa do agente.

A alternativa D está incorreta. A primeira parte da assertiva está correta ao afirmar a responsabilidade objetiva do Estado em operações policiais e o ônus estatal de provar

excludentes. O erro fatal reside na segunda parte. Ao contrário do que afirma o item, o STF, no julgamento do ARE 1.385.315/RJ, decidiu que a perícia inconclusiva sobre a origem do disparo não é suficiente, por si só, para afastar a responsabilidade civil do Estado. Na verdade, a Corte entendeu que tal fato constitui um elemento indiciário que, somado a outras circunstâncias, pode justamente reforçar o nexo de causalidade entre a operação e o dano.

QUESTÃO 19. Analise os itens abaixo e responda em seguida:

I - O ordenamento jurídico veda enriquecimento sem causa, especialmente do Estado, razão pela qual, verificada uma situação caracterizadora de desvio de função pública, surge daí o direito à incorporação, inclusive para fins de aposentadoria, do valor da remuneração correspondente ao cargo exercido de forma irregular, impondo-se à Administração proceder ao reenquadramento funcional do servidor.

II - Candidato aprovado fora do quantitativo de vagas previsto no edital do concurso tem mera expectativa de direito à nomeação, que se converte em direito subjetivo caso se verifique preterição arbitrária e imotivada por parte da Administração.

III - O ordenamento jurídico brasileiro assegura reserva de vagas em concurso público para pessoas com deficiência, num percentual mínimo de cinco por cento e no máximo de vinte por cento das vagas oferecidas no concurso; caso a aplicação do percentual resulte em número fracionado, este será elevado para o primeiro número inteiro subsequente, desde que respeitado o limite máximo de vinte por cento das vagas ofertadas.

IV - A prorrogação do prazo de validade de concurso público se insere no campo da discricionariedade administrativa, razão pela qual é defeso ao Judiciário examinar os critérios de conveniência ou oportunidade legitimamente pela Administração.

a) Todos os itens são verdadeiros.

b) Apenas o item I é falso.

c) O item II é verdadeiro e o item IV é falso.

d) Os itens I e III são falsos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema concurso público.

O Item I é falso. Embora o servidor em desvio de função tenha, de fato, o direito de receber as diferenças remuneratórias correspondentes ao período em que exerceu atribuições de cargo diverso e mais complexo, essa situação não gera direito ao reenquadramento ou à incorporação

definitiva dos valores. O reenquadramento seria uma forma de provimento derivado vedada pela Constituição, que exige concurso público para a investidura em cargo (art. 37, II). Nesse sentido: “Sob pena de enriquecimento ilícito da administração pública, o servidor público que desempenha função diversa daquela inerente ao cargo para o qual foi investido tem direito de receber as diferenças remuneratórias relativas ao período de desvio. REsp n. 1.961.213/RS, relator Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, julgado em 8/3/2022, DJe de 23/3/2022”.

O Item II é verdadeiro. O item descreve com precisão a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (consolidada no RE 837.311 - Tema 784). A regra geral é que o candidato aprovado em cadastro de reserva (fora do número de vagas) possui mera expectativa de direito. Contudo, essa expectativa se convola em direito subjetivo à nomeação se, durante o prazo de validade do certame, a Administração demonstrar a necessidade de preenchimento da vaga (por exemplo, ao abrir novo concurso, contratar temporários ou terceirizados para a mesma função) e, de forma arbitrária e imotivada, deixar de nomear o candidato aprovado.

O Item III é verdadeiro. A assertiva reproduz fielmente as regras para reserva de vagas a pessoas com deficiência, conforme a Lei nº 8.112/90 e, especialmente, o Decreto nº 9.508/2018. Este decreto estabelece o piso de 5% e o teto de 20% para a reserva de vagas (art. 1º, § 3º) e determina expressamente que, em caso de resultado fracionário na aplicação do percentual, o número deve ser elevado para o primeiro inteiro subsequente, desde que não se ultrapasse o limite máximo de 20% (art. 1º, § 4º).

O Item IV é verdadeiro. A prorrogação do prazo de validade de um concurso, permitida uma única vez por igual período (art. 37, III, CF), é um ato tipicamente discricionário. Cabe à Administração, a partir de seus critérios de conveniência e oportunidade, avaliar a necessidade de manter o certame válido para futuras nomeações. Ao Poder Judiciário, como regra, não é dado interferir nesse mérito administrativo, cabendo-lhe apenas o controle da legalidade e da razoabilidade do ato, coibindo eventuais arbitrariedades, mas não substituindo o juízo de valor do administrador.

Portanto, pelas razões acima, as alternativas A, C e D estão incorretas.

QUESTÃO 20. Assinale a alternativa correta:

- a) Durante o estágio probatório de três anos, o membro do MPF somente perderá o cargo mediante decisão da maioria absoluta do Conselho Superior do MPF.
- b) Compete ao Conselho Superior do MPF elaborar lista tríplice para escolha de Subprocurador-Geral da República para exercer a função de Procurador Federal dos Direitos do Cidadão, competindo ao Procurador-Geral da República escolher um dos nomes dentre os integrantes dessa lista, para um mandato de dois anos.

c) Os Procuradores da República são designados para officiar perante Juízes Federais e também perante Tribunais Regionais Eleitorais nos locais em que não houver sede de Procuradoria Regional da República, sendo que eventual autorização para atuar em órgãos jurisdicionais diversos daqueles previstos para a categoria depende de expressa autorização do Conselho Superior do MPF.

d) Sendo de natureza federal, a função eleitoral junto aos juízos eleitorais de primeiro grau é exercida, nos termos da Lei Complementar nº 75/1993, pelos membros do MPF designados pelo Procurador-Geral Eleitoral, salvo onde não houver Procurador da República lotado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão exige conhecimento da Lei Complementar nº 75/1993.

A alternativa A está incorreta. De fato, o art. 212, parágrafo único da LC 75/93 prevê que a perda do cargo de membro em estágio probatório por proposta do Conselho Superior. Contudo, essa não é a única via para a perda do cargo. Uma condenação criminal transitada em julgado, por exemplo, também acarreta a perda da função, e esta decorre de uma decisão judicial, não do Conselho Superior. De acordo com o art. 208 da LC 75/1993: “ Art. 208. Os membros do Ministério Público da União, após dois anos de efetivo exercício, só poderão ser demitidos por decisão judicial transitada em julgado”.

A alternativa B está incorreta. A escolha do Procurador Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC) não se dá por meio de lista tríplice. Conforme o art. 40 da LC 75/93: “Art. 40. O Procurador-Geral da República designará, dentre os Subprocuradores-Gerais da República e mediante prévia aprovação do nome pelo Conselho Superior, o Procurador Federal dos Direitos do Cidadão, para exercer as funções do ofício pelo prazo de dois anos, permitida uma recondução, precedida de nova decisão do Conselho Superior”.

A alternativa C está correta. A assertiva é uma paráfrase precisa do artigo 70 e de seu parágrafo único, da Lei Complementar nº 75/93. O dispositivo estabelece a esfera de atuação regular dos Procuradores da República (membros do MPF que atuam na primeira instância) junto aos Juízes Federais e, supletivamente, aos Tribunais Regionais Eleitorais. Adicionalmente, o parágrafo único condiciona expressamente qualquer designação para officiar perante órgãos distintos à prévia autorização do Conselho Superior do MPF.

A alternativa D está incorreta. Embora a Justiça Eleitoral seja um ramo do Poder Judiciário da União, a legislação (notadamente o art. 77 da LC 75/93) atribui as funções de Ministério Público Eleitoral na primeira instância (perante os juízes e juntas eleitorais) aos membros do Ministério Público Estadual. Os membros do MPF atuam como Procuradores Regionais Eleitorais (perante os TREs) e perante o Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

QUESTÃO 21. Em relação à persecução por atos de improbidade administrativa, nos termos da Lei nº 8.429/1992 (LIA) e suas alterações posteriores, analise os itens abaixo e responda em seguida:

I - A revogação de um determinado tipo em virtude de lei posterior à data do fato, e no curso da demanda, não implica extinção de punibilidade por abolitio, quando for possível subsumir a conduta em alguma outra norma tipificadora na Lei de Improbidade Administrativa.

II - O novo regime prescricional, referente à persecução por atos de improbidade administrativa é irretroativo, assegurando-se a eficácia dos atos praticados validamente antes da alteração legislativa ocorrida em 2021.

III - A instauração de inquérito civil para apuração de ilícitos previstos na LIA suspende o curso do prazo prescricional por, no máximo, 180 (cento e oitenta) dias corridos; e o ajuizamento da ação de improbidade interrompe a prescrição, que volta a correr pela metade do prazo legal e é novamente interrompido com a publicação da sentença ou acórdão condenatórios.

IV - Os novos marcos prescricionais da LIA, conforme alterações legislativas operadas em 2021, não incidem em relação às ações de ressarcimento ao erário baseadas na prática de ato doloso tipificado na LIA, que permanecem imprescritíveis.

a) Os itens I e III são falsos e o item II é verdadeiro.

b) Somente o item II é verdadeiro.

c) O item III é falso.

d) Todos os itens são verdadeiros.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema improbidade administrativa.

O Item I é verdadeiro. A assertiva descreve o fenômeno da continuidade típico-normativa, aplicado pelo Superior Tribunal de Justiça. Com a reforma de 2021, a hipótese genérica de violação a princípios (antigo art. 11, caput) foi revogada, e os atos de improbidade que atentam contra os princípios passaram a ser previstos em um rol taxativo. Contudo, o STJ entende que não ocorre a extinção da punibilidade (abolitio) se a conduta do agente, antes enquadrada na cláusula geral, agora se amolda a um dos novos tipos específicos. Há, portanto, uma continuidade na tipificação da conduta, o que permite o prosseguimento da ação (EDcl no AgInt no AREsp n. 2.150.580/MG).

O Item II é verdadeiro. O Supremo Tribunal Federal, ao julgar o Tema 1199 de Repercussão Geral (ARE 843.989), fixou a tese da irretroatividade do novo regime prescricional da Lei nº 14.230/2021.

O Item III é verdadeiro. A redação do item sintetiza perfeitamente o novo mecanismo de suspensão e interrupção da prescrição previsto no art. 23 da LIA. A instauração de inquérito civil ou processo administrativo suspende o prazo por no máximo 180 dias (§ 1º). Já o ajuizamento da ação interrompe a contagem, que recomeça do zero, porém, pela metade do prazo original de 8 anos, ou seja, por 4 anos (§§ 4º e 5º).

O Item IV é verdadeiro. A assertiva reflete a tese firmada pelo STF no Tema 897 de Repercussão Geral (RE 852.475). A Corte Suprema decidiu que a pretensão de ressarcimento ao erário, por sua natureza reparatória e civil, decorrente de ato doloso de improbidade, é imprescritível.

Portanto, pelas razões acima, as alternativas A, B e C estão incorretas.

QUESTÃO 22. Tendo em conta as disposições atuais da Lei nº 8.429/1992 (LIA), analise os itens abaixo e responda em seguida:

I - O acordo de não persecução civil previsto na Lei nº 8.429/1992 (LIA) pode ser celebrado no curso da investigação ou do processo judicial e, ainda, na fase de execução de sentença condenatória.

II - Para a decretação de indisponibilidade de bens do réu em ação de improbidade administrativa, basta a demonstração da plausibilidade de configuração dos atos descritos na petição inicial, sendo dispensável, em razão da predominância do interesse público, a demonstração de perigo de dano irreparável ou de risco ao resultado útil do processo.

III - A medida de indisponibilidade de bens prevista na Lei nº 8.429/1992 (LIA) tem natureza acautelatória, visando assegurar a reparação do dano ao erário ou o pagamento de eventual multa civil imposta como sanção em decorrência de condenação por ato de improbidade administrativa.

IV - Em razão da compatibilidade de ritos, é lícito cumular, na mesma ação, pretensões de natureza condenatória por ato de improbidade administrativa e de anulação de ato administrativo lesivo ao patrimônio público.

a) Somente o item I está correto

b) Os itens I e IV estão corretos.

c) Todos os itens estão incorretos.

d) O item II está errado e o item III está correto.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema improbidade administrativa.

O Item I está correto. A assertiva reproduz fielmente a disposição do art. 17-B, § 4º, da LIA: “Art. 17-B (...) § 4º O acordo a que se refere o caput deste artigo poderá ser celebrado no curso da investigação de apuração do ilícito, no curso da ação de improbidade ou no momento da execução da sentença condenatória”.

O Item II está incorreto. A afirmação descreve o entendimento jurisprudencial que vigorava antes da reforma de 2021, quando o STJ entendia que o periculum in mora para a decretação da indisponibilidade de bens era presumido (in re ipsa). A Lei nº 14.230/2021 alterou drasticamente essa regra. O novo art. 16, § 3º, da LIA passou a exigir expressamente a demonstração concreta do perigo de dano irreparável ou do risco ao resultado útil do processo, alinhando a medida cautelar da LIA à teoria geral das tutelas de urgência. Portanto, a dispensa do periculum in mora não mais subsiste.

O Item III está incorreto. Conforme o art. 16, § 10, da LIA, a indisponibilidade deve recair sobre bens que assegurem exclusivamente o integral ressarcimento do dano ao erário. A norma veda, de forma explícita, que a medida incida sobre valores referentes à eventual multa civil. Ao incluir a multa civil como um dos objetivos da indisponibilidade, o item contraria a lei vigente.

O Item IV está correto. A assertiva está em conformidade com a jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça, firmada em sede de recurso repetitivo (REsp 1.899.407/DF). O STJ pacificou o entendimento de que é lícita a cumulação, na mesma ação de improbidade, de pedidos de naturezas diversas, como a condenação do agente (obrigação de fazer/pagar) e a anulação de um contrato ou ato administrativo viciado (pedido declaratório/constitutivo), em nome da economia e da efetividade processual.

Portanto, pelas razões acima, as alternativas A, C e D estão incorretas.

QUESTÃO 23. Assinale a alternativa incorreta, considerando, inclusive, a jurisprudência dominante dos tribunais superiores:

- a) A pretensão de ressarcimento por prejuízo decorrente de exploração irregular de patrimônio mineral da União é imprescritível, porquanto indissociável do dano ambiental causado.
- b) Consoante o multifacetado sistema de responsabilidade por danos ao meio ambiente, um mesmo fato pode ser punido com multa, a título de ilícito administrativo, e ensejar pagamento de indenização na esfera judicial, de cujo valor será deduzido o montante correspondente à multa aplicada na esfera administrativa, a fim de não configurar bis in idem.
- c) A apreensão de instrumento utilizado em infração administrativa ambiental independe de uso específico, exclusivo ou habitual na empreitada infracional.

d) Em se tratando de responsabilidade civil por dano ambiental, são cumuláveis pretensões fundadas em obrigação de fazer, de não fazer e de indenizar.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema responsabilidade ambiental.

A alternativa A está incorreta, pois seu conteúdo está de acordo com entendimento do STF, fixado em sede de repercussão geral - Tema 1268 (lembre-se que o enunciado pede a alternativa de teor incorreto!). Vejamos: “É imprescritível a pretensão de ressarcimento ao erário decorrente da exploração irregular do patrimônio mineral da União, porquanto indissociável do dano ambiental causado.” (Repercussão Geral – Tema 1268).

A alternativa B está correta, devendo ser assinalada, pois é a única alternativa com teor incorreto segundo entendimentos jurisprudenciais (lembre-se que o enunciado pede a alternativa de teor incorreto!). De acordo com o fixado no REsp 1519040/SP, não existe tal dedução, pois são instâncias diferentes de responsabilização. Vejamos: “(...) VII - A indenização tem o escopo de restaurar o lesado e permitir a restauração da situação anterior ao ilícito. A multa, por outro lado, tem caráter sancionatório punitivo. Os dois conceitos não se confundem e indicam que os pedidos são de natureza diversa. VIII - Ademais, a aplicação de multa administrativa não compete ao Poder Judiciário, que pode anular, reformar ou determinar a apuração de multa, mas não substituir a autoridade administrativa para a apuração e fixação de sanção administrativa. Essa situação é asseverada quando o ato normativo legal e infralegal estabelece o órgão administrativo com competência específica para a fixação da penalidade. (...)”. (REsp1519040/SP. Min Rel. Francisco Falcão - DJe: 14/11/2022).

A alternativa C está incorreta, pois seu conteúdo está de acordo com entendimento do STJ, fixado em sede de recurso repetitivo - Tema 1036 (lembre-se que o enunciado pede a alternativa de teor incorreto!). Vejamos: “A apreensão do instrumento utilizado na infração ambiental, fundada no § 5º do art. 25 da Lei nº 9.605/98, independe do uso específico, exclusivo ou habitual para a empreitada infracional.” STJ. 1ª Seção. REsp 1.814.944-RN, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, julgado em 10/02/2021 (Recurso Repetitivo – Tema 1036).

A alternativa D está incorreta, pois seu conteúdo está de acordo com a Súmula 629 do STJ (lembre-se que o enunciado pede a alternativa de teor incorreto!). Vejamos: “Quanto ao dano ambiental, é admitida a condenação do réu à obrigação de fazer ou à de não fazer cumulada com a de indenizar.”.

QUESTÃO 24. Quanto à incidência do princípio do protetor-recebedor, analise os itens abaixo e responda em seguida:

I - De acordo com esse princípio, o dano ambiental deve ser integralmente ressarcido, cabendo àquele que degrada em grande intensidade receber sanções mais severas.

II - Há que se prever um nexo de causalidade em sinal invertido, estabelecendo que aquele que protege o meio ambiente em situações gerais deve receber uma sanção menos gravosa quando, em situações específicas, degradar o meio ambiente.

III - Esse princípio implica a internalização dos custos ambientais decorrentes dos processos produtivos no preço final dos produtos e serviços.

IV - Esse princípio se relaciona com a ideia de estabelecimento de sanções positivas, implicando uma retribuição de natureza econômica a quem, no interesse da coletividade, adota práticas voltadas à proteção ou à melhoria da qualidade do meio ambiente.

a) Os itens I e IV estão corretos.

b) Os itens II e IV estão corretos.

c) Apenas o item IV está correto.

d) Apenas o item II está incorreto.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema princípios de direito ambiental.

O item I está incorreto. Em termos simples, o princípio do protetor-recebedor visa premiar quem protege o meio ambiente. De acordo com a doutrina: “Esse princípio estabelece que cabe pagamento àquele que de alguma forma presta um serviço ambiental, preservando, melhorando ou recuperando a qualidade do meio ambiente. A ideia é dar uma retribuição financeira como incentivo ao agente que protege um bem ambiental em benefício da sociedade.” (Direito Ambiental MPF - Estratégia Carreiras Jurídicas, 2025; Cap. 2.5.8 Princípio do Protetor-Recebedor - Livro Digital Interativo).

Tomando por base a mesma explicação, **automaticamente o Item IV fica correto**.

O item II está incorreto. É sim necessária a reparação integral do meio ambiente, não havendo de se falar em proteção menos gravosa ou nenhum outro tipo de benefício para aquele que protegeu o meio ambiente. Conforme a doutrina: “O poluidor deve responder pelos custos sociais pela degradação causada, como também suportar as consequências negativas de sua atividade e não deixar para sociedade o ônus da degradação ambiental por ele produzida, buscando-se, com isso, evitar a privatização de lucros e a socialização de perdas. Ele tem o dever de eliminar essas

externalidades negativas.” (Direito Ambiental MPF - Estratégia Carreiras Jurídicas, 2025; Cap. 2.5.6 Princípio do Poluidor-Pagador - Livro Digital Interativo).

O item III está incorreto. Esta característica é do princípio do poluidor-pagador. Vejamos o que a doutrina traz sobre o tema: “Nessa quadratura, o poluidor deve internalizar os custos das externalidades negativas para que a sociedade não venha suportar o ônus da produção. Isso pode ser concretizado por meio do Estado (dever), através de ações de fiscalização, ou mesmo por meio de políticas públicas que fixem obrigações para as atividades potencialmente poluidoras do meio ambiente.” (Direito Ambiental MPF - Estratégia Carreiras Jurídicas, 2025; Cap. 2.5.6 Princípio do Poluidor-Pagador - Livro Digital Interativo).

QUESTÃO 25. Analise os itens abaixo e responda em seguida:

I - Como instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente, o zoneamento ecológico-econômico implica a organização do território a ser observado na implantação de plano, obras e atividades públicas e privadas, estabelecendo medidas e padrões de proteção do meio ambiente, em prol do desenvolvimento sustentável e da qualidade de vida da população.

II - Enquanto instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente, o licenciamento ambiental é de competência exclusiva da União, podendo ser, porém, delegado aos Estados, em decorrência do federalismo cooperativo.

III - A servidão ambiental é um instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente destinado ao estabelecimento de serviços a serem prestados por concessionários contratados para desenvolver atividades voltadas à proteção do meio ambiente.

IV - O pagamento por serviços ambientais constitui instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente caracterizado por retribuições de caráter monetário ou não, em relação a atividades de recuperação e melhoria de serviços ecossistêmicos.

a) Todos os itens estão incorretos.

b) Apenas os itens II e IV estão corretos.

c) Os itens I e IV estão corretos.

d) Somente o item III está incorreto.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema PNMA - Política Nacional do Meio Ambiente.

O Item I está correto. Conforme preconiza a doutrina: “O zoneamento ambiental é uma espécie de zoneamento que tem como objeto principal a preservação, recuperação e uso dos recursos naturais, melhor dizendo, é um instrumento de planejamento ambiental que previamente se define a quantidade e os tipos de recursos naturais disponíveis em uma área para se permitir ou não a sua exploração. Nesse sentido, o zoneamento ambiental é uma limitação ao direito de propriedade, considerando que imporá limitações ao seu uso.” (Direito Ambiental MPF - Estratégia Carreiras Jurídicas, 2025; Cap. 4.1.6 Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil - ZEE - Livro Digital Interativo).

O zoneamento ambiental tem seu fundamento legal no art. 9º, II, da Lei 6.938/81, que o previu expressamente como instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente. Vejamos: “Art 9º - São instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente: II - o zoneamento ambiental”.

O Item II está incorreto. Trata-se de competência comum, conforme art. 23, incisos VI e VII, da CF: “Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas; VII - preservar as florestas, a fauna e a flora;”. Ademais, perceba que na LC 140/11, o zoneamento é previsto tanto na competência da União, como dos Estados e Municípios. Vejamos: “Art. 7º São ações administrativas da União: IX - elaborar o zoneamento ambiental de âmbito nacional e regional;”; “Art. 8º São ações administrativas dos Estados: IX - elaborar o zoneamento ambiental de âmbito estadual, em conformidade com os zoneamentos de âmbito nacional e regional;”; e “Art. 9º São ações administrativas dos Municípios: IX - elaborar o Plano Diretor, observando os zoneamentos ambientais;”.

O Item III está incorreto. De acordo com art. 9º-A da PNMA: “Art. 9º-A. O proprietário ou possuidor de imóvel, pessoa natural ou jurídica, pode, por instrumento público ou particular ou por termo administrativo firmado perante órgão integrante do Sisnama, limitar o uso de toda a sua propriedade ou de parte dela para preservar, conservar ou recuperar os recursos ambientais existentes, instituindo servidão ambiental.”

O Item IV está correto. Conforme art. 2º, III, da Lei 14.119/2021: “Art. 2º Para os fins desta Lei, consideram-se: III - serviços ambientais: atividades individuais ou coletivas que favorecem a manutenção, a recuperação ou a melhoria dos serviços ecossistêmicos;”. Ademais, veja que, de fato, o referido instrumento é caracterizado por retribuições de caráter monetário ou não, de acordo com art. 3º, I, da Lei 14.119/2021: “Art. 3º São modalidades de pagamento por serviços ambientais, entre outras: I - pagamento direto, monetário ou não monetário;”.

QUESTÃO 26. Assinale a alternativa correta:

a) A Mata Atlântica é uma unidade de conservação de uso sustentável, nela podendo ser desenvolvidas atividades econômicas, desde que sujeitas a plano de manejo autorizado pelo órgão ambiental competente.

b) Considerando o regime de uso restrito estabelecido em lei, é vedada a realização de atividades de ecoturismo nas unidades de conservação de proteção integral.

c) Considerando a necessidade de atenuar gradativamente a possibilidade de impactos ambientais negativos, o poder público é legalmente obrigado a instituir zonas de amortecimento no entorno de todas as unidades de conservação que integram o SNUC, em dimensões compatíveis com as peculiaridades de cada uma delas.

d) A criação de uma unidade de conservação pode correr por ato administrativo, mas as alterações que impliquem desafetação ou redução de seus limites dependem sempre de lei específica.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC.

A alternativa A está incorreta. A Mata Atlântica é um bioma, e não uma unidade de conservação. Todas as unidades de conservação estão exaustivamente dispostas nos artigos 8º e 14 da SNUC, em cujos incisos não se inclui a mata atlântica. Vejamos: “Art. 8º O grupo das Unidades de Proteção Integral é composto pelas seguintes categorias de unidade de conservação: I - Estação Ecológica; II - Reserva Biológica; III - Parque Nacional; IV - Monumento Natural; V - Refúgio de Vida Silvestre.”; “Art. 14. Constituem o Grupo das Unidades de Uso Sustentável as seguintes categorias de unidade de conservação: I - Área de Proteção Ambiental; II - Área de Relevante Interesse Ecológico; III - Floresta Nacional; IV - Reserva Extrativista; V - Reserva de Fauna; VI – Reserva de Desenvolvimento Sustentável; e VII - Reserva Particular do Patrimônio Natural.”.

A alternativa B está incorreta. Não há tal proibição em nenhum dos dispositivos da SNUC.

A alternativa C está incorreta. A Área de Proteção Ambiental e a Reserva Particular do Patrimônio Natural não necessitam de zona de amortecimento. É o que determina o art. 25 da SNUC: “Art. 25. As unidades de conservação, exceto Área de Proteção Ambiental e Reserva Particular do Patrimônio Natural, devem possuir uma zona de amortecimento e, quando conveniente, corredores ecológicos.”

A alternativa D está correta. Conforme art. 22, caput e §7º, da SNUC: “Art. 22. As unidades de conservação são criadas por ato do Poder Público. § 7º A desafetação ou redução dos limites de uma unidade de conservação só pode ser feita mediante lei específica.”

QUESTÃO 27. Analise os itens abaixo e responda em seguida:

I - A Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável estabelecidos pelas Nações Unidas interconectam-se com as metas climáticas definidas no Acordo de Paris, haja vista que a

busca por sustentabilidade, no seu sentido mais amplo, envolve políticas e respostas efetivas para reduzir impactos negativos no meio ambiente, melhorar a governança das corporações e assegurar o bem-estar da coletividade, com proteção e promoção dos direitos humanos.

II - Elencado como um dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, a meta de garantir acesso a fontes de energia sustentáveis e modernas a todos relaciona-se com o Acordo de Paris, uma vez que a redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE) deve considerar, entre outras medidas, a transição energética com a adoção de matrizes renováveis e menos poluentes.

III - Entre as estratégias voltadas ao fortalecimento das respostas globais à crise climática, os signatários do Acordo de Paris pactuaram, nos termos do princípio da cooperação, a limitação do aumento da temperatura a 1,5 °C em relação aos níveis pré-industriais, a adoção de políticas e incentivos para atividades ligadas à redução de emissões por desmatamento e degradação florestal e o estabelecimento de fluxos financeiros, de modo a que países desenvolvidos auxiliem países em desenvolvimento com vistas à baixa emissão de gases de efeito estufa e à redução dos impactos negativos da mudança do clima.

IV - Indicados entre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, a gestão sustentável da água implica a necessidade de implementação de políticas públicas voltadas à proteção de rios e aquíferos, bem como o incentivo ao tratamento de efluentes e reutilização direta ou indireta de água.

a) Apenas os itens I e II estão corretos e o item III está errado.

b) Apenas os itens I e IV estão corretos e o item II está errado.

c) Apenas os itens II e III estão corretos e o item IV está errado.

d) Todos os itens estão corretos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema

O Item I está correto, conforme ODS 13: "Objetivo 13. Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos. 13.1 Reforçar a resiliência e a capacidade de adaptação a riscos relacionados ao clima e às catástrofes naturais em todos os países. 13.2 Integrar medidas da mudança do clima nas políticas, estratégias e planejamentos nacionais. 13.3 Melhorar a educação, aumentar a conscientização e a capacidade humana e institucional sobre mitigação, adaptação, redução de impacto e alerta precoce da mudança do clima. 13.a Implementar o compromisso assumido pelos países desenvolvidos partes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima [UNFCCC] para a meta de mobilizar conjuntamente US\$ 100 bilhões por ano a

partir de 2020, de todas as fontes, para atender às necessidades dos países em desenvolvimento, no contexto das ações de mitigação significativas e transparência na implementação; e operacionalizar plenamente o Fundo Verde para o Clima por meio de sua capitalização o mais cedo possível. 13.b. Promover mecanismos para a criação de capacidades para o planejamento relacionado à mudança do clima e à gestão eficaz, nos países menos desenvolvidos, inclusive com foco em mulheres, jovens, comunidades locais e marginalizadas.”

O Item II está correto, conforme ODS 7: “Objetivo 7. Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todas e todos. 7.1 Até 2030, assegurar o acesso universal, confiável, moderno e a preços acessíveis a serviços de energia. 7.2 Até 2030, aumentar substancialmente a participação de energias renováveis na matriz energética global. 7.3 Até 2030, dobrar a taxa global de melhoria da eficiência energética. 7.a Até 2030, reforçar a cooperação internacional para facilitar o acesso a pesquisa e tecnologias de energia limpa, incluindo energias renováveis, eficiência energética e tecnologias de combustíveis fósseis avançadas e mais limpas, e promover o investimento em infraestrutura de energia e em tecnologias de energia limpa. 7.b Até 2030, expandir a infraestrutura e modernizar a tecnologia para o fornecimento de serviços de energia modernos e sustentáveis para todos nos países em desenvolvimento, particularmente nos países menos desenvolvidos, nos pequenos Estados insulares em desenvolvimento e nos países em desenvolvimento sem litoral, de acordo com seus respectivos programas de apoio.”

O Item III está correto, conforme art. 2º, I, “a”, do Acordo de Paris: “Artigo 2º. 1. Este Acordo, ao reforçar a implementação da Convenção, incluindo seu objetivo, visa fortalecer a resposta global à ameaça da mudança do clima, no contexto do desenvolvimento sustentável e dos esforços de erradicação da pobreza, incluindo: (a) Manter o aumento da temperatura média global bem abaixo de 2°C em relação aos níveis pré-industriais, e envidar esforços para limitar esse aumento da temperatura a 1,5°C em relação aos níveis pré-industriais, reconhecendo que isso reduziria significativamente os riscos e os impactos da mudança do clima;”.

O Item IV está correto, conforme ODS 6: “Objetivo 6. Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todas e todos. 6.1 Até 2030, alcançar o acesso universal e equitativo a água potável e segura para todos. 6.2 Até 2030, alcançar o acesso a saneamento e higiene adequados e equitativos para todos, e acabar com a defecação a céu aberto, com especial atenção para as necessidades das mulheres e meninas e daqueles em situação de vulnerabilidade. 6.3 Até 2030, melhorar a qualidade da água, reduzindo a poluição, eliminando despejo e minimizando a liberação de produtos químicos e materiais perigosos, reduzindo à metade a proporção de águas residuais não tratadas e aumentando substancialmente a reciclagem e reutilização segura globalmente. 6.4 Até 2030, aumentar substancialmente a eficiência do uso da água em todos os setores e assegurar retiradas sustentáveis e o abastecimento de água doce para enfrentar a escassez de água, e reduzir substancialmente o número de pessoas que sofrem com a escassez de água. 6.5 Até 2030, implementar a gestão integrada dos recursos hídricos em todos os níveis, inclusive via cooperação transfronteiriça, conforme apropriado. 6.6 Até 2020, proteger e

restaurar ecossistemas relacionados com a água, incluindo montanhas, florestas, zonas úmidas, rios, aquíferos e lagos. 6.a Até 2030, ampliar a cooperação internacional e o apoio à capacitação para os países em desenvolvimento em atividades e programas relacionados à água e saneamento, incluindo a coleta de água, a dessalinização, a eficiência no uso da água, o tratamento de efluentes, a reciclagem e as tecnologias de reuso. 6.b apoiar e fortalecer a participação das comunidades locais, para melhorar a gestão da água e do saneamento.”

QUESTÃO 28. Assinale a alternativa correta:

a) De acordo com a jurisprudência do STF, a Constituição da República, ao conferir à coletividade o direito e o dever de proteger o meio ambiente sadio e ecologicamente equilibrado, assinala a dimensão participativa de democracia na governança ambiental, daí decorrendo a conclusão no sentido de que a discricionariedade decisória inerente ao Poder Executivo não autoriza a diminuição desproporcional da participação de representantes da sociedade civil no Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, cuja composição e estrutura devem refletir a interação plural dos diferentes setores sociais e governamentais.

b) Como expressão do princípio da participação comunitária, a audiência pública constitui fase relevante do licenciamento ambiental e, por seu caráter informacional e deliberativo vinculante, a não observância de suas conclusões pela autoridade administrativa competente implica nulidade de eventual licença expedida.

c) Viola os princípios do poluidor-pagador e do usuário-pagador a imposição de medida compensatória consistente em obrigar o responsável por empreendimentos de significativo impacto ambiental a apoiar implantação de manutenção de unidade de conservação de proteção integral, porquanto esses princípios impõem a adoção de medidas corretivas especificamente voltadas aos danos potenciais ou efetivos derivados de uma atividade econômica no local onde ela se desenvolve.

d) De acordo com o princípio da vedação do retrocesso, eventual alteração ou revogação de lei ordinária que estabeleça níveis satisfatórios de proteção do meio ambiente exige quórum qualificado de dois terços de cada Casa Legislativa.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema princípios de direito ambiental.

A alternativa A está correta. Conforme decidido no julgamento da ADPF 623: “(...) 2. A governança ambiental exercida pelo CONAMA deve ser a expressão da democracia enquanto método de processamento dos conflitos. A sua composição e estrutura não de refletir a interação e arranjo dos diferentes setores sociais e governamentais. Para tanto é necessária uma organização procedimental que potencialize a participação marcada pela pluralidade e pela igualdade política,

bem como a real capacidade de influência dos seus decisores ou votantes. 3. Na democracia constitucional, o cidadão deve se engajar nos processos decisórios para além do porte de título de eleitor. Esse engajamento cívico oferece alternativas procedimentais para suprir as assimetrias e deficiências do modelo democrático representativo e partidário. (...) 5. Ao conferir à coletividade o direito-dever de tutelar e preservar o meio ambiente ecologicamente equilibrado (art. 225), a Constituição Federal está a exigir a participação popular na administração desse bem de uso comum e de interesse de toda a sociedade. E assim o faz tomando em conta duas razões normativas: a dimensão objetiva do direito fundamental ao meio ambiente e o projeto constitucional de democracia participativa na governança ambiental. (...) 7. O desmantelamento das estruturas orgânicas que viabilizam a participação democrática de grupos sociais heterogêneos nos processos decisórios do Conama tem como efeito a implementação de um sistema decisório hegemônico, concentrado e não responsivo, incompatível com a arquitetura constitucional democrática das instituições públicas e suas exigentes condicionantes. (...)” (STF. Plenário. ADPF 623/DF, Rel. Min. Rosa Weber, julgado em 22/05/2023).

A alternativa B está incorreta. A audiência pública não tem caráter vinculante, há apenas a colheita de críticas e sugestões. Veja o que determina a Resolução 9/87 do CONAMA, em seu art. 1º: “Art. 1º A Audiência Pública referida na RESOLUÇÃO CONAMA nº 1/86, tem por finalidade expor aos interessados o conteúdo do produto em análise e do seu referido RIMA, dirimindo dúvidas e recolhendo dos presentes as críticas e sugestões a respeito.”

A alternativa C está incorreta. Não há de se falar em violação. A competência ambiental está prevista no art. 36, da Lei de SNUC: “Art. 36. Nos casos de licenciamento ambiental de empreendimentos de significativo impacto ambiental, assim considerado pelo órgão ambiental competente, com fundamento em estudo de impacto ambiental e respectivo relatório - EIA/RIMA, o empreendedor é obrigado a apoiar a implantação e manutenção de unidade de conservação do Grupo de Proteção Integral, de acordo com o disposto neste artigo e no regulamento desta Lei. § 3º Quando o empreendimento afetar unidade de conservação específica ou sua zona de amortecimento, o licenciamento a que se refere o caput deste artigo só poderá ser concedido mediante autorização do órgão responsável por sua administração, e a unidade afetada, mesmo que não pertencente ao Grupo de Proteção Integral, deverá ser uma das beneficiárias da compensação definida neste artigo.

A alternativa D está incorreta. Não existe tal previsão de quórum em nenhum dispositivo do ordenamento jurídico ambiental.

QUESTÃO 29. Analise os itens abaixo e responda em seguida:

I - De acordo com a Constituição da República e a jurisprudência do STF, o Município tem competência para legislar sobre meio ambiente nos limites de seu interesse local e desde que o regramento editado seja harmônico com a disciplina estabelecida pelos demais entes federados.

Assim, deve ser assegurada a competência administrativa do Município para licenciar atividades e empreendimentos de impacto local.

II - O nível da atuação político-administrativa no campo das competências partilhadas, inerentes ao federalismo cooperativo, é aferido pelo princípio da subsidiariedade. Assim, omissões ou mora administrativa imotivadas e desproporcionais na manifestação definitiva sobre os pedidos de renovação de licenças ambientais instaura a competência supletiva dos demais entes federados nas ações administrativas de licenciamento e autorização ambiental.

III - No âmbito da competência legislativa concorrente em matéria ambiental, cabe à União editar normas de caráter geral, sendo que, no exercício da atividade legislativa suplementar, os Estados devem observar os standards de proteção fixados na norma geral, razão pela qual é inconstitucional norma estadual que, a pretexto de atender a peculiaridades regionais, flexibiliza e simplifica o licenciamento ambiental, esvaziando o procedimento de licenciamento ambiental definido no regramento nacional, editado pela União.

IV - Como decorrência do federalismo cooperativo, União e Estados têm competência administrativa comum e legislativa concorrente em matéria ambiental, razão por que, diante de graus variáveis de proteção do meio ambiente, admite-se, em princípio, que os Estados editem normas mais protetivas em relação ao meio ambiente, com sua prevalência, em atendimento às suas peculiaridades regionais e na preponderância de seu interesse, conforme o caso.

a) Todos os itens estão incorretos.

b) O item I está incorreto e o item III está correto.

c) Todos os itens estão corretos.

d) Apenas o item IV está incorreto.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema repartição de competências em matéria ambiental.

O Item I está correto. De acordo com Tema 145 repercussão geral do STF: “O município é competente para legislar sobre o meio ambiente com a União e o Estado, no limite do seu interesse local e desde que tal regramento seja harmônico com a disciplina estabelecida pelos demais entes federados (art. 24, VI, c/c 30, I e II, da Constituição Federal).” (STF. Plenário. ADI 2142/CE, Rel. Min. Roberto Barroso, julgado em 24/6/2022). Ademais, veja o que determina art. 9º, XIV, “a”, da LC 140/2011: “Art. 9º São ações administrativas dos Municípios: XIV - observadas as atribuições dos demais entes federativos previstas nesta Lei Complementar, promover o licenciamento

ambiental das atividades ou empreendimentos: a) que causem ou possam causar impacto ambiental de âmbito local, conforme tipologia definida pelos respectivos Conselhos Estaduais de Meio Ambiente, considerados os critérios de porte, potencial poluidor e natureza da atividade;”.

O Item II está correto. Conforme decidido pelo STF no julgamento da ADI 4757: “Decisão: O Tribunal, por unanimidade, julgou improcedentes os pedidos de declaração de inconstitucionalidade dos arts. 4º, V e VI, 7º, XIII, XIV, h, XV e parágrafo único, 8º, XIII e XIV, 9º, XIII e XIV, 14, § 3º, 15, 17, caput e §§ 2º, 20 e 21 da Lei Complementar nº 140/2011 e, por arrastamento, da integralidade da legislação; e julgou parcialmente procedente a ação direta para conferir interpretação conforme à Constituição Federal: (i) ao § 4º do art. 14 da Lei Complementar nº 140/2011 para estabelecer que a omissão ou mora administrativa imotivada e desproporcional na manifestação definitiva sobre os pedidos de renovação de licenças ambientais instaura a competência supletiva do art. 15 e (ii) ao § 3º do art. 17 da Lei Complementar nº 140/2011, esclarecendo que a prevalência do auto de infração lavrado pelo órgão originalmente competente para o licenciamento ou autorização ambiental não exclui a atuação supletiva de outro ente federado, desde que comprovada omissão ou insuficiência na tutela fiscalizatória. Tudo nos termos do voto da Relatora. O Ministro Nunes Marques acompanhou a Relatora com ressalvas. Plenário, Sessão Virtual de 2.12.2022 a 12.12.2022.” (STF. Plenário. ADI 4757/DF, Rel. Min. Rosa Weber, julgado em 12/12/2022).

O Item III está correto. Conforme decidido pelo STF no julgamento da ADI 6672: “É inconstitucional a legislação estadual que, flexibilizando exigência legal para o desenvolvimento de atividade potencialmente poluidora, cria modalidade mais simplificada de licenciamento ambiental.” (STF. Plenário. ADI 6672/RR, Rel. Min. Alexandre de Moraes, julgado em 14/9/2021).

O Item IV está correto. Conforme decidido pelo STF no julgamento da ADI 5996: “É constitucional lei estadual que proíba a utilização de animais para desenvolvimento, experimentos e testes de produtos cosméticos, de higiene pessoal, perfumes e seus componentes.” (STF. Plenário. ADI 5996, Rel. Alexandre de Moraes, julgado em 15/04/2020).

QUESTÃO 30. Em relação ao patrimônio cultural brasileiro, é incorreto afirmar que:

- a) A proteção de bens culturais é da competência material comum de todos os entes políticos, a depender de sua relevância e da predominância do interesse - local, regional ou nacional.
- b) Por força direta da Constituição Federal, são tombados os documentos e sítios detentores de reminiscências históricas de antigos quilombos.
- c) Estados, Distrito Federal e Municípios devem limitar-se a implementar normas editadas pela União, não podendo legislar sobre proteção do patrimônio cultural, uma vez que essa competência é privativa da União.

d) Como modalidade de intervenção estatal na propriedade, o tombamento é corolário do princípio da função socioambiental da propriedade e se destina a proteger bens móveis ou imóveis dotados de relevância cultural, cabendo ao poder público instituir tombamento provisório, de natureza antecipatória e preventiva, quando, no curso do procedimento administrativo e após a notificação do proprietário, surgir uma situação de risco de perecimento ou descaracterização da coisa destinatária da medida protetiva.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema patrimônio cultural brasileiro.

A alternativa A está incorreta, tendo em vista que seu conteúdo condiz perfeitamente com o teor do artigo 23 da CF (lembre-se que o enunciado pede a alternativa de teor incorreto!). Vejamos: “Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: III - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos; IV - impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural;”.

A alternativa B está incorreta, pois seu conteúdo se amolda perfeitamente ao do art. 216, § 5º, da CF (lembre-se que o enunciado pede a alternativa de teor incorreto!). Vejamos: “§ 5º Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.”

A alternativa C está correta, pois seu conteúdo não se adequa aos ditames da Constituição Federal (lembre-se que o enunciado pede a alternativa de teor incorreto!). A proteção do patrimônio cultural é de competência administrativa comum e competência legislativa concorrente, conforme artigos 23 (já transcrito na explicação da alternativa A), 24 e 30 da CF. Vejamos: “Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: VII - proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico;”; “Art. 30. Compete aos Municípios: IX - promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual.”

A alternativa D está incorreta. (lembre-se que o enunciado pede a alternativa de teor incorreto!). De acordo com a doutrina: “O tombamento é um instrumento de tutela do patrimônio cultural aplicável a bens culturais materiais sendo previsto no art. 216, §1º, da CF/88 e disciplinado pelo Decreto-Lei 25/37, conhecido como Lei Geral do Tombamento. O tombamento funciona como uma limitação ao direito de propriedade sendo uma intervenção do Estado nesse direito, disciplinando o uso, o gozo, e a disposição desse bem. Com o tombamento, o bem passa a ter um carimbo de uso limitado, embora sem que tenha sido expropriado de seu dono. (...) Assim, podemos definir tombamento como sendo um procedimento administrativo que visa limitar o uso, o gozo e a disposição de um bem, na busca da preservação do patrimônio cultural material e de

monumentos naturais, sítios e paisagens de feição notável pela própria natureza ou por intervenção humana. Desse conceito é possível extrair que os bens que poderão ser tombados são os originários de atividades humanas, com também os naturais.” (Direito Ambiental MPF - Estratégia Carreiras Jurídicas, 2025; 13.1.7 Tombamento de Bens Culturais - Livro Digital Interativo).

Ademais, conforme art. 10 do DL 25/37, que trata do tombamento: “Art. 10. O tombamento dos bens, a que se refere o art. 6º desta lei, será considerado provisório ou definitivo, conforme esteja o respectivo processo iniciado pela notificação ou concluído pela inscrição dos referidos bens no competente Livro do Tombo. Parágrafo único. Para todos os efeitos, salvo a disposição do art. 13 desta lei, o tombamento provisório se equipará ao definitivo.”

QUESTÃO 31. Apesar de as mulheres representarem mais da metade do eleitorado brasileiro, os dados estatísticos sempre apontaram para uma subrepresentatividade feminina na política. Com o objetivo de propiciar e garantir uma maior participação de mulheres, a norma do art. 10, § 3º, da Lei nº 9.504/1997 estabeleceu a obrigatória reserva do percentual mínimo de 30% e máximo de 70% de vagas para candidatura de cada gênero. Contudo, a despeito de a referida regra encontrar-se em vigor desde 2009, as agremiações partidárias ainda têm relutância e indicam candidaturas fictícias/fraudulentas. Após confirmação de dezenas de fraudes à cota de gênero, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) aprovou, em maio de 2024, a Súmula 73, consolidando a jurisprudência sobre o assunto, inclusive no tocante às consequências jurídicas do reconhecimento do ilícito. Acerca dos referidos temas, analise os enunciados abaixo e assinale a alternativa correta, de acordo com o entendimento do TSE:

I- Se um determinado partido apresentar Demonstrativo de Regularidade de Atos Partidários (DRAP) com indicação de 7 (sete) nomes para disputa ao cargo eletivo de vereador, sendo 2 (duas) mulheres e 5 (cinco) homens, terá obedecido à norma do art. 10, § 3º, da Lei nº 9.504/1997, considerando que, no cálculo do percentual da cota de gênero, será sempre desprezada a fração, se inferior a 0,5 (meio) e igualada a 1 (um), se igual ou superior.

II - A fraude à cota de gênero pode ser objeto de Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE) ou de Ação de Impugnação de Mandato Eletivo (AIME).

III- Embora a fraude à cota de gênero ocorra na fase de registro de candidatura, os indícios de sua ocorrência, na maioria dos casos, ficam mais aferíveis após a conclusão do pleito eleitoral, tanto que a Súmula-TSE nº 73, estabeleceu que a fraude à cota de gênero configura-se com a presença de um ou alguns dos seguintes elementos, quando os fatos e as circunstâncias do caso concreto assim permitirem concluir: (1) votação zerada ou inexpressiva; (2) prestação de contas zerada, padronizada ou ausência de movimentação financeira relevante; e (3) ausência de atos efetivos de campanhas, divulgação ou promoção da candidatura de terceiros.

IV-O reconhecimento da fraude à cota de gênero acarretará: (a) a cassação do Demonstrativo de Regularidade dos Atos Partidários (DRAP) da legenda e dos diplomas dos candidatos a ele

vinculados, independentemente da prova de participação, ciência ou anuência deles; (b) a inelegibilidade daqueles que praticaram ou anuíram com a conduta, nas hipóteses de Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE); (c) a nulidade dos votos obtidos pelo partido, com a recountagem dos quocientes eleitoral e partidário (art. 222 do Código Eleitoral), inclusive para fins de aplicação do art. 224 do Código Eleitoral.

a) Somente a alternativa I é falsa.

b) Somente a alternativa II é falsa.

c) Somente alternativas I e III são verdadeiras.

d) Somente as alternativas III e IV são verdadeiras.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A questão trata sobre a cota de gênero (Art. 10, § 3º, da Lei nº 9.504/1997) como um mecanismo para combater a subrepresentatividade feminina na política.

Para responder a essa questão, exigia-se o conhecimento sobre a legislação eleitoral e em especial a Súmula 73 do TST.

Vamos analisar cada uma das afirmativas.

A afirmativa I é falsa. Para o cálculo da cota de gênero (30 %), qualquer fração deve ser arredondada para o número inteiro imediatamente superior. No caso, $30\% \text{ de } 7 = 2,1 \rightarrow$ exige-se 3 mulheres, não 2.

A regra citada pelo item I (desprezar fração $< 0,5$) aplica-se apenas ao teto de candidaturas (art. 17, § 1º), não à cota mínima (art. 17, § 3º, Res.-TSE 23.609/2019).

A afirmativa II é verdadeira. O TSE admite o processamento da fraude à cota de gênero tanto em AIJE (ilícitos eleitorais) como em AIME (fraude que afeta o mandato), conforme a jurisprudência do TST assim confirma (TRE-PA - REI: 06000036420216140035 BAIÃO - PA, Relator.: Des. Diogo Seixas Conduru, Data de Julgamento: 14/03/2023, Data de Publicação: DJE - Diário da Justiça Eletrônico, Tomo 58, Data 24/03/2023).

A afirmativa III é verdadeira. O texto reproduz literalmente os três indícios listados na Súmula 73/TSE para caracterização da fraude.

A afirmativa IV é verdadeira. As três consequências enunciadas correspondem, palavra por palavra, às alíneas (a)–(c) da Súmula 73/TSE.

Nesse sentido, a alternativa A está correta, tendo em vista apenas a afirmativa I ser falsa.

As demais alternativas estão incorretas.

QUESTÃO 32. O Ministério Público Eleitoral recebeu, em setembro de 2024, uma representação noticiando que João dos Santos, Prefeito, candidato à reeleição no pleito de 2024, participou, em junho daquele ano, de reunião de articulação com diretores e diretoras de escolas municipais, momento em que prometeu a vantagem de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) em troca de voto e apoio político daquele grupo. Considerando a referida situação hipotética, marque a opção correta:

a) Por ter ocorrido a promessa de vantagem de R\$ 5.000 (cinco) mil reais aos diretores e diretoras de escolas, visando obtenção de voto e apoio político, caracterizada está a prática de captação ilícita de sufrágio.

b) Caso não tivesse ocorrido o pedido explícito de votos, um dos elementos para a configuração do ilícito, nos termos do art. 41-A da Lei nº 9.504/1997, não estaria caracterizada a prática de captação ilícita de sufrágio.

c) Por ser a ocorrência do fato durante o período compreendido entre o registro da candidatura até o dia da eleição um dos elementos necessários para a configuração da regra do art. 41-A da Lei nº 9.504/1997, não está caracterizada a captação ilícita de sufrágio neste caso.

d) A hipótese eleitoral caracteriza abuso de poder econômico, pois, para a configuração do ato abusivo, conforme a norma do inciso XVI do art. 22 da Lei Complementar nº 64/1990, considera-se não apenas a gravidade das circunstâncias que o caracterizam, mas também a potencialidade de o fato alterar o resultado da eleição.

Comentários

A alternativa correta é a **letra c**.

A questão trata sobre captação ilícita de sufrágio, prevista no Art. 41-A da Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições).

A alternativa A está incorreta. A promessa foi feita em junho/2024, antes do registro da candidatura (prazo final: 15 de agosto). O art. 41-A exige que a conduta ocorra “desde o registro da candidatura até o dia da eleição”; ausência desse requisito afasta a captação ilícita de sufrágio.

A alternativa B está incorreta. A promessa foi feita em junho/2024, antes do registro da candidatura (prazo final: 15 de agosto). O art. 41-A exige que a conduta ocorra “desde o registro da candidatura até o dia da eleição”; ausência desse requisito afasta a captação ilícita de sufrágio.

A alternativa C está correta. Um dos requisitos objetivos da captação ilícita é que o fato se dê entre o registro e o dia da eleição — elemento ausente aqui. A jurisprudência do TSE consolida essa exigência. Logo, não há captação ilícita de sufrágio nesse caso concreto.

A alternativa D está incorreta. A premissa normativa está desatualizada: após a LC 135/2010, o art. 22, XVI, da LC 64/1990 dispõe que “não será considerada a potencialidade de o fato alterar o resultado da eleição, mas apenas a gravidade das circunstâncias”. Portanto, a alternativa aplica critério revogado e afirma, sem análise fático-jurídica mínima, que o abuso já se caracteriza, o que contraria o entendimento de que é indispensável comprovar a gravidade da conduta (AIJE 060182324/DF, rel. Min. Jorge Mussi, 26.09.2019)

QUESTÃO 33. A norma do art. 36, caput, da Lei nº 9.504/1997 estabelece que “a propaganda eleitoral somente é permitida após o dia 15 de agosto do ano da eleição”. Essa redação foi dada pela Lei nº 13.165/2015, que reduziu o período eleitoral, mas ampliou as possibilidades de comunicação na pré-campanha. Sobre as regras que permitem a realização de atos no período de pré-campanha e nos termos do entendimento do TSE, analise os enunciados abaixo e assinale a opção correta:

I - Os atos ilícitos na pré-campanha não são ilimitados e, segundo entendimento do TSE, configuram propaganda eleitoral antecipada os atos de caráter/conteúdo eleitoral que isolada, ou cumulativamente, contiverem (i) presença de pedido explícito de voto; (ii) utilização de meios proscritos (vedados) durante o período de propaganda oficial; e (iii) violação ao princípio da igualdade de oportunidade entre os candidatos.

II - Não configuram propaganda eleitoral antecipada a menção à pretensa candidatura e a exaltação das qualidades pessoais dos pré-candidatos, desde que não envolvam pedido explícito de voto e não tenham cobertura dos meios de comunicação social, inclusive via internet.

III- O pedido explícito de voto, vedado na pré- /campanha, deve ser aferido a partir do conteúdo da mensagem veiculada, que não se limita ao uso da locução “vote em”, tendo em vista a possibilidade de utilização de equivalentes semânticos, denominados de “palavras mágicas” pelo TSE; IV - Considera-se propaganda antecipada passível de multa aquela que veicule conteúdo eleitoral em local vedado ou por meio, forma ou instrumento proscrito no período de campanha, como, por exemplo, a propaganda eleitoral mediante outdoors.

a) Somente as alternativas I e IV são verdadeiras.

b) Somente as alternativas II e III são verdadeiras.

c) Somente a alternativa II é falsa.

d) Todas as alternativas são verdadeiras.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A questão trata sobre propaganda eleitoral, especificamente, pré-campanha e os limites da propaganda eleitoral antecipada, conforme a Lei nº 13.165/2015.

Vamos analisar as afirmativas.

A afirmativa I é verdadeira. A jurisprudência do TSE fixou três balizas para que a pré-campanha não se transforme em propaganda antecipada: (1) inexistência de pedido explícito de voto; (2) não utilização de meio vedado na propaganda oficial; (3) respeito à igualdade de oportunidades (art. 36-A da Lei 9.504/1997 e, entre outros, AgR-REsp nº 0601771-06/PI, rel. Min. Sérgio Banhos, DJe 18.8.2022).

A afirmativa II é falsa. O art. 36-A, I, da Lei 9.504/1997 permite "a menção à pretensa candidatura e a exaltação das qualidades pessoais dos pré-candidatos, inclusive nas redes sociais, desde que inexista pedido explícito de voto". A assertiva cria exigência inexistente ("sem cobertura dos meios de comunicação social, inclusive via internet").

A afirmativa III é verdadeira. O TSE reconhece que o pedido explícito de voto pode ocorrer por expressões equivalentes às "palavras mágicas" ("vote", "eleja", "apoie"), bastando o conteúdo contextual da mensagem (v.g. REsp nº 0600327-14/GO, rel. Min. Maria Claudia Bucchianeri, DJe 10.10.2023).

A afirmativa IV é verdadeira. A veiculação em meios vedados em qualquer tempo (v.g. outdoor – art. 37, §5º, da Lei 9.504/1997; art. 12 da Res. TSE 23.610/2019) caracteriza propaganda ilegal; se feita antes de 15/8, é, além disso, antecipada e gera multa (art. 36, §3º, da lei).

A alternativa C está correta. Somente a alternativa II é falsa.

As demais alternativas estão incorretas.

QUESTÃO 34. Sobre Partidos Políticos, assinale a opção correta após examinar os enunciados abaixo:

I - A autonomia constitucionalmente assegurada aos V partidos políticos não é ilimitada, havendo, por exemplo, vedação de celebração de coligações nas eleições proporcionais.

II - No tocante ao financiamento, pode-se afirmar que são fontes de receitas dos partidos políticos os recursos oriundos do Fundo Partidário e do Fundo de Financiamento de Campanha, bem como as doações estimáveis em dinheiro procedente de entidade de classe ou sindical e pessoas jurídicas.

III- Dos recursos oriundos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha e do Fundo Partidário destinados às campanhas eleitorais, os partidos políticos devem, obrigatoriamente, aplicar 30% (trinta por cento) em candidaturas de pessoas pretas e pardas, nas circunscrições que melhor atendam aos interesses e às estratégias partidárias.

IV- A Emenda Constitucional nº 111/2021 estabeleceu como regra transitória, para fins de distribuição entre os partidos políticos dos recursos do fundo partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), o cômputo em dobro dos votos dados a candidatas mulheres ou a candidatos negros para a Câmara dos Deputados nas eleições realizadas de 2022 a 2030.

a) As alternativas I e III são falsas.

b) Apenas a alternativa II é falsa.

c) As alternativas II e IV são falsas.

d) Todas as alternativas são corretas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A questão trata sobre partidos políticos.

Vamos analisar cada afirmativa.

A afirmativa I é verdadeira. A autonomia partidária (CF, art. 17) é limitada. A EC 97/2017 incluiu o § 1º-A no art. 17, proibindo coligações nas eleições proporcionais a partir de 2020. Constituição, art. 17, § 1º-A (incluído pela EC 97/2017).

A afirmativa II é falsa. As doações de pessoas jurídicas foram declaradas inconstitucionais (ADI 4650, STF, 2015). A Lei 9 096/1995 também veda recursos de entidades de classe ou sindicais (art. 31 IV). ADI 4650/DF (STF); Lei 9 096/1995, art. 31 IV.

A afirmativa III é verdadeira. – A EC 133/2024 acresceu o § 9º ao art. 17, impondo destinação mínima de 30 % dos recursos do FEFC e do Fundo Partidário para candidaturas de pessoas pretas ou pardas. Constituição, art. 17, § 9º (EC 133/2024).

A afirmativa IV é verdadeira. A EC 111/2021 (art. 3º-A do ADCT) determinou o cômputo em dobro dos votos em mulheres e negros (2022-2030) para fins de rateio do Fundo Partidário e do FEFC. ADCT, art. 3º-A (incluído pela EC 111/2021).

A alternativa B está correta.

As demais alternativas estão incorretas.

QUESTÃO 35. Analise os enunciados abaixo e assinale a alternativa correta:

I - Conforme entendimento do TSE, o uso de estrutura empresarial para constranger ou coagir pessoas empregadas, funcionárias ou trabalhadoras, aproveitando-se de sua dependência econômica, com vistas à obtenção de vantagem eleitoral, pode configurar abuso do poder econômico, e fatos dessa natureza podem ser objeto tanto de ação de investigação judicial eleitoral (AIJE) como de ação de impugnação de mandato eletivo (AIME).

II - Em caso de procedência de ação de investigação judicial eleitoral (AIJE), com configuração da prática do ilícito e demonstração da responsabilidade subjetiva do sujeito passivo, as sanções cominadas são a de cassação do registro ou do diploma e a inelegibilidade para as eleições a se realizarem nos 8 (oito) anos subsequentes à eleição em que se verificou.

III - A ação de investigação judicial eleitoral (AIJE) constitui instrumento idôneo à apuração de atos abusivos, ainda que praticados antes do registro da candidatura.

IV- As condutas vedadas a agentes públicos, espécies de abuso de poder, estão taxativamente descritas na lei, não se admitindo interpretação extensiva, havendo hipóteses em que se limita expressamente o período no qual a conduta é vedada, enquanto em outras situações, como na proibição de ceder ou usar, em benefício de candidato, partido político ou coligação, bens móveis ou imóveis pertencentes à administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, ressalvada a realização de convenção partidária, não há menção legal estabelecendo a partir de quando a conduta é proibida.

a) Somente as alternativas I e II são verdadeiras.

b) Apenas a alternativa III é falsa.

c) As alternativas I e IV são falsas.

d) Todas as alternativas são corretas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A questão trata sobre aspectos processuais para apuração de abuso de poder.

Vamos analisar as afirmativas.

A afirmativa I é verdadeira. O art. 22 da LC 64/1990 admite AIJE para apurar abuso de poder econômico; os mesmos fatos também podem fundamentar AIME (CF, art. 14, § 10). O TSE tem precedentes reconhecendo coação de trabalhadores ligada à estrutura empresarial como abuso de poder econômico (p. ex., RO-EI 0601585-09/PA, rel. Min. Sérgio Banhos, 17.3.2022).

A afirmativa II é verdadeira. A procedência da AIJE acarreta, necessariamente, cassação do registro ou diploma e inelegibilidade por oito anos contados da eleição (art. 22, XIV, LC 64/1990; Súmula 19/TSE).

A afirmativa III é verdadeira. A jurisprudência pacífica admite AIJE para fatos abusivos ocorridos antes do registro de candidatura, desde que influenciem o pleito (RO 722, rel. Min. Francisco Peçanha Martins, 15.6.2004; v. também REsp 58 738/PA, rel. Min. Herman Benjamin, 1.8.2016).

A afirmativa IV é verdadeira. As condutas vedadas do art. 73 da Lei 9.504/1997 são normas restritivas e devem ser interpretadas estritamente (AgR-REsp 37950/ES, rel. Min. Rosa Weber, 23.11.2017). O inciso I não fixa marco temporal, ao passo que outros incisos limitam-se aos três meses que antecedem o pleito.

Logo, a alternativa D está correta. Todas as afirmativas estão corretas, pois são verdadeiras.

QUESTÃO 36. Um dos maiores obstáculos à efetiva participação feminina na política é a violência política de gênero. Pesquisas apontam um elevado número de ataques contra candidatas e detentoras de mandato eletivo, consistentes em ofensas, ameaças, depreciações e objetificações com críticas direcionadas às suas características físicas, intelectuais e morais, indicando que o homem é julgado pelo que faz, enquanto a mulher é julgada pelo que é. Com a alarmante incidência dessa espécie de violência, adveio, em 4 de agosto de 2021, a Lei nº 14.192, que estabelece normas para prevenir, reprimir e combater à violência política contra a mulher. Sobre a referida legislação, analise os enunciados abaixo e assinale a alternativa correta:

I- A Lei nº 14.192/2021, além de garantir, nas eleições proporcionais, a participação das mulheres nos debates com percentual mínimo de 30% (trinta por cento), determinou que os partidos políticos devem adequar seus estatutos sociais às normas de prevenção, repressão e combate à violência política contra a mulher.

II- Antes da Lei nº 14.192/2021, não existia tutela penal para defesa da mulher na esfera política, tendo a referida legislação criminalizado a violência política, com a inclusão do art. 326-B do Código Eleitoral, que estatui ser crime a conduta de assediar, constranger, humilhar, perseguir ou ameaçar, por qualquer meio, candidata a cargo eletivo ou detentora de mandato eletivo,

utilizando-se de menosprezo ou discriminação à condição de mulher ou à sua cor, raça ou etnia, com a finalidade de impedir ou de dificultar a sua campanha eleitoral ou o desempenho de seu mandato eletivo.

III - Segundo a Lei nº 14.192/2021, considera-se violência política de gênero toda ação com a finalidade de impedir, obstaculizar ou restringir os direitos políticos da mulher, não sendo incluído na referida norma as condutas omissivas.

IV-A Lei nº 14.192/2021 acrescentou ao Código Eleitoral nova hipótese de proibição de propaganda, estatuinto que não será tolerada propaganda que deprecie a condição de mulher ou estimule sua discriminação em razão do sexo feminino, ou em relação à sua cor, raça ou etnia.

a) Apenas as alternativas I, II e III são corretas.

b) Apenas as alternativas I, II e IV são corretas.

c) Apenas as alternativas III e IV são corretas.

d) Todas as alternativas são corretas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A questão trata sobre política de gênero, especificamente, acerca da Lei nº 14.192/2021, que visa prevenir, reprimir e combater essa forma de violência.

A afirmativa I é verdadeira. Lei nº 14.192/2021, que visa prevenir, reprimir e combater essa forma de violência. Art. 5º inseriu o inciso X no art. 15 da Lei 9.096/1995, obrigando os partidos a prever “prevenção, repressão e combate à violência política contra a mulher” em seus estatutos

A afirmativa II é verdadeira. A Lei 14.192/2021 criou o art. 326-B do Código Eleitoral com a descrição típica indicada na alternativa e pena de reclusão de 1 a 4 anos. Antes disso não havia nenhum tipo penal específico de violência política de gênero. TSE já aplicou o novo art. 326-B, entendendo que o resultado efetivo de impedir a candidatura não é exigido para consumação (TSE, AgR-REsp 0600934-60/AM, Rel. Min. Carlos Horbach, j. 6-2-2024).

A afirmativa III é falsa. O art. 3º da Lei 14.192/2021 inclui expressamente “ação, conduta ou omissão” com a finalidade de impedir, obstaculizar ou restringir direitos políticos da mulher. Logo, as condutas omissivas estão sim abrangidas.

A afirmativa IV é verdadeira. O art. 243, X do Código Eleitoral, inserido pela Lei 14.192/2021, veda propaganda que deprecie a condição da mulher ou estimule sua discriminação por sexo, cor, raça ou etnia. Jurisprudência: TSE já determinou retirada de propaganda que violava esse dispositivo.

A alternativa B está correta. Considerando as afirmativas, apenas I, II e IV estão corretas.

As demais alternativas estão incorretas, portanto.

QUESTÃO 37. No tocante à cobrança de pensão alimentícia de devedor domiciliado no exterior, com base no ordenamento jurídico brasileiro e nos tratados internacionais ratificados pelo Brasil, assinale a alternativa correta:

a) A decisão estrangeira que fixa alimentos com base na Convenção da Haia sobre Cobrança Internacional de Alimentos pode ser executada no Brasil diretamente pelo credor, independentemente de qualquer intervenção das autoridades centrais ou de procedimento judicial de reconhecimento ou execução.

b) A atuação do MPF limita-se à esfera interna, não sendo possível sua intervenção em procedimentos de cooperação jurídica internacional relacionados à cobrança de alimentos.

c) A Convenção de Haia sobre Alimentos, da qual o Brasil é signatário, prevê mecanismos de cooperação internacional que abrangem tanto a obtenção quanto a execução de decisões sobre prestação alimentícia em países também signatários.

d) A Convenção de Nova Iorque sobre Prestação de Alimentos no Estrangeiro não possui validade no Brasil, pois ainda não foi ratificada nem incorporada ao ordenamento jurídico pátrio.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata da Convenção da Haia sobre a Cobrança Internacional de Alimentos.

A alternativa A está incorreta. Ainda que a decisão estrangeira seja proferida no âmbito da Convenção da Haia, ela precisa ser submetida ao procedimento de exequatur no Brasil, que é de competência do Superior Tribunal de Justiça, nos termos do art. 105, I, i, da Constituição Federal.

A alternativa B está incorreta. O Ministério Público Federal (MPF) tem papel essencial nos pedidos de cooperação jurídica internacional, inclusive nos pedidos ativos e passivos de alimentos.

A alternativa C está correta. A Convenção da Haia sobre a Cobrança Internacional de Alimentos, promulgada pelo Decreto nº 9.176/2017, tem por finalidade assegurar a efetividade da cobrança de alimentos devidos a crianças e outros membros da família em contexto internacional. Para tanto, o tratado estabelece um sistema de cooperação entre autoridades centrais dos Estados signatários,

que permite tanto a obtenção de decisões em matéria de alimentos quanto o seu reconhecimento e execução no exterior, garantindo celeridade, efetividade e proteção dos interesses dos credores alimentares. O art. 1º da Convenção expressamente prevê tais finalidades. Confira-se: “Decreto 9.176/2017 – Convenção de Haia - Artigo 1º - Objeto - A presente Convenção tem por objeto assegurar a eficácia da cobrança internacional de alimentos para crianças e outros membros da família, principalmente ao: a) estabelecer um sistema abrangente de cooperação entre as autoridades dos Estados Contratantes; b) possibilitar a apresentação de pedidos para a obtenção de decisões em matéria de alimentos; c) garantir o reconhecimento e a execução de decisões em matéria de alimentos; e d) requerer medidas eficazes para a rápida execução de decisões em matéria de alimentos”.

A alternativa D está incorreta. O Brasil ratificou a Convenção de Nova Iorque sobre a Prestação de Alimentos no Estrangeiro em 1956, e ela foi promulgada pelo Decreto nº 56.826/1965. Assim, trata-se de norma incorporada ao ordenamento jurídico pátrio, com plena validade e aplicabilidade.

QUESTÃO 38. Em 1948, a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou, por unanimidade, a Convenção para a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio. Tanto Israel quanto a África do Sul ratificaram a Convenção sem reservas. Em 29 de dezembro de 2023, a África do Sul submeteu à Corte Internacional de Justiça (CIJ) um pedido de indicação de medidas provisórias em face de Israel, alegando violações à Convenção do Genocídio em razão da atuação israelense na Faixa de Gaza. Considerando o papel da CIJ e as obrigações decorrentes da Convenção do Genocídio, assinale a alternativa incorreta:

a) Ao ratificar a Convenção do Genocídio sem reservas, Israel consentiu previamente com a jurisdição da CIJ para controvérsias relativas à interpretação, aplicação ou execução do tratado.

b) Israel poderia recusar a jurisdição da Corte, alegando que a submissão do pedido configura um ato de arbitragem internacional, o que exige sempre o consentimento expresso e atual do Estado demandado.

c) A Convenção do Genocídio estabelece, em seu art. IX, uma cláusula compromissória que confere competência obrigatória à CIJ para a resolução de controvérsias sobre a interpretação, aplicação ou execução do tratado, a pedido de qualquer das partes.

d) A África do Sul, embora não seja parte direta no conflito em Gaza, possui legitimidade para acionar a CIJ contra Israel, com fundamento na proteção das obrigações erga omnes partes estabelecidas pela Convenção, cuja observância é de interesse jurídico de todos os Estados signatários.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra B**. A questão trata da Convenção para a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio.

A alternativa A está correta. É coerente com o art. IX da Convenção, que funciona como uma cláusula de jurisdição obrigatória e dispensa qualquer ato adicional de aceitação da jurisdição da CIJ. A ratificação sem reservas implica a manifestação de consentimento prévio à jurisdição da Corte.

A alternativa B está incorreta. No âmbito da Convenção para a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio, destaca-se o caráter vinculante da cláusula compromissória prevista no art. IX da Convenção. Essa cláusula determina que quaisquer controvérsias entre os Estados partes relativas à interpretação, aplicação ou execução do tratado serão submetidas à CIJ, independentemente de novo consentimento.

A alternativa C está correta. Expressa o conteúdo literal do art. IX da Convenção, segundo o qual: “As controvérsias entre as Partes Contratantes relativas à interpretação, aplicação ou execução da presente Convenção, bem como os referentes à responsabilidade de um Estado em matéria de genocídio ou de qualquer dos outros atos enumerados no Artigo III, serão submetidas à Corte Internacional de Justiça, a pedido de uma das Partes na controvérsia”.

A alternativa D está correta. Ao reconhecer que a África do Sul tem legitimidade ativa na ação, mesmo não sendo diretamente afetada pelo conflito em Gaza. Trata-se da aplicação do entendimento consolidado de que certos tratados multilaterais — como a Convenção do Genocídio — instituem obrigações do tipo erga omnes partes, ou seja, obrigações cujo cumprimento interessa juridicamente a todos os Estados signatários.

QUESTÃO 39. Em processo de investigação sobre fraude financeira com ramificações internacionais, a Justiça Federal em Minas Gerais determinou a requisição de documentos bancários de uma instituição localizada na Suíça. Considerando que não existe tratado bilateral específico entre Brasil e Suíça prevendo comunicação direta entre autoridades judiciais, mas ambos os países são signatários de tratados multilaterais de cooperação em matéria penal, assinale a alternativa que apresenta a providência correta a ser adotada:

a) O juízo federal poderá encaminhar diretamente à instituição financeira suíça um ofício solicitando os documentos bancários, com fundamento na boa-fé e na colaboração internacional espontânea entre autoridades públicas.

b) O pedido deverá ser formalizado como carta rogatória e remetido ao Superior Tribunal de Justiça, órgão competente para homologação e tramitação de atos de cooperação internacional.

c) O juízo federal deverá elaborar pedido de auxílio direto, encaminhando-o à autoridade central brasileira o Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI),

do Ministério da Justiça, que, por sua vez, remeterá o pedido à autoridade central suíça para processamento conforme as regras de cooperação internacional vigentes.

d) A cooperação jurídica internacional em matéria probatória exige a existência de tratado bilateral específico, sendo inaplicáveis tratados multilaterais como a Convenção de Palermo ou a Convenção de Mérida, ainda que ambos os Estados sejam partes.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema cooperação jurídica.

A alternativa A está incorreta. Ignora o princípio da soberania estatal e a formalidade própria dos instrumentos de cooperação internacional. Não é permitido ao juízo brasileiro encaminhar diretamente solicitação à instituição bancária estrangeira, sob pena de nulidade e violação das regras internacionais.

A alternativa B está incorreta. Confunde os institutos da carta rogatória e do auxílio direto. A carta rogatória é o instrumento de cooperação usado para a prática de atos processuais jurisdicionais (como citação e intimação). Já o auxílio direto é o meio próprio para pedidos de natureza probatória destinados a outros Estados, como a obtenção de documentos ou diligências investigatórias, sem necessidade de homologação pelo STJ, tramitando pelas autoridades centrais dos países envolvidos.

A alternativa C está correta. Reflete o procedimento previsto nos tratados multilaterais ratificados pelo Brasil e incorporados ao ordenamento jurídico interno, como a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional (Convenção de Palermo) e a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (Convenção de Mérida). Ambas preveem a cooperação entre autoridades centrais designadas pelos Estados partes para a solicitação e execução de medidas judiciais, incluindo a obtenção de provas, tais como dados bancários. O Brasil designou como autoridade central o DRCI (Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional), conforme o art. 15 do Decreto nº 11.348/2023. Assim, é o DRCI quem deve receber o pedido do juízo federal e remetê-lo à autoridade central suíça competente, em respeito aos trâmites oficiais e à soberania do Estado estrangeiro. Confira-se:

“Decreto 11.348/2023 - Art. 15. Ao Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional compete: [...] IV - exercer a função de autoridade central, por meio da coordenação e da instrução de pedidos ativos e passivos de cooperação jurídica internacional nas áreas a que se refere o inciso III, por delegação do Ministro de Estado, exceto se houver designação específica que disponha de maneira diversa”.

A alternativa D está incorreta. Sustenta, de maneira equivocada, que a cooperação internacional probatória exige tratado bilateral específico. Vejamos:

“Convenção de Palermo: Art. 18 (...) 13. Cada Estado Parte designará uma autoridade central que terá a responsabilidade e o poder de receber pedidos de cooperação judiciária e, quer de os executar, quer de os transmitir às autoridades competentes para execução. Se um Estado Parte possuir uma região ou um território especial dotado de um sistema de cooperação judiciária diferente, poderá designar uma autoridade central distinta, que terá a mesma função para a referida região ou território. As autoridades centrais deverão assegurar a execução ou a transmissão rápida e em boa e devida forma dos pedidos recebidos. Quando a autoridade central transmitir o pedido a uma autoridade competente para execução, instará pela execução rápida e em boa e devida forma do pedido por parte da autoridade competente. O Secretário Geral da Organização das Nações Unidas será notificado da autoridade central designada para este efeito no momento em que cada Estado Parte depositar os seus instrumentos de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão à presente Convenção. Os pedidos de cooperação judiciária e qualquer comunicação com eles relacionada serão transmitidos às autoridades centrais designadas pelos Estados Partes. A presente disposição não afetará o direito de qualquer Estado Parte a exigir que estes pedidos e comunicações lhe sejam remetidos por via diplomática e, em caso de urgência, e se os Estados Partes nisso acordarem, por intermédio da Organização Internacional de Polícia Criminal, se tal for possível”.

QUESTÃO 40. Em 2025, o Estado de Lurânia, que ratificou o Estatuto de Roma em 2005, é acusado de promover, em seu território, a deportação em massa e o extermínio de uma minoria étnica, condutas que, segundo organizações internacionais, configuram crimes contra a humanidade e genocídio.

A Procuradoria do Tribunal Penal Internacional (TPI), a partir de representação feita por uma Organização Não Governamental (ONG), decide iniciar investigações preliminares.

O Estado de Lurânia protesta, afirmando que já instaurou investigações internas sobre os fatos e que o TPI não tem competência para atuar, sob os seguintes fundamentos:

O Estatuto de Roma não pode ser aplicado a fatos anteriores à sua entrada em vigor para Lurânia, ocorrida em 2005.

O genocídio, dada a sua natureza permanente, admite a competência retroativa do TPI.

A atuação do TPI viola o princípio da soberania nacional, visto que Lurânia está investigando os fatos por meio de seus próprios órgãos judiciais.

Considerando apenas as normas do Estatuto de Roma, assinale a alternativa correta:

a) A competência do TPI incide apenas sobre crimes cometidos após a entrada em vigor do Estatuto para o Estado Parte, sendo vedada qualquer retroatividade, inclusive em relação ao crime de genocídio.

b) O TPI poderá exercer sua competência sobre crimes cometidos em Lurânia mesmo que tenham ocorrido antes da ratificação do Estatuto, em razão do princípio da imprescritibilidade aplicável aos crimes internacionais.

c) A atuação do TPI é obrigatória sempre que um Estado Parte for acusado de crimes graves, ainda que existam investigações nacionais em curso, sendo a jurisdição internacional prioritária em qualquer hipótese.

d) A jurisdição do TPI depende de prévia aceitação ad hoc pelo Estado envolvido, não bastando a simples ratificação do Estatuto para que a competência se estabeleça.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A questão trata sobre o Tribunal Penal Internacional (TPI).

A alternativa A está correta. O Artigo 11, parágrafo 1, do Estatuto de Roma estabelece claramente o princípio da irretroatividade da competência temporal, vejamos: O Tribunal só terá competência relativamente aos crimes cometidos após a entrada em vigor do presente Estatuto.

A alternativa B está incorreta. Embora crimes internacionais graves como o genocídio e crimes contra a humanidade sejam imprescritíveis em muitas jurisdições e sob a ótica do direito internacional costumeiro, o Estatuto de Roma é explícito em seu Artigo 11 sobre a irretroatividade da competência do TPI.

A alternativa B está incorreta. O TPI não tem competência para julgar crimes cometidos antes da entrada em vigor do Estatuto para o Estado Parte, independentemente da imprescritibilidade geral desses crimes. A imprescritibilidade diz respeito ao tempo limite para processar, não à data de início da competência da Corte.

A alternativa C está incorreta. O TPI opera sob o princípio da complementaridade, conforme o Artigo 17 do Estatuto de Roma. Isso significa que o TPI só exercerá sua jurisdição se o Estado com competência (Lurânia, neste caso) não quiser ou não puder genuinamente investigar ou processar o caso. A saber: "a) O caso for objeto de inquérito ou de procedimento criminal por parte de um Estado que tenha jurisdição sobre o mesmo, salvo se este não tiver vontade de levar a cabo o inquérito ou o procedimento ou, não tenha capacidade para o fazer;"

A alternativa D está incorreta. Para os Estados que ratificaram o Estatuto de Roma (como Lurânia), a simples ratificação já confere ao TPI competência sobre os crimes especificados no Estatuto, cometidos em seu território ou por seus nacionais, a partir da data de entrada em vigor do Estatuto para aquele Estado (Art. 12).

QUESTÃO 41. No que concerne à homologação de sentença estrangeira, à luz do CPC/2015, da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e das práticas de cooperação jurídica internacional, assinale a alternativa incorreta:

a) Compete ao STJ processar e julgar o pedido de Homologação de sentença estrangeira, nos termos do art. 105, inciso I, alínea "i", da Constituição da República, sendo vedado ao juízo de origem ou ao de destino realizar tal ato.

b) A homologação de sentença estrangeira pode ser parcial, caso apenas parte do conteúdo da decisão seja compatível com a ordem pública brasileira, hipótese em que o STJ poderá limitar os efeitos da homologação à parte válida.

c) A sentença estrangeira só poderá ser homologada se for fundada em legislação idêntica ou equivalente à brasileira, a fim de evitar conflitos normativos e assegurar a harmonização entre os sistemas jurídicos.

d) A existência de tratado bilateral ou multilateral entre o Brasil e o Estado de origem da decisão não é requisito indispensável para a homologação de sentença estrangeira, desde que sejam preenchidos os requisitos formais e não haja ofensa à ordem pública.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra C**. A questão trata do tema homologação de sentença estrangeira.

Vejamos o que dispõe o CPC: "CPC: Art. 961. A decisão estrangeira somente terá eficácia no Brasil após a homologação de sentença estrangeira ou a concessão do exequatur às cartas rogatórias, salvo disposição em sentido contrário de lei ou tratado. § 1º É passível de homologação a decisão judicial definitiva, bem como a decisão não judicial que, pela lei brasileira, teria natureza jurisdicional. § 2º A decisão estrangeira poderá ser homologada parcialmente".

"Art. 963. Constituem requisitos indispensáveis à homologação da decisão: I - ser proferida por autoridade competente; II - ser precedida de citação regular, ainda que verificada a revelia; III - ser eficaz no país em que foi proferida; IV - não ofender a coisa julgada brasileira; V - estar acompanhada de tradução oficial, salvo disposição que a dispense prevista em tratado; VI - não conter manifesta ofensa à ordem pública".

Nesse sentido,

A alternativa A está correta. A competência para processar e julgar pedido de homologação de sentença estrangeira é exclusiva do STJ, conforme o art. 105, I, "i" da Constituição Federal.

A alternativa B está correta. Com fundamento no art. 961, §2º do CPC, que autoriza a homologação parcial da decisão estrangeira, quando apenas parte do conteúdo não conflitar com a ordem pública.

A alternativa C está incorreta. Não é exigido que a legislação estrangeira aplicada na sentença seja idêntica ou equivalente à brasileira para fins de homologação.

A alternativa D está correta. A cooperação pode ocorrer com base na reciprocidade de fato, e não apenas formal, bastando que os requisitos do art. 963 do CPC/2015 estejam atendidos. Portanto, a ausência de tratado não impede a homologação.

QUESTÃO 42. No que se refere ao ingresso, permanência e saída de estrangeiros do território brasileiro, conforme a Lei nº 13.445/2017 (Lei de Migração), a Constituição Federal e os tratados internacionais de direitos humanos ratificados pelo Brasil, assinale a alternativa correta:

a) A concessão de visto ou autorização de residência impede a aplicação de medidas administrativas de retirada compulsória, como a devolução, a repatriação ou a deportação, por constituir ato jurídico perfeito que assegura ao migrante o direito subjetivo absoluto de permanência no território nacional.

b) O migrante que se encontrar em situação irregular poderá ser objeto de deportação, desde que sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, sendo vedada, nesse processo, a sua privação de liberdade, ainda que temporária, por motivo exclusivamente migratório.

c) A expulsão poderá ser determinada em desfavor de estrangeiro que tenha filho brasileiro sob sua guarda e dependência econômica, desde que apresente risco efetivo à ordem pública, à segurança nacional ou à saúde pública, ponderando-se tais interesses sobre a proteção à unidade familiar.

d) A vedação a privação de liberdade por motivo exclusivamente migratório impede que o Estado brasileiro adote qualquer medida administrativa que restrinja a liberdade de circulação ou que imponha o afastamento compulsório do território nacional, salvo se prevista expressamente em tratado internacional.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A questão trata sobre a Lei de Migração (Lei nº 13.445/2017).

A alternativa A está incorreta. Embora a concessão de visto ou autorização de residência garanta direitos importantes, ela **não impede de forma absoluta** a aplicação de medidas de retirada compulsória.

A Lei de Migração (Lei nº 13.445/2017) prevê as hipóteses de cancelamento da autorização de residência e as medidas de retirada compulsória (deportação, repatriação e expulsão) mesmo para quem tinha status regular.

A alternativa B está correta. Um migrante em situação irregular (por exemplo, que expirou o prazo de estada legal) pode ser, de fato, objeto de deportação (Art. 50 da Lei de Migração), vejamos: "Art. 50. A deportação é medida decorrente de procedimento administrativo que consiste na retirada compulsória de pessoa que se encontre em situação migratória irregular em território nacional."

A alternativa C está incorreta. O art. 55, II, da Lei de Migração estabelece expressamente que não será expulso o migrante que "tiver filho brasileiro que esteja sob sua guarda ou dependência econômica ou socioafetiva, ou tiver pessoa brasileira sob sua tutela ou curatela".

Há exceções para crimes gravíssimos, mas a regra geral é a impossibilidade de expulsão em face da existência de filho brasileiro ou pessoa brasileira sob sua guarda/tutela.

A alternativa D está incorreta. Não impede que o Estado brasileiro adote medidas administrativas de afastamento compulsório (deportação, repatriação, expulsão) ou restrições à liberdade de circulação (como o dever de se apresentar regularmente ou não se afastar de determinado local), desde que essas medidas estejam previstas em lei e não resultem em privação de liberdade pelo mero fato da irregularidade. A lei prevê essas medidas de afastamento compulsório com as devidas garantias processuais.

QUESTÃO 43. Uma renomada instituição religiosa, com sede no município Alfa e filial no município Beta, ambas localizadas no mesmo estado da Federação, dedica-se primordialmente a atividades de culto. Contudo, em suas dependências no município Beta, mantém uma livraria que comercializa artigos religiosos, livros e periódicos, sendo parte da receita auferida destinada à manutenção de suas atividades religiosas. O município Beta, ao constatar essa atividade comercial, notificou a instituição religiosa para recolhimento do Imposto sobre Serviços (ISS) incidente sobre a comercialização dos referidos bens. A instituição religiosa alega imunidade tributária. Assinale a alternativa correta:

a) A imunidade tributária recíproca, prevista no art. 150, VI, "a", da Constituição Federal, obsta a cobrança do ISS, uma vez que a receita da livraria é utilizada para financiar as atividades essenciais da instituição religiosa.

b) A instituição religiosa somente gozará de imunidade tributária em relação ao ISS se comprovar que a atividade comercial da livraria não possui fins lucrativos, destinando integralmente a receita para as atividades de culto.

c) A comercialização de livros e periódicos goza de imunidade tributária específica, conforme o art. 150, VI, "d", da Constituição Federal, sendo irrelevante a natureza da entidade que a pratica ou a destinação dos recursos.

d) Ainda que a receita da livraria seja destinada à manutenção das atividades religiosas, a incidência do ISS sobre a comercialização de bens não essenciais ao culto não é abrangida pela imunidade tributária das instituições religiosas, conforme a jurisprudência majoritária.

Comentários

A alternativa correta é a letra C. A questão trata sobre imunidades tributárias.

A alternativa A está incorreta, uma vez que o fundamento utilizado está incorreto. Trata-se de imunidade referente à entidades religiosas, o art. 150, VI, "a", por outro lado, prevê a imunidade entre Entes da Federação: "Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: [...] VI - instituir impostos sobre: a) patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros;"

A alternativa B está incorreta, pois a instituição religiosa gozará de imunidade tributária em relação ao ISS, desde que comprove que a atividade está relacionada com as finalidades essenciais das entidades nelas mencionadas: CF. Art. 150, § 4º As vedações expressas no inciso VI, alíneas "b" e "c", compreendem somente o patrimônio, a renda e os serviços, relacionados com as finalidades essenciais das entidades nelas mencionadas.

A alternativa C está correta. A comercialização de livros e períodos goza de imunidade tributária específica: "Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: [...] VI - instituir impostos sobre: d) livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão."

A alternativa D está incorreta. Pois a instituição religiosa gozará de imunidade tributária em relação ao ISS desde que comprove que a atividade é relacionada com as finalidades essenciais das entidades nelas mencionadas: CF. Art. 150, § 4º As vedações expressas no inciso VI, alíneas "b" e "c", compreendem somente o patrimônio, a renda e os serviços, relacionados com as finalidades essenciais das entidades nelas mencionadas.

QUESTÃO 44. A empresa "Comércio Beta Ltda." foi autuada pela Receita Federal do Brasil em 10 de janeiro de 2023, referente ao Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente sobre operações realizadas no ano de 2017. O lançamento tributário decorreu de uma divergência na classificação fiscal de determinados produtos, identificada por meio de cruzamento de dados fiscais. A empresa "Comércio Beta Ltda." havia declarado e pago o IPI com base em uma classificação que, segundo o fisco, estava incorreta. A notificação de lançamento foi enviada ao

domicílio tributário da empresa e recebida em 15 de janeiro de 2023. Considerando o prazo decadencial quinquenal para a constituição do crédito tributário, assinale a alternativa correta:

- a) O direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário somente se extinguirá em 31 de dezembro de 2023, sendo o lançamento efetuado em 10 de janeiro de 2023 tempestivo.
- b) O prazo decadencial foi interrompido pela ação fiscal de cruzamento de dados, reiniciando-se a contagem a partir da identificação da divergência.
- c) O prazo decadencial, tendo seu termo inicial no primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o crédito tributário poderia ter sido constituído, expirou em 31 de dezembro de 2022, tornando o lançamento de 2023 inválido, salvo comprovação de alguma causa suspensiva ou interruptiva.
- d) A empresa "Comércio Beta Ltda." somente poderá alegar a decadência se não tiver apresentado Declaração de Débitos Tributários Federais (DCTF) referente aos períodos questionados.

Comentários

A alternativa correta é a letra C. A questão trata sobre decadência.

A alternativa A está incorreta. Uma vez que o art. 150, §4º, do CTN, determina que o direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extinguir-se-á após 5 (cinco) anos, contados da ocorrência do fato gerador (ou seja, até 31/12/2017). Contados 5 (cinco) anos desde dezembro de 2017, teríamos 31 de dezembro de 2022 como o prazo fatal para constituir o crédito tributário. Como a autuação apenas ocorreu em 10 de janeiro de 2023, é inválido o lançamento. "CTN. Art. 150. § 4º Se a lei não fixar prazo a homologação, será êle de cinco anos, a contar da ocorrência do fato gerador; expirado êsse prazo sem que a Fazenda Pública se tenha pronunciado, considera-se homologado o lançamento e definitivamente extinto o crédito, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação.

A alternativa B está incorreta. O prazo decadencial não foi interrompido pela ação fiscal de cruzamento de dados, uma vez que estamos diante do direito de constituir o crédito tributário. Essa causa de suspensão também não está prevista no art. 174 do CTN: "Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Parágrafo único. A prescrição se interrompe: I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; II - pelo protesto judicial ou extrajudicial; III - por qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor; IV - por qualquer ato inequívoco ainda que extrajudicial, que importe em reconhecimento do débito pelo devedor."

A alternativa C está correta. É exatamente o que determina o art. 150, §4º, do CTN que o direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extinguir-se-á após 5 (cinco) anos, contados da ocorrência do fato gerador (ou seja, até 31/12/2017). Contados 5 (cinco) anos desde dezembro de 2017, teríamos 31 de dezembro de 2022 como o prazo fatal para constituir o crédito tributário. Como a autuação apenas ocorreu em 10 de janeiro de 2023, é inválido o lançamento. “CTN. Art. 150. § 4º Se a lei não fixar prazo à homologação, será êle de cinco anos, a contar da ocorrência do fato gerador; expirado êsse prazo sem que a Fazenda Pública se tenha pronunciado, considera-se homologado o lançamento e definitivamente extinto o crédito, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação. Ver também súmula 555 do STJ: “Quando não houver declaração do débito, o prazo decadencial quinquenal para o Fisco constituir o crédito tributário conta-se exclusivamente na forma do art. 173, I, do CTN, nos casos em que a legislação atribui ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa.”

A alternativa D está incorreta. De fato, o ISS incidirá quando a comercialização dos bens não estiver relacionada com as finalidades essenciais das entidades religiosas: CF. “Art. 150, § 4º As vedações expressas no inciso VI, alíneas “b” e “c”, compreendem somente o patrimônio, a renda e os serviços, relacionados com as finalidades essenciais das entidades nelas mencionadas.”

QUESTÃO 45. O governo federal, visando a estimular a economia e fomentar a criação de empregos em um setor específico da indústria nacional, edita uma medida provisória concedendo uma isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para determinados bens produzidos por empresas estabelecidas em regiões economicamente deprimidas. Essa medida provisória foi publicada e entrou em vigor em 1º de janeiro de 2024. No entanto, o Congresso Nacional não apreciou a medida provisória dentro do prazo constitucional, e ela perdeu sua eficácia em 1º de maio de 2024. Uma empresa beneficiada pela isenção nesse período deixou de recolher o IPI sobre seus produtos. Considerando a disciplina jurídica da tributação e do orçamento, qual a situação da exigibilidade do IPI referente ao período de vigência da medida provisória?

a) O IPI não será exigível, em observância ao princípio da irretroatividade da lei tributária, uma vez que a isenção produziu seus efeitos durante a vigência da medida provisória, gerando direito adquirido para as empresas beneficiadas.

b) O IPI não será exigível referente ao período de 1º de janeiro a 1º de maio de 2024, em respeito ao princípio da legalidade tributária, uma vez que durante esse período havia uma norma isentiva válida e eficaz, ainda que posteriormente tenha perdido sua eficácia.

c) O IPI será exigível integralmente, pois a perda de eficácia da medida provisória tem efeito retroativo à data de sua edição, como se ela nunca tivesse existido, restaurando a plena incidência do tributo desde o início do ano.

d) O IPI será exigível, mas com a aplicação de juros e multa apenas a partir da data da perda de eficácia da medida provisória, uma vez que as empresas estavam amparadas por uma norma que as isentava do tributo até então.

Comentários

A alternativa correta é a letra B. A questão trata sobre o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

A alternativa A está incorreta. Pois fala em irretroatividade; conclusão correta, mas não invoca o fundamento específico dos §§ 3.º e 11 do art. 62 da CF. Art. 62. Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional. § 3º As medidas provisórias, ressalvado o disposto nos §§ 11 e 12 perderão eficácia, desde a edição, se não forem convertidas em lei no prazo de sessenta dias, prorrogável, nos termos do § 7º, uma vez por igual período, devendo o Congresso Nacional disciplinar, por decreto legislativo, as relações jurídicas delas decorrentes. [...] § 11. Não editado o decreto legislativo a que se refere o § 3º até sessenta dias após a rejeição ou perda de eficácia de medida provisória, as relações jurídicas constituídas e decorrentes de atos praticados durante sua vigência conservar-se-ão por ela regidas. .

A alternativa B está correta. Pois afirma que o IPI não será exigível de 1.º jan. a 1.º mai. 2024, porque havia norma isentiva válida e eficaz, ainda que posteriormente caduque. A posterior caducidade não gera efeitos retroativos, mantendo-se íntegra a isenção já fruída pelas empresas beneficiadas. É exatamente a solução constitucional. ADI 4029/DF – STF reafirmou que, na caducidade da MP, as relações jurídicas já constituídas mantêm-se (art. 62, §§ 3.º/11). Art. 62. Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional. § 3º As medidas provisórias, ressalvado o disposto nos §§ 11 e 12 perderão eficácia, desde a edição, se não forem convertidas em lei no prazo de sessenta dias, prorrogável, nos termos do § 7º, uma vez por igual período, devendo o Congresso Nacional disciplinar, por decreto legislativo, as relações jurídicas delas decorrentes. [...] § 11. Não editado o decreto legislativo a que se refere o § 3º até sessenta dias após a rejeição ou perda de eficácia de medida provisória, as relações jurídicas constituídas e decorrentes de atos praticados durante sua vigência conservar-se-ão por ela regidas. .

A alternativa C está incorreta. Defende retroatividade da cobrança (caducidade “como se nunca houvesse existido”) – contraria art. 62, § 11 e a jurisprudência. ADI 4029/DF – STF reafirmou que, na caducidade da MP, as relações jurídicas já constituídas mantêm-se (art. 62, §§ 3.º/11). Art. 62. Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional. [...] § 11. Não editado o decreto legislativo a que se refere o § 3º até sessenta dias após a rejeição ou perda de eficácia de medida provisória, as relações jurídicas constituídas e decorrentes de atos praticados durante sua vigência conservar-se-ão por ela regidas. .

A alternativa D está incorreta. Cobra o principal retroativamente, mas posterga juros/multa – solução sem base constitucional.

QUESTÃO 46. O Estado Alfa, em um período de significativa recessão econômica, decide implementar um programa emergencial de transferência de renda para famílias em situação de vulnerabilidade. Para financiar essa despesa extraordinária, o governador propõe a utilização de recursos provenientes de um fundo estadual específico, cuja legislação de criação previa sua destinação exclusiva para investimentos em infraestrutura. Diante dessa situação, qual das seguintes afirmativas está correta à luz dos princípios e normas de direito financeiro?

a) A utilização dos recursos do fundo de infraestrutura para o programa de transferência de renda é permitida, desde que haja aprovação por maioria absoluta da Assembleia Legislativa, em virtude da situação emergencial e do interesse público envolvido.

b) A vinculação de receitas a fundos específicos impede qualquer alteração de sua destinação, mesmo em situações de emergência, em respeito ao princípio da legalidade orçamentária e da transparência na gestão dos recursos públicos.

c) A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) permite a transposição, remanejamento ou transferência de recursos de uma categoria de programação para outra para atender a despesas urgentes e imprevisíveis, desde que comprovada a necessidade e autorizado por decreto do Poder Executivo.

d) A Constituição Federal estabelece o princípio da unidade do orçamento, o que, em tese, permitiria a realocação de recursos entre diferentes fundos, contudo, a legislação infraconstitucional e princípios de direito financeiro impõem restrições à alteração da destinação de receitas vinculadas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema princípios e normas do direito financeiro.

A alternativa A está incorreta. A aprovação por maioria absoluta da Assembleia Legislativa não é suficiente para desvincular recursos com destinação específica definida em lei, a vinculação de receitas é um princípio importante do direito financeiro;

A alternativa B está incorreta. É possível a desvinculação ou alteração da destinação de recursos, como a Desvinculação de Receitas da União (DRU), cuja constitucionalidade foi confirmada no julgamento do RE 566.007/RS em regime de repercussão geral, oportunidade na qual o STF reconheceu a constitucionalidade da desvinculação das receitas da União – DRU, instituto pelo qual o poder constituinte derivado autoriza a União a dispor, com liberdade, de fração da

arrecadação tributária a que a Constituição confere destinação específica, vinculando-a a órgão, fundo ou despesa;

A alternativa C está incorreta. A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) não possui dispositivo que permita a transposição, remanejamento ou transferência de recursos de uma categoria de programação para outra desta maneira genérica, portanto errada a alternativa por falta de previsão legal;

A alternativa D está correta. De acordo com a Constituição Federal, o Art. 167: "São vedados: VI - a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa.". A Lei 4.320/64 no Art 71 dispõe: "Constitui fundo especial o produto de receitas especificadas que, por lei, se vinculam à realização de determinados objetivos ou serviços, facultada a adoção normas peculiares de aplicação.". E a LRF, no Art.8º Parágrafo único: "Os recursos legalmente vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atenderão objeto de sua vinculação, ainda que mecanismo diverso daquele em que ocorra o ingresso.".

QUESTÃO 47. O Município Beta, em virtude de uma severa crise econômica inesperada que reduziu drasticamente sua Receita Corrente Líquida (RCL), constata que seus gastos com pessoal ultrapassaram o limite prudencial estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Para adequar suas contas, o prefeito propõe um pacote de medidas que inclui a não concessão de novas vantagens, aumentos ou adicionais, a suspensão de novas contratações (ressalvadas as reposições necessárias nas áreas de saúde e educação) e a instituição de um programa de demissão voluntária (PDV) com incentivos financeiros. Adicionalmente, o Município Beta planeja utilizar recursos de um fundo especial, legalmente com receitas vinculadas a uma finalidade específica diferente de custeio de pessoal, para financiar parcialmente os custos do PDV. Considerando a disciplina da LRF e os princípios orçamentários, qual das seguintes afirmativas é a correta:

a) A utilização de recursos de fundo especial com destinação específica para o financiamento do PDV é permitida, desde que haja autorização legislativa específica e estudo técnico que demonstre o benefício da medida para o reequilíbrio fiscal de longo prazo do Município Beta.

b) A instituição do PDV com incentivos financeiros, como medida para a redução de despesas com pessoal, é vedada pela LRF, pois configura aumento indireto dessas despesas no curto prazo, agravando a situação de excesso.

c) As medidas propostas pelo prefeito do Município Beta estão em consonância com a LRF, sendo que a utilização de recursos de fundo especial para o PDV é admissível, dada a situação de crise e a necessidade de adequação aos limites de gastos com pessoal.

d) Mesmo diante do excesso do limite prudencial com gastos de pessoal e da crise econômica, a LRF veda a utilização de recursos de fundos especiais com destinação específica para finalidade diversa, como o financiamento de um PDV, em respeito ao princípio da exclusividade orçamentária.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema princípios orçamentários.

A alternativa A está correta. Segundo a LRF no art 19.º § 1º: “Na verificação do atendimento dos limites definidos neste artigo, não serão computadas as despesas: II - relativas a incentivos à demissão voluntária.”

A alternativa B está incorreta. Conforme demonstrado, não há vedação pela LRF conforme disposto na proposição;

A alternativa C está incorreta. Os valores destinados ao PDV não são computados para este fim, conforme o artigo 19 da LRF dispõe;

A alternativa D está incorreta. Não há a explicitada vedação na LRF.

QUESTÃO 48. Durante a tramitação do projeto de lei orçamentária anual (LOA), foi proposta uma emenda parlamentar com o objetivo de destinar recursos significativos para um programa social inovador, com previsão de gerar despesas obrigatórias de caráter continuado. A proposição da emenda não apresenta a estimativa do impacto orçamentário-financeiro para o exercício em que deva entrar em vigor e para os dois subsequentes, tampouco indica a origem dos recursos para o seu custeio, limitando-se a justificar a relevância social da medida. Considerando as disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000) e os princípios de direito financeiro, assinale a alternativa correta quanto à admissibilidade e aos requisitos para a aprovação dessa emenda:

a) A relevância social da proposta apresentada na emenda parlamentar é suficiente para dispensar a apresentação da estimativa do impacto orçamentário-financeiro e da indicação da origem dos recursos, em virtude do interesse público primário envolvido.

b) A emenda parlamentar poderá ser aprovada desde que, antes da sanção da LOA, o Poder Executivo apresente um estudo complementar demonstrando a compatibilidade da nova despesa com as metas fiscais estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a viabilidade financeira para os exercícios subsequentes.

c) A ausência da estimativa do impacto orçamentário-financeiro no momento da proposição da emenda e a não indicação da origem dos recursos para o custeio da nova despesa configuram o

descumprimento de requisitos essenciais previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal, o que obsta sua aprovação.

d) A aprovação da emenda dependerá exclusivamente de sua votação e aprovação pela maioria dos membros do Poder Legislativo, sendo as questões relativas ao impacto financeiro e à origem dos recursos de responsabilidade do Poder Executivo durante a execução orçamentária.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema princípios orçamentários.

A alternativa A está incorreta. Segundo a LRF prevê no Art. 15: "Serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesa ou assunção de obrigação que não atendam o disposto nos arts. 16 e 17;

A alternativa B está incorreta. A apresentação deve ser prévia e não tem o condão de elidir a irregularidade ao ser realizada posteriormente;

A alternativa C está correta. O art. 16 da LRF dispõe: "Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de: I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subseqüentes; II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.";

A alternativa D está incorreta. Segundo dispõe a LRF: "Art. 17. Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios. § 1º Os atos que criarem ou aumentarem despesa de que trata o *caput* deverão ser instruídos com a estimativa prevista no inciso I do art. 16 e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio.".

QUESTÃO 49. Sobre a existência de negócios jurídicos declaratórios, é correto afirmar:

a) São incompatíveis com o conceito de negócio jurídico, cuja natureza é essencialmente dispositiva.

b) Admitem a função de acerto, ou seja, de eliminação da incerteza que contamina o conteúdo de uma situação jurídica.

c) Colhem na transação um de seus exemplos.

d) Mesmo declaratórios, não produzem efeitos retroativos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão aborda a natureza dos negócios jurídicos declaratórios.

A alternativa A está correta. Negócios jurídicos declaratórios são compatíveis com o conceito de negócio jurídico. Embora a maioria dos negócios jurídicos tenha natureza dispositiva, os negócios declaratórios têm a função de reconhecer ou declarar uma situação jurídica preexistente, sem criar, modificar ou extinguir direitos.

A alternativa B está incorreta. Os negócios jurídicos declaratórios têm como principal função o acerto, ou seja, a confirmação de uma situação jurídica preexistente, eliminando dúvidas sobre sua validade ou eficácia.

A alternativa C está incorreta. A transação é um negócio jurídico de natureza dispositiva, pois visa prevenir ou terminar litígios mediante concessões mútuas, e não apenas declarar uma situação jurídica. Portanto, não é exemplo de negócio declaratório, mas sim de negócio dispositivo.

A alternativa D está incorreta. Negócios jurídicos declaratórios podem produzir efeitos retroativos, na medida em que reconhecem uma situação jurídica preexistente, como ocorre na confissão de dívida.

QUESTÃO 50. Considere a seguinte situação: um bem móvel, pertencente ao acervo de uma igreja tombada, é furtado e, 20 anos após, recuperado em poder de terceiro que alega a sua posse legítima pelo tempo necessário para a aquisição de sua propriedade, por usucapião. Nesse caso, é correto afirmar:

- a) Por se tratar de bem público, não é possível o usucapião.
- b) Cuidando-se de bem furtado, a posse, mesmo exercida de forma pacífica, contínua e não clandestina, não permite a aquisição da propriedade.
- c) A aquisição da propriedade pelo possuidor, de forma originária, se reconhecida, implicará a exclusão de quaisquer restrições que limitavam o anterior direito de propriedade.
- d) A propriedade do possuidor, se existente, não lhe garantirá o direito à indenização nas hipóteses em que não possa tê-lo sob sua guarda, por efeito do tombamento.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão aborda o instituto da usucapião e proteção de bens tombados.

A alternativa A está incorreta. O enunciado menciona que o bem pertence ao acervo de uma igreja, o que não implica automaticamente que seja bem público. Igrejas podem ser entidades privadas, mesmo que o bem esteja tombado. O tombamento não transforma o bem em público, apenas impõe restrições administrativas à sua utilização e alienação.

A alternativa B está incorreta. O STJ já decidiu que é possível a usucapião extraordinária de bem móvel furtado, desde que tenha cessado a clandestinidade e o possuidor exerça a posse ostensiva, contínua e com animus domini, ainda que sem boa-fé.

A alternativa C está incorreta. Mesmo que a usucapião seja reconhecida, as restrições de direito público, como o tombamento, continuam a incidir sobre o bem.

A alternativa D está correta. O tombamento impõe restrições ao uso e disposição do bem, mas não garante ao possuidor direito à indenização simplesmente por não poder exercer plenamente a posse. O tombamento visa proteger o interesse público e não gera, por si só, direito à indenização.

QUESTÃO 51. Identifique, nas hipóteses abaixo, obrigações que não se classificam como *propter rem*:

a) Pagamento de despesas de conservação e gozo da coisa comum.

b) Obrigações por danos ambientais causados no imóvel.

c) Débitos decorrentes de prestação de serviços, como os de energia elétrica contratados para determinado imóvel.

d) Obrigação do proprietário de contribuir com as despesas de denúncia dos prédios confinantes.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. O tema central da questão é a classificação de obrigações *propter rem*.

A alternativa A está incorreta. Esta é uma obrigação *propter rem*, pois está vinculada à coisa e acompanha o titular do direito real sobre ela. Quem possui a coisa é responsável por essas despesas.

A alternativa B está incorreta. As obrigações por danos ambientais são consideradas *propter rem*, pois vinculam o proprietário ou possuidor do imóvel, independentemente de quem causou o dano.

A alternativa C está correta. São obrigações pessoais, contraídas em razão de contrato de prestação de serviço com o titular da conta, e não transferidas automaticamente ao novo proprietário.

A alternativa D está incorreta. São obrigações pessoais, contraídas em razão de contrato de prestação de serviço com o titular da conta, e não transferidas automaticamente ao novo proprietário.

QUESTÃO 52. A propósito das universalidades, é correto dizer:

a) Admitem-se, para as universalidades de fato, apenas bens móveis.

b) Nas universalidades de pessoas, a série de sujeitos de direito resulta aumentada de uma unidade, ao contrário do que ocorre nas universalidades de coisas, em que a série de objetos não acresce de uma unidade.

c) Nas hipóteses em que o legado de um rebanho se reduza a um indivíduo, caduca a disposição do testador, por perda do objeto.

d) Não são passíveis de aquisição por usucapião.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão aborda as universalidades de fato e de direito.

A alternativa A está incorreta. As universalidades de fato podem ser compostas por bens móveis e imóveis. Elas são conjuntos de bens que, embora distintos, são considerados como um todo para certos efeitos jurídicos, como um rebanho ou uma biblioteca.

A alternativa B está correta. Universalidade de pessoas (ex: sociedade): a reunião de sujeitos forma um novo sujeito de direito, ou seja, acresce uma unidade à série. Universalidade de coisas (ex: biblioteca, rebanho): os bens mantêm sua individualidade, não formando um novo bem, apenas sendo tratados como um conjunto funcional. Assim, não há acréscimo de unidade à série de objetos.

A alternativa C está incorreta. Se o rebanho se reduz a um único animal, ainda há objeto possível, e o legado não caduca automaticamente.

A alternativa D está incorreta. Universalidades de fato, como conjuntos de bens móveis, podem ser adquiridas por usucapião, desde que preenchidos os requisitos legais para a posse e o decurso do tempo.

QUESTÃO 53. Reconhecida pela doutrina e jurisprudência a possibilidade da tutela externa do crédito, é incorreto afirmar:

- a) A responsabilidade que dela resulta é de natureza contratual.
- b) Implica mudança no princípio da relatividade dos direitos de crédito.
- c) Tem por exemplo clássico a responsabilidade do assassino no confronto dos parentes da vítima por créditos de caráter alimentar.
- d) Pressupõe a ciência pelo terceiro da incompatibilidade entre o contrato que celebra e aquele anterior, de que não é parte.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra A**. A questão aborda tutela externa do crédito, relativa a responsabilidade de terceiros que interferem em relações contratuais alheias, afetando direitos creditícios.

A alternativa A está incorreta. A responsabilidade que surge da tutela externa do crédito não é de natureza contratual, mas sim extracontratual.

A alternativa B está correta. A tutela externa do crédito realmente implica uma mudança no princípio da relatividade dos direitos de crédito, pois permite que terceiros sejam responsabilizados por interferirem em uma relação contratual, o que é uma exceção ao princípio de que os contratos só produzem efeitos entre as partes.

A alternativa C está correta. Este é um exemplo clássico de tutela externa do crédito, onde o terceiro (assassino) é responsabilizado por interferir na relação de crédito alimentar entre a vítima e seus dependentes.

A alternativa D está correta. Para que haja responsabilidade do terceiro, é necessário que ele tenha ciência da incompatibilidade entre o contrato que celebra e o contrato anterior, do qual não faz parte. Isso caracteriza a má-fé do terceiro.

QUESTÃO 54. A proteção à aparência de direito, é reconhecida pelo nosso ordenamento jurídico e sobre ela é correto afirmar:

- a) Decorre da vontade das partes que a estipulam como consequência do ato negocial praticado.
- b) Equipara a situação aparente com a realidade jurídica, de modo que, para aquele que confia, a situação jurídica existe do modo como supõe.

c) Não permite afastar vício de representação havido na transferência de bem imóvel, ainda que para proteger o adquirente de boa-fé que possuía fundada crença na regularidade do negócio.

d) Dispensa, em qualquer hipótese, a participação, conhecimento ou envolvimento do legítimo titular do direito, que sempre suportará as consequências jurídicas do ato considerado válido.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão aborda a proteção da aparência jurídica, quanto à proteção do terceiro de boa-fé com base na confiança legítima na situação jurídica aparente.

A alternativa A está incorreta. A proteção à aparência de direito não decorre da vontade das partes, mas sim de uma situação objetiva em que a aparência de um direito é considerada suficiente para proteger terceiros de boa-fé que confiam nessa aparência. É um princípio que visa proteger a segurança jurídica e a confiança legítima.

A alternativa B está correta. A proteção à aparência de direito realmente equipara a situação aparente à realidade jurídica para proteger terceiros de boa-fé. Isso significa que, para aqueles que confiam na aparência, a situação jurídica é considerada existente conforme a aparência sugere.

A alternativa C está incorreta. A proteção à aparência de direito pode, sim, afastar vícios de representação em certas circunstâncias, especialmente para proteger adquirentes de boa-fé que agiram com confiança legítima na regularidade do negócio.

A alternativa D está incorreta. A proteção à aparência de direito não dispensa, em qualquer hipótese, a participação ou conhecimento do legítimo titular. A aplicação desse princípio depende das circunstâncias e da boa-fé dos envolvidos.

QUESTÃO 55. Proposta ação civil ex delicto em abril de 2009, por crime praticado em maio de 1990, pelo qual foi definitivamente condenado o réu em abril de 1997, a pretensão indenizatória, que na vigência do Código Civil era de 20 anos, se extinguiu em:

a) abril de 2000.

b) abril de 2017.

c) maio de 2010.

d) janeiro de 2006.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão aborda a prescrição da ação civil *ex delicto*: Aplicação da nova regra de transição do prazo prescricional do Código Civil de 2002.

A alternativa A está incorreta. Este prazo não considera a data da condenação definitiva e a vigência do novo Código Civil.

A alternativa B está incorreta. Este prazo não considera a redução do prazo prescricional com a entrada em vigor do Código Civil de 2002.

A alternativa C está incorreta. Este prazo não considera corretamente a aplicação do novo prazo prescricional a partir de 2003.

A alternativa D está correta. Com a entrada em vigor do Código Civil de 2002 em janeiro de 2003, o prazo prescricional de 3 anos começou a contar, extinguindo-se em janeiro de 2006, considerando que a prescrição não estava completa sob o código anterior.

QUESTÃO 56. São características dos direitos reais, exceto:

- a) Conferem ao seu titular o direito de sequela.
- b) A transcrição é suficiente para garantir a sua oponibilidade a terceiros.
- c) Não admitem a criação de novos tipos por atos de autonomia negocial.
- d) Nem sempre atribuem ao seu titular o poder de utilizar o bem.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra B**. A questão aborda características dos direitos reais.

A alternativa A está correta. O direito de sequela é uma característica dos direitos reais, permitindo ao titular perseguir a coisa onde quer que ela se encontre, mesmo que tenha sido transferida a terceiros.

A alternativa B está incorreta. A transcrição (ou registro) é necessária para a constituição e publicidade dos direitos reais sobre imóveis, mas não é suficiente por si só para garantir a oponibilidade a terceiros. A oponibilidade também depende da validade do título e da boa-fé.

A alternativa C está correta. Os direitos reais são regidos pelo princípio da taxatividade, o que significa que apenas a lei pode criar novos direitos reais. Não é possível que as partes criem novos tipos de direitos reais por meio de acordos privados.

A alternativa D está correta. Nem todos os direitos reais conferem ao titular o poder de utilizar o bem. Por exemplo, a hipoteca é um direito real que não confere ao credor hipotecário o uso do bem, mas apenas a garantia de satisfação do crédito.

QUESTÃO 57. O ordenamento jurídico brasileiro admite a desconconsideração da personalidade jurídica nas seguintes condições, exceto:

a) Como regra geral, adota a teoria maior.

b) A teoria menor, na qual se dispensa a comprovação da fraude ou o abuso de direito, é aplicada nas relações de consumo.

c) Dá margem, quando aplicada a teoria menor, à responsabilidade pessoal de quem não integra o quadro societário da empresa, ainda que nela atue como gestor.

d) Não resulta na dissolução da pessoa jurídica.

Comentários

A alternativa correta é a letra C. A questão trata sobre o incidente de desconconsideração da personalidade jurídica (IDPJ).

A alternativa A está incorreta. De fato, a regra geral no direito civil é a adoção da teoria maior, prevista no art. 50 do Código Civil: "Art. 50. Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial, pode o juiz, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, desconSIDERÁ-la para que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares de administradores ou de sócios da pessoa jurídica beneficiados direta ou indiretamente pelo abuso."

A alternativa B está incorreta. Sim, conforme determina o art. 28, do CDC, a teoria menor é aplicada nas relações de consumo: "Art. 28. O juiz poderá desconSIDERAR a personalidade jurídica da sociedade quando, em detrimento do consumidor, houver abuso de direito, excesso de poder, infração da lei, fato ou ato ilícito ou violação dos estatutos ou contrato social. A desconSIDERação também será efetivada quando houver falência, estado de insolvência, encerramento ou inatividade da pessoa jurídica provocados por má administração."

A alternativa C está correta. A teoria menor não dá margem à responsabilização pessoal de quem não integra o quadro societário da empresa, mesmo que o indivíduo nela atue como gestor. "A despeito de não exigir prova de abuso ou fraude para fins de aplicação da Teoria Menor da

desconsideração da personalidade jurídica, tampouco de confusão patrimonial, o § 5º do art. 28 do CDC não dá margem para admitir a responsabilização pessoal de quem não integra o quadro societário da empresa, ainda que nela atue como gestor.” STJ, RECURSO ESPECIAL Nº 1.862.557/DF 2020/0040079-6.

A alternativa D está incorreta. A desconsideração da personalidade jurídica não resulta na dissolução da pessoa jurídica. Relembre que as causas de dissolução das sociedades simples estão elencadas no art. 1.033, do CC. Relembre, ainda, que a dissolução precede à liquidação e à extinção. Cuidado, a desconsideração não dissolve, nem liquida nem extingue a pessoa jurídica, apenas permite o acesso ao patrimônio dos sócios em casos específicos, declarando a ineficácia do ato praticado mediante fraude ao credor ou prejuízo ao consumidor para satisfazer o atingido pela prática fraudulenta ou evasiva de abuso de direito (desvio de finalidade ou confusão patrimonial, no caso da teoria maior OU obstáculo ao ressarcimento dos consumidores no caso da teoria menor). “Art. 1.033. Dissolve-se a sociedade quando ocorrer: I - o vencimento do prazo de duração, salvo se, vencido este e sem oposição de sócio, não entrar a sociedade em liquidação, caso em que se prorrogará por tempo indeterminado; II - o consenso unânime dos sócios; III - a deliberação dos sócios, por maioria absoluta, na sociedade de prazo indeterminado; IV - (Revogado pela Lei nº 14.195, de 2021) V - a extinção, na forma da lei, de autorização para funcionar. Parágrafo único. (Revogado pela Lei nº 14.195, de 2021)

QUESTÃO 58. Admitida a ocorrência de usucapião, ainda não reconhecida por sentença, a favor do comprador do imóvel, que somente o adquiriu por desconhecer o seu direito e diante da insistência do proprietário para que aderisse ao contrato, é possível afirmar:

- a) Que o negócio jurídico é passível de rescisão.
- b) Que a vontade do comprador se encontrava viciada em virtude da coação por ele sofrida.
- c) Que a falsa representação da realidade e o caráter desculpável do erro autorizam a anulação do negócio.
- d) Que o silêncio da parte interessada quanto ao usucapião caracteriza dolo comissivo, para fins de anulação do negócio.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão aborda vícios do negócio jurídico e usucapião.

A alternativa A está incorreta. A hipótese não é de rescisão contratual, mas sim de anulação por vício de consentimento (erro ou dolo). A rescisão pressupõe inadimplemento contratual, o que não é o caso aqui. O vício está na formação da vontade, não na execução do contrato.

A alternativa B está incorreta. Embora o comprador tenha sido pressionado, a jurisprudência não reconheceu coação no sentido técnico-jurídico (art. 151 do CC - Art. 151. A coação, para viciar a declaração da vontade, há de ser tal que incuta ao paciente fundado temor de dano iminente e considerável à sua pessoa, à sua família, ou aos seus bens), mas sim erro essencial e eventual dolo omissivo. A coação exige ameaça grave e injusta, o que não ficou caracterizado.

A alternativa C está correta. O STJ (REsp 1.163.118/RS) reconhece que, se o comprador já preenchia os requisitos da usucapião e foi induzido a adquirir o imóvel por desconhecimento de seu direito, há erro essencial e desculpável, que vicia o consentimento e autoriza a anulação do negócio jurídico.

A alternativa D está incorreta. O silêncio doloso pode configurar dolo omissivo, não comissivo. No caso, o STJ reconheceu que houve omissão relevante sobre fato essencial (a possibilidade de usucapião), o que pode configurar dolo omissivo, mas a alternativa erra ao classificar como dolo comissivo.

QUESTÃO 59. No julgamento do Tema 1119 da Repercussão Geral, o STF estabeleceu parâmetros acerca da atuação das entidades associativas de caráter civil, no que tange à possibilidade de promoverem a execução de valores pretéritos decorrentes de mandado de segurança coletivo ajuizado sob a égide da substituição processual prevista no art. 5º, XXI, da Constituição da República. Considerando o entendimento firmado, bem como as balizas constitucionais e legais pertinentes, assinale a alternativa incorreta:

a) A atuação da entidade associativa na defesa de interesses de seus associados, por meio de substituição processual, não se limita à fase de conhecimento, estendendo-se à fase executiva, inclusive quando se tratar da cobrança de valores pretéritos, independentemente de prévia autorização expressa ou de comprovação da filiação ao tempo da propositura da ação.

b) A interpretação conferida pelo STF no Tema 1119 busca dar efetividade à substituição processual plena das entidades associativas, superando posicionamentos que condicionavam a execução de valores pretéritos à apresentação de documentos que, na prática, inviabilizavam a tutela jurisdicional efetiva.

c) A decisão do STF fundamentou-se na premissa de que a exigência de autorização expressa, comprovação de filiação prévia e relação nominal dos substituídos, para a execução de valores pretéritos, representa restrição indevida à substituição processual prevista constitucionalmente, violando o direito fundamental à tutela jurisdicional efetiva.

d) A orientação firmada no Tema 119 aplica-se indistintamente a todas as entidades associativas, inclusive sindicatos, estendendo-se a qualquer tipo de ação coletiva, independentemente de estar fundada em mandado de segurança coletivo ou em outros instrumentos processuais de tutela coletiva.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A questão trata sobre atuação de entidades associativas de caráter civil na defesa dos direitos de seus associados, sob a égide do importante julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF), o Tema 1119 da Repercussão Geral.

Primeiramente, acerca do Tema 1119, a tese de repercussão geral fixada foi a seguinte: “É desnecessária a autorização expressa dos associados, a relação nominal destes, bem como a comprovação de filiação prévia, para a cobrança de valores pretéritos de título judicial decorrente de mandado de segurança coletivo impetrado por entidade associativa de caráter civil”. Ou seja, se refere apenas ao mandado de segurança coletivo.

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. DIREITO RECONHECIDO EM MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO IMPETRADO POR ASSOCIAÇÃO . AÇÃO DE COBRANÇA DE VALORES PRETÉRITOS. CONTROVÉRSIA QUANTO À LEGITIMIDADE ATIVA. TEMAS 82 E 499 DA REPERCUSSÃO GERAL. INAPLICABILIDADE . SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL. DESNECESSIDADE DE AUTORIZAÇÃO EXPRESSA. PRECEDENTES. MULTIPLICIDADE DE RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS . ENTENDIMENTO CONSOLIDADO NA JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. CONTROVÉRSIA CONSTITUCIONAL DOTADA DE REPERCUSSÃO GERAL. REAFIRMAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. AGRAVO CONHECIDO . RECURSO EXTRAORDINÁRIO DESPROVIDO. (STF - ARE: 1293130 SP, Relator.: MINISTRO PRESIDENTE, Data de Julgamento: 17/12/2020, Tribunal Pleno, Data de Publicação: 08/01/2021).

Feito essa introdução, vamos analisar as alternativas.

A alternativa A está incorreta. Conforme o Tema 1119, reforça a natureza da substituição processual e a efetividade da atuação das associações, superando exigências que antes burocratizavam a execução.

A alternativa B está incorreta. decisão do STF no Tema 1119 teve como um de seus objetivos primordiais assegurar a efetividade da substituição processual.

A alternativa C está incorreta. A fundamentação do STF no Tema 1119 baseou-se exatamente nesse entendimento. O Tribunal considerou que as exigências mencionadas (autorização expressa, filiação prévia e relação nominal) eram restrições que desvirtuavam o instituto da substituição processual, tornando-o ineficaz para a defesa dos direitos dos associados. A decisão buscou, assim, preservar o direito fundamental à tutela jurisdicional efetiva e a própria finalidade do Art. 5º, XXI, da CF.

A alternativa D está correta. A tese firmada no Tema 1119 não se estende indistintamente a qualquer tipo de ação coletiva ou a outros instrumentos processuais de tutela coletiva. As regras para a atuação de associações e sindicatos podem variar conforme o tipo de ação (ação civil pública, ação popular, etc.) e o tipo de interesse (individual homogêneo, difuso, coletivo stricto sensu).

A tese do Tema 1119 é precisa e se restringe ao contexto da substituição processual por entidades associativas em mandados de segurança coletivos.

QUESTÃO 60. A respeito da ação rescisória no sistema do CPC/2015, com foco nas hipóteses de cabimento, limites e prazo decadencial, assinale a alternativa incorreta:

a) A violação manifesta à norma jurídica ou a precedente vinculante, para justificar a procedência da ação rescisória, exige demonstração de erro de interpretação grosseiro ou evidente, caracterizando afronta direta ao dispositivo legal ou ao padrão decisório obrigatório, conforme disposto no art. 966, V e §5º, do CPC/2015.

b) É admitida a propositura de ação rescisória quando a decisão rescindenda tiver sido fundada em erro de fato, consistente na premissa equivocada de inexistência de determinado elemento, quando este estava comprovado nos autos e a parte não teve oportunidade de se manifestar, sendo suficiente, para tal fim, que o erro decorra da má valoração das provas produzidas no processo.

c) A denominada "nova prova" apta a justificar a rescisória, prevista no art. 966, VII, do CPC/2015, deve ser preexistente ao julgamento rescindendo, mas desconhecida pela parte por motivo alheio à sua vontade, e suficientemente capaz de conduzir a um resultado diverso, hipótese que impacta o termo inicial do prazo decadencial.

d) O prazo decadencial de dois anos para a propositura da ação rescisória, previsto no art. 975 do CPC/2015, conta-se da data do trânsito em julgado da última decisão proferida no processo e só se inicia quando não for mais cabível nenhum tipo de recurso, ainda que embargos declaratórios.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra B**. A questão trata do tema Ação Rescisória.

A alternativa A está correta. Segundo o art. 966, §5º do CPC: "§ 5º Cabe ação rescisória, com fundamento no inciso V do caput deste artigo, contra decisão baseada em enunciado de súmula ou acórdão proferido em julgamento de casos repetitivos que não tenha considerado a existência de distinção entre a questão discutida no processo e o padrão decisório que lhe deu fundamento".

A alternativa B está incorreta. O erro de fato que autoriza a rescisória, nos termos do art. 966, VIII, do CPC, deve ser um equívoco verificável diretamente dos autos, consistente na admissão de fato inexistente ou negação de fato efetivamente ocorrido. Contudo, esse erro não pode recair sobre ponto controvertido, ou seja, aquele sobre o qual houve debate entre as partes e valoração pelo juiz. Se a parte teve oportunidade de se manifestar e houve apreciação do conteúdo probatório, não se configura erro de fato, mas sim erro de valoração, o que não enseja ação rescisória.

A alternativa C está correta. O art. 966, VII, do CPC prevê a chamada “prova nova” como fundamento para a rescisória, desde que seja preexistente ao julgamento, ignorada pela parte por motivo alheio à sua vontade e que seja apta, por si só, a assegurar resultado diverso. Além disso, o §2º do mesmo artigo estabelece que, nesses casos, o prazo se inicia da data da descoberta da prova, respeitado o prazo máximo de cinco anos a partir do trânsito em julgado da última decisão.

A alternativa D está correta. O art. 975 do CPC/2015 dispõe que a ação rescisória deve ser proposta em até dois anos contados do trânsito em julgado da última decisão proferida no processo.

QUESTÃO 61. O MPF ajuizou ação civil pública visando à imediata suspensão dos efeitos de licença ambiental expedida em favor de determinada empresa, que autorizava a realização de obras em área de preservação permanente. Alegou a existência de fortes indícios de que o licenciamento foi concedido sem a observância do devido procedimento de estudo de impacto ambiental, bem como o risco iminente de degradação irreversível do meio ambiente. Na petição inicial, o MPF formulou pedido de concessão de tutela provisória de urgência em caráter antecedente e requereu a apreciação da medida inaudita altera parte, em virtude da gravidade da situação fática. Considerando as normas do CPC/2015 e a jurisprudência pertinente, assinale a alternativa correta:

a) A concessão da tutela de urgência sem a prévia manifestação da parte adversa é vedada em absoluto pelo princípio do contraditório, ainda que presente o perigo de dano.

b) A hipótese em exame justifica a concessão de tutela de evidência, a qual, contudo, exige demonstração do perigo de dano ou do risco ao resultado útil do processo.

c) É juridicamente possível a concessão da tutela de urgência de natureza cautelar ou satisfativa em caráter liminar, sem a oitiva prévia da parte contrária, desde que demonstrados a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo.

d) A tutela provisória requerida somente poderia ser deferida após a realização de audiência de justificação prévia, na qual se oportunizasse o contraditório efetivo entre as partes.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A questão trata sobre tutela provisória de urgência em caráter antecedente.

A alternativa A está incorreta. Conforme a inteligência do art. 300, §2º do CPC, a oitiva prévia da parte contrária, nesse caso, frustraria a própria finalidade da medida de urgência. O contraditório é postergado, não suprimido em absoluto.

A alternativa B está incorreta. A tutela de evidência, por sua vez, NÃO exige a demonstração de perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo (art. 311 do CPC). Seus requisitos são outros, como a prova documental suficiente dos fatos constitutivos do direito, tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou súmula vinculante, entre outros. A presença de "perigo de dano" é característica da tutela de urgência, não da tutela de evidência.

A alternativa C está correta. O art. 300, caput, do CPC prevê a concessão da tutela de urgência (seja ela cautelar ou satisfativa/antecipada) quando houver "elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo". A saber: "Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo."

A alternativa D está incorreta. A audiência de justificação prévia (art. 300, § 2º, parte final, do CPC) é uma faculdade do juiz, e não uma exigência absoluta para o deferimento da tutela de urgência.

QUESTÃO 62. A chamada conexão por afinidade, também denominada conexão imprópria ou conexão por semelhança (CPC, art. 55, § 3º) tem o objetivo de permitir a reunião de processos a fim de prevenir risco de decisões contraditórias. Sobre o instituto, assinale a alternativa incorreta:

a) Para a caracterização da conexão por afinidade, exige-se a existência de identidade integral entre partes, pedido e causa de pedir nas demandas, nos termos estritos do art. 55, caput, do CPC.

b) A principal finalidade da reunião de processos por conexão imprópria é a mitigação do risco de prolação de decisões contraditórias sobre questões de direito ou de fato substancialmente semelhantes.

c) Mesmo em hipóteses de conexão por afinidade, o julgador poderá deixar de determinar a reunião dos processos caso tal providência comprometa a duração razoável do processo ou a eficiência da prestação jurisdicional.

d) A reunião de processos fundada na conexão por afinidade impõe a prevenção do juízo que primeiro tiver despachado, observado o disposto no art. 59 do CPC.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra A**. A questão trata do tema competência, mais especificamente sobre conexão por afinidade.

Dispõe o art. 55, §3º do CPC: “Serão reunidos para julgamento conjunto os processos que possam gerar risco de prolação de decisões conflitantes ou contraditórias caso decididos separadamente, mesmo sem conexão entre eles”.

A alternativa A está incorreta. De acordo com o dispositivo supra, serão reunidos para julgamento conjunto os processos que possam gerar risco de decisões conflitantes ou contraditórias caso decididos separadamente, ainda que não tenham as mesmas partes, pedidos ou causas de pedir. Trata-se, portanto, de exceção à regra do caput do art. 55, que exige, para a conexão tradicional, identidade ou semelhança entre o pedido ou a causa de pedir. Assim, a alternativa A incorre em erro ao afirmar que a conexão por afinidade exige identidade integral entre partes, pedido e causa de pedir.

A alternativa B está correta. Reflete com precisão a finalidade precípua da conexão por afinidade, prevista expressamente no § 3º do art. 55 do CPC/2015.

A alternativa C está correta. Embora o art. 55, § 3º, do CPC determine a reunião de processos para evitar decisões contraditórias, isso não significa que tal reunião seja obrigatória em qualquer hipótese. De acordo com o princípio da duração razoável do processo (art. 5º, LXXVIII, da CF/88) e da eficiência processual, o julgador pode afastar a reunião de processos se concluir que essa medida comprometeria a celeridade, a economia ou a eficiência da prestação jurisdicional.

A alternativa D está correta. Nos termos do art. 58 do CPC, a reunião das ações conexas far-se-á no juízo prevento, ou seja, aquele que primeiro despachou validamente.

QUESTÃO 63. Sobre a concessão de medida liminar no mandado de segurança coletivo, conforme a disciplina da Lei nº 12.016/2009 e princípios processuais aplicáveis, assinale a alternativa correta:

a) A liminar poderá ser deferida quando houver fundamento relevante e risco de ineficácia da segurança, caso concedida ao final, podendo o magistrado exigir caução, fiança ou depósito como condição, mesmo no mandado de segurança coletivo.

b) Por se tratar de controle judicial sobre atos de autoridades públicas, a concessão de medida liminar em mandado de segurança coletivo está condicionada à demonstração de perigo de irreversibilidade do provimento provisório.

c) É vedada, no âmbito do mandado de segurança coletivo, a exigência de contracautela, como forma de preservação do direito líquido e certo coletivo ou individual homogêneo.

d) Concedida a liminar, seus efeitos somente persistirão até a prolação da sentença, sendo vedada sua cassação ou modificação mesmo em caso de superveniência de fato novo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A questão trata sobre concessão de medida liminar em mandado de segurança coletivo, conforme a disciplina da Lei nº 12.016/2009 (Lei do Mandado de Segurança).

A alternativa A está correta. Os requisitos para a concessão de liminar em mandado de segurança são, de fato, a existência de fundamento relevante (equivalente à probabilidade do direito, ou fumus boni iuris) e o perigo de ineficácia da medida caso concedida apenas ao final (equivalente ao periculum in mora), conforme o art. 300 do CPC.

Sendo deferida, terá prioridade para julgamento. Isso está previsto no art. 7º, §4º, da Lei nº 12.016/2009: "Deferida a medida liminar, o processo terá prioridade para julgamento."

A alternativa B está incorreta. O perigo de irreversibilidade do provimento provisório é uma hipótese de não concessão de tutelas de urgência satisfativas em caráter antecipado no Código de Processo Civil: "§ 3º A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão."

A alternativa C está incorreta. Conforme analisado na alternativa "a", a Lei nº 12.016/2009 (Art. 7º, III) permite a exigência de caução, fiança ou depósito como contracautela para a concessão da liminar.

A alternativa D está incorreta. Os efeitos da liminar, de fato, podem persistir até a prolação da sentença. No entanto, a liminar é uma decisão provisória e, como tal, é regida pelo princípio da rebus sic stantibus (enquanto as coisas permanecem como estão).

QUESTÃO 64. A respeito do papel do amicus curiae nas demandas estruturais e litígios de alta complexidade, assinale a alternativa correta:

a) O amicus curiae possui legitimidade recursal ampla, podendo interpor todos os recursos cabíveis no processo, ainda que não demonstre interesse jurídico direto ou específico em face da decisão recorrida.

b) A atuação do amicus curiae nas demandas estruturais limita-se à apresentação de memoriais escritos e manifestações técnicas, sendo-lhe vedada a participação em audiências públicas ou mesas de negociação destinadas à formulação de soluções estruturais.

c) A admissão do amicus curiae no processo civil, inclusive em demandas estruturais, poderá ocorrer tanto por provocação das partes quanto por iniciativa do juízo ou tribunal, sempre que a matéria apresentar relevância, especificidade ou repercussão social.

d) Nos litígios de alta complexidade, a decisão que admite o amicus curiae é dotada de natureza jurisdicional plena, sujeita a impugnação por recurso próprio das partes ou de terceiros prejudicados, inclusive por agravo interno ou de instrumento.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A questão trata sobre amicus curiae.

A alternativa A está incorreta. Art. 138, § 1º, do CPC expressamente limita a legitimidade recursal do amicus curiae a opor embargos de declaração e interpor recurso contra a decisão que julgar o incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR), vejamos: "§ 1º A intervenção de que trata o caput não implica alteração de competência nem autoriza a interposição de recursos, ressalvadas a oposição de embargos de declaração e a hipótese do § 3º. § 3º O amicus curiae pode recorrer da decisão que julgar o incidente de resolução de demandas repetitivas."

A alternativa B está incorreta. A atuação do amicus curiae não se limita a memoriais escritos e manifestações técnicas. Em demandas complexas e estruturais, sua participação pode ser muito mais ampla e ativa, incluindo a participação em audiências públicas, mesas de negociação, e outras formas de colaboração que visem à construção de soluções consensuais ou complexas.

A alternativa C está correta. A lei estabelece que o juiz ou relator, por decisão irrecorrível, poderá solicitar ou admitir a participação do amicus curiae "por sua iniciativa ou a requerimento das partes".

Os critérios para essa admissão são a relevância da matéria, a especificidade do tema objeto da demanda ou a repercussão social da controvérsia. Esses são os elementos que justificam a intervenção de um "amigo da corte" para auxiliar na decisão. Vejamos: "Art. 138. O juiz ou o relator, considerando a relevância da matéria, a especificidade do tema objeto da demanda ou a repercussão social da controvérsia, poderá, por decisão irrecorrível, de ofício ou a requerimento das partes ou de quem pretenda manifestar-se, solicitar ou admitir a participação de pessoa natural ou jurídica, órgão ou entidade especializada, com representatividade adequada, no prazo de 15 (quinze) dias de sua intimação."

A alternativa D está incorreta. O art. 138, caput, do CPC/2015 é explícito ao afirmar que a decisão que admite ou não a intervenção do amicus curiae é "irrecorrível". Isso significa que ela não está

sujeita a recurso, o que visa garantir a celeridade e a discricionariedade do juiz ou relator na gestão da participação desse colaborador

QUESTÃO 65. Considerando os efeitos da sentença condenatória na ação civil pública ajuizada para tutela de bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, assinale a alternativa correta:

a) A sentença civil transitada em julgado produzirá coisa julgada erga omnes em todo o território nacional, independentemente da competência territorial do órgão prolator e do tipo de tutela concedida.

b) Caso a sentença imponha condenação em pecúnia, os valores apurados devem ser incorporados ao erário do ente lesado, salvo expressa disposição judicial em sentido diverso.

c) O montante da condenação pecuniária destina-se a fundo específico, cuja gestão deverá assegurar participação do Ministério Público de representantes da comunidade, com a finalidade de reconstituição dos bens lesados.

d) Ultrapassado o prazo de sessenta dias do trânsito em julgado sem iniciativa da associação autora para a execução, extinguir-se-á automaticamente a eficácia executiva da sentença, sendo vedada a atuação do Ministério Público ou de outros legitimados.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A questão trata sobre Ação Civil Pública, especificamente, os efeitos da sentença condenatória.

A alternativa A está incorreta. O Art. 16 da Lei nº 7.347/1985 estabelece que a sentença fará coisa julgada erga omnes: "Art. 16. A sentença civil fará coisa julgada erga omnes, nos limites da competência territorial do órgão prolator, exceto se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas, hipótese em que qualquer legitimado poderá intentar outra ação com idêntico fundamento, valendo-se de nova prova. (Redação dada pela Lei nº 9.494, de 10.9.1997)"

A alternativa B está incorreta. Nos termos do art. 13 da Lei nº 7.347/1985, a condenação em dinheiro deve destinar-se a um fundo específico para a reconstituição dos bens lesados.

A incorporação ao erário apenas ocorreria em hipóteses muito específicas ou como exceção à regra geral, mas o princípio é a destinação finalística para a reparação do dano ao bem coletivo. A saber: "Art. 13. Havendo condenação em dinheiro, a indenização pelo dano causado reverterá a um fundo gerido por um Conselho Federal ou por Conselhos Estaduais de que participarão necessariamente

o Ministério Público e representantes da comunidade, sendo seus recursos destinados à reconstituição dos bens lesados.”

A alternativa C está correta. Consoante o art. 13, a condenação em dinheiro pelo dano causado a bens e direitos difusos (como os mencionados na questão) reverterá a um fundo de que trata o art. 20 da Lei nº 7.347/1985, ou seja, um fundo para a reconstituição dos bens lesados: “art. 20. O fundo de que trata o art. 13 desta Lei será regulamentado pelo Poder Executivo no prazo de 90 (noventa) dias.”

A alternativa D está incorreta. A Lei nº 7.347/1985 em seu art. 15 prevê que, decorrido o prazo de sessenta dias do trânsito em julgado da sentença condenatória sem que a associação autora promova a execução, sendo INCORRETA pela segunda parte da afirmação que fala em extinção automática da eficácia executiva e vedação da atuação de outros legitimados. Vejamos: “Art. 15. Decorridos sessenta dias do trânsito em julgado da sentença condenatória, sem que a associação autora lhe promova a execução, deverá fazê-lo o Ministério Público, facultada igual iniciativa aos demais legitimados.”

QUESTÃO 66. Com base no regime jurídico da desapropriação, nos termos da Constituição Federal e do Decreto-Lei nº 3.365/1941, verifique as alternativas abaixo:

I - Conforme o Decreto-Lei nº 3.365/1941 e a Constituição Federal, é vedada qualquer desapropriação de pequena e média propriedade rural que esteja sendo trabalhada pela família, independentemente da finalidade pública ou social pretendida pelo Poder Público.

II - A indenização devida ao expropriado deve refletir a área real do imóvel, mesmo quando esta divergir da área constante no registro imobiliário.

III - A competência para declarar a utilidade pública ou necessidade pública é concorrente entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos limites de sua atuação administrativa, podendo inclusive ser delegada a concessionários e outros agentes privados autorizados em lei.

IV - A desapropriação pode abranger, além da área estritamente necessária à obra ou serviço, zonas contíguas que se valorizarem extraordinariamente em razão da realização do empreendimento público, desde que declaradas no decreto expropriatório.

Analisando as assertivas, podemos afirmar que:

a) Todas as alternativas estão corretas.

b) Estão corretas as alternativas I, II e III.

c) Estão corretas apenas as alternativas II e IV.

d) Estão corretas as alternativas II, III e IV.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema desapropriação.

O Item I está incorreto. A Constituição Federal, em seu art. 5º, XXIV, prevê a desapropriação por necessidade ou utilidade pública ou por interesse social, mediante prévia e justa indenização em dinheiro. No entanto, o art. 185 da Constituição impede a desapropriação para fins de reforma agrária da pequena e média propriedade rural trabalhada pela família, desde que o proprietário não possua outra. Assim, a vedação não é absoluta nem se aplica a qualquer finalidade expropriatória, mas sim especificamente à reforma agrária.

O Item II está correto. Conforme jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (REsp 1.466.747/PE, Rel. Min. Humberto Martins, 2ª Turma, julgado em 24/02/2015), a indenização por desapropriação deve refletir a área real efetivamente ocupada e utilizada pelo particular, ainda que essa área não coincida com aquela constante do registro imobiliário. O fundamento é evitar o enriquecimento sem causa da Administração Pública, assegurando ao expropriado a devida compensação pelo bem efetivamente desapropriado.

O Item III está incorreto. A competência para declarar a utilidade ou necessidade pública é de titularidade exclusiva do Poder Público (União, Estados, DF e Municípios), nos termos do Decreto-Lei nº 3.365/1941. O art. 3º desse diploma, com redação dada pela Lei nº 14.620/2023, admite que concessionários, permissionários, autorizatários e arrendatários podem promover a desapropriação, mas apenas mediante autorização legal ou contratual específica — não podem, por si mesmos, declarar a utilidade pública.

O Item IV está correto. De acordo com o art. 4º do Decreto-Lei nº 3.365/1941, a desapropriação pode abranger, além da área essencial à obra ou serviço, zonas contíguas que venham a se valorizar extraordinariamente em razão da obra pública, desde que estejam expressamente indicadas no decreto expropriatório.

Portanto, pelas razões acima, as alternativas A, B, e D estão incorretas.

QUESTÃO 67. No que concerne à indisponibilidade de bens na ação de improbidade administrativa, nos termos do art. 16 da Lei nº 8.429/1992, assinale a alternativa incorreta:

a) O deferimento da indisponibilidade de bens exige, cumulativamente, demonstração da probabilidade do direito e do perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, vedada

qualquer presunção automática desses requisitos, ainda que o ato descrito na inicial envolva enriquecimento ilícito ou dano expressivo ao erário.

b) A medida de indisponibilidade de bens poderá recair sobre bens de terceiros desde que, no caso concreto, haja demonstração da sua efetiva participação nos atos ímprobos ou, no caso de pessoas jurídicas, mediante prévia instauração de incidente de desconsideração da personalidade jurídica, conforme o CPC.

c) O valor bloqueado por decisão de indisponibilidade poderá incluir não apenas o montante do dano ou do enriquecimento ilícito imputado, mas também valores correspondentes à multa civil eventualmente pleiteada na petição inicial, assegurando-se assim a plena execução da futura condenação.

d) Ainda que os bens sujeitos à indisponibilidade estejam vinculados à atividade empresarial do réu ou de terceiros, poderá ser decretado o bloqueio desde que observados critérios de proporcionalidade e que não seja inviabilizada, de forma irrazoável, a continuidade da atividade econômica.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A questão trata sobre Ação de Improbidade Administrativa, mais especificamente, a indisponibilidade de bens com base nas alterações promovidas pela Lei nº 14.230/2021 na Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa - LIA).

O candidato deve estar atento que o examinador requer a indicação da alternativa incorreta, portanto, contrária a disposição legal.

A alternativa A está incorreta. A Lei nº 14.230/2021 alterou o Art. 16 da LIA, que passou a exigir, para a decretação da indisponibilidade de bens, a demonstração no caso concreto de perigo de dano irreparável ou de risco ao resultado útil do processo, assim como indícios de ato de improbidade administrativa. A saber: "§ 3º O pedido de indisponibilidade de bens a que se refere o caput deste artigo apenas será deferido mediante a demonstração no caso concreto de perigo de dano irreparável ou de risco ao resultado útil do processo, desde que o juiz se convença da probabilidade da ocorrência dos atos descritos na petição inicial com fundamento nos respectivos elementos de instrução, após a oitiva do réu em 5 (cinco) dias."

A alternativa B está incorreta. A indisponibilidade de bens, em regra, recai sobre o patrimônio do réu da ação de improbidade. No entanto, é possível que atinja bens de terceiros, mas apenas em circunstâncias específicas.

A alternativa C está correta. O Art. 16, § 10, da Lei nº 8.429/1992, com a redação dada pela Lei nº 14.230/2021, é claro ao estabelecer que a indisponibilidade de bens de terceiro que houver concorrido para o ato de improbidade administrativa ou dele se beneficiado diretamente limitar-se-á ao ressarcimento do dano ou de eventual proveito patrimonial obtido.

A alternativa D está incorreta. O Art. 16, § 4º, dada a redação pela Lei nº 14.230/2021, estabelece a preocupação do legislador em conciliar a efetividade da medida com a preservação da atividade econômica lícita, exigindo a observância dos critérios de proporcionalidade e evitando a inviabilização irrazoável da empresa. Vejamos: § 11. A ordem de indisponibilidade de bens deverá priorizar veículos de via terrestre, bens imóveis, bens móveis em geral, semoventes, navios e aeronaves, ações e quotas de sociedades simples e empresárias, pedras e metais preciosos e, apenas na inexistência desses, o bloqueio de contas bancárias, de forma a garantir a subsistência do acusado e a manutenção da atividade empresarial ao longo do processo.

QUESTÃO 68. À luz da Lei nº 7.347/1985 e do regime jurídico aplicável aos termos de ajustamento de conduta (TAC), assinale a alternativa correta:

- a) O Ministério Público, ao celebrar TAC no exercício da defesa de interesses difusos e coletivos, necessita obter prévia homologação judicial para que o termo produza efeitos perante terceiros e possa ser objeto de execução.
- b) O TAC firmado pelo Ministério Público e pelo compromissário é título executivo extrajudicial, mas seus efeitos vinculam exclusivamente as partes signatárias, não podendo alcançar reflexos em relação a terceiros ou impactar procedimentos administrativos conexos.
- c) O descumprimento de cláusulas do TAC celebrado pelo Ministério Público impõe ao órgão ministerial a necessidade de ajuizar ação de conhecimento específica para pleitear as obrigações pactuadas, salvo se houver cláusula penal previamente estipulada.
- d) É facultado ao Ministério Público celebrar TAC como forma de efetivar sua função de tutela de direitos difusos e coletivos, sendo o ajuste título executivo extrajudicial independente de homologação judicial e com possibilidade de execução direta em caso de inadimplemento.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A questão trata sobre o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC).

A alternativa A está incorreta. O Art. 5º, § 6º, da Lei nº 7.347/1985 é claro ao estabelecer que os órgãos públicos legitimados (incluindo o Ministério Público) podem tomar dos interessados

compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais, mediante cominações, que terá eficácia de título executivo extrajudicial.

A alternativa B está incorreta. Embora o TAC seja um título executivo extrajudicial e vincule as partes signatárias, seus efeitos podem, sim, alcançar reflexos em relação a terceiros e impactar procedimentos administrativos conexos, especialmente em se tratando de tutela de direitos difusos e coletivos.

A alternativa C está incorreta. O TAC possui eficácia de título executivo extrajudicial. Isso significa que, em caso de descumprimento, o Ministério Público não precisa ajuizar uma nova ação de conhecimento.

A alternativa D está correta. O Ministério Público (e outros órgãos legitimados) tem a faculdade de celebrar TACs; não é uma obrigação, mas uma opção estratégica para a resolução extrajudicial de conflitos, pois por ser título executivo extrajudicial, permite a execução direta em caso de inadimplemento, sem a necessidade de uma ação de conhecimento prévia, nos termos do art. 5º, § 6º, da Lei nº 7.347/1985.

QUESTÃO 69. Durante investigação civil instaurada pelo MPF, apurou-se que um agente público teria frustrado dolosamente a licitude de procedimento licitatório, causando prejuízo de grande monta ao erário. Durante as tratativas com o investigado, este, por meio de seus advogados, propôs celebrar um acordo de não persecução cível (ANPC), comprometendo-se ao integral ressarcimento do dano.

O Procurador da República responsável pela investigação manifestou-se favoravelmente à celebração do acordo, e remeteu a proposta ao órgão superior revisional do MPF, que, no prazo legal, não apresentou objeções.

Antes da assinatura do ajuste, contudo, o Procurador ajuizou a ação de improbidade administrativa com a finalidade de interromper o prazo prescricional.

Celebrado o acordo e submetido ao juízo competente, o magistrado, discordando do valor estipulado para a multa compensatória, decidiu alterar unilateralmente a cláusula do acordo, aumentando o valor da multa.

À luz do caso apresentado e do disposto no art. 17-B da Lei nº 8.429/1992, assinale a alternativa correta:

a) A remessa do acordo ao órgão revisional do Ministério Público era desnecessária, já que a aprovação judicial supre a necessidade de controle interno em qualquer fase do processo.

b) A assinatura do ANPC após o ajuizamento da ação é juridicamente inviável, pois a consensualidade na improbidade administrativa se restringe à fase pré-processual.

c) O juiz não possui competência para modificar unilateralmente as cláusulas pactuadas no acordo, limitando-se o controle judicial à legalidade, razoabilidade e ao atendimento ao interesse público.

d) O fato de a ação ter sido ajuizada antes da celebração do acordo impede a sua posterior homologação judicial, salvo se a parte autora desistir da demanda.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A questão trata sobre o Acordo de Não Persecução Cível (ANPC), um instituto introduzido na Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa - LIA).

A alternativa A está incorreta. O Art. 17-B, § 1º, da Lei nº 8.429/1992 (com a redação da Lei nº 14.230/2021) é expresso ao determinar que o acordo de não persecução cível será submetido à homologação judicial e, após, encaminhado ao órgão superior do Ministério Público, para fins de controle e fiscalização.

A alternativa B está incorreta. O acordo de não persecução cível pode ser celebrado no curso da investigação ou da ação de improbidade administrativa, nos termos do inciso III do Art. 17-B, § 1º, da Lei nº 8.429/1992.

A alternativa C está correta. A homologação judicial, conforme o art. 17-B, § 1º, da Lei nº 8.429/1992, se refere ao papel do juiz, que, nesse caso, é um controle de legalidade e de mérito substancial, mas não de renegociação ou modificação unilateral das cláusulas.

A alternativa D está incorreta. O ANPC pode ser celebrado no curso da investigação ou da ação de improbidade administrativa.

QUESTÃO 70. Em relação ao julgamento ampliado previsto no art. 942 do CPC, assinale a alternativa correta:

a) O julgamento ampliado não se aplica ao agravo de instrumento, ainda que haja reforma da decisão que julgue parcialmente o mérito.

b) Caso a apelação seja julgada por unanimidade, será obrigatória a convocação de outros julgadores para ampliação do colegiado, a fim de garantir a colegialidade qualificada.

c) O julgamento ampliado aplica-se exclusivamente às apelações cíveis e aos embargos de declaração, quando houver reforma da sentença em grau recursal.

d) Nas hipóteses de julgamento não unânime de apelação que reforma a sentença, o colegiado será ampliado e o julgamento prosseguirá com outros julgadores, convocados nos termos previamente definidos pelo regimento interno do tribunal, podendo aqueles que já tiverem votado rever os seus votos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema Técnica de Julgamento Ampliado.

Dispõe o CPC: “Art. 942. Quando o resultado da apelação for não unânime, o julgamento terá prosseguimento em sessão a ser designada com a presença de outros julgadores, que serão convocados nos termos previamente definidos no regimento interno, em número suficiente para garantir a possibilidade de inversão do resultado inicial, assegurado às partes e a eventuais terceiros o direito de sustentar oralmente suas razões perante os novos julgadores.

§ 1º Sendo possível, o prosseguimento do julgamento dar-se-á na mesma sessão, colhendo-se os votos de outros julgadores que porventura componham o órgão colegiado.

§ 2º Os julgadores que já tiverem votado poderão rever seus votos por ocasião do prosseguimento do julgamento.

§ 3º A técnica de julgamento prevista neste artigo aplica-se, igualmente, ao julgamento não unânime proferido em: I - ação rescisória, quando o resultado for a rescisão da sentença, devendo, nesse caso, seu prosseguimento ocorrer em órgão de maior composição previsto no regimento interno; II - agravo de instrumento, quando houver reforma da decisão que julgar parcialmente o mérito.

§ 4º Não se aplica o disposto neste artigo ao julgamento: I - do incidente de assunção de competência e ao de resolução de demandas repetitivas; II - da remessa necessária; III - não unânime proferido, nos tribunais, pelo plenário ou pela corte especial”.

A alternativa A está incorreta. Não coaduna com a regra expressa do art. 942, § 3º, II, do CPC/2015, que expande o julgamento ampliado também ao agravo de instrumento.

A alternativa B está incorreta. O julgamento ampliado somente se aplica quando houver decisão não unânime que reforme a sentença (art. 942, caput).

A alternativa C está incorreta. Isso porque restringe indevidamente o âmbito de aplicação do art. 942. A técnica não se aplica aos embargos de declaração — estes possuem procedimento específico. Ao contrário do que afirma a assertiva, o § 3º do art. 942 expande a técnica do julgamento ampliado para ações rescisórias e agravos de instrumento, nas condições especificadas.

A alternativa D está correta. Essa é a descrição exata do procedimento previsto no caput e nos §§ 1º e 2º do art. 942 do CPC/2015.

QUESTÃO 71. No contexto do desastre da Barragem do Fundão, em Mariana/MG, o STJ considerou ser a Justiça Federal competente para julgar ações coletivas e aquelas que envolviam a reparação de danos socioambientais, devido à natureza do acidente e seu impacto em diversos estados. Diante da relevância jurídica e social das matérias em debate e da possibilidade de formação de jurisprudência divergente no Tribunal Regional Federal da 6ª Região, um dos desembargadores propôs a aplicação do incidente de assunção de competência, nos termos do art. 947 do CPC.

Considerando esse contexto, assinale a única alternativa incorreta:

a) A assunção de competência é cabível mesmo quando não houver repetição de processos, desde que a questão de direito discutida seja relevante e possa gerar divergência jurisprudencial.

b) O relator pode propor a assunção de competência de ofício, inclusive em causas envolvendo o poder público e danos de larga escala, como no caso do rompimento da barragem.

c) O Ministério Público tem legitimidade para requerer a instauração da assunção de competência, inclusive nos casos em que atue como fiscal da ordem jurídica.

d) Tratando-se de competência da Justiça Federal, a decisão proferida sob a técnica da assunção de competência possui efeito vinculante e deverá ser obrigatoriamente observada por todos os juízes e tribunais regionais federais do país.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra D**. A questão trata do tema Incidente de Assunção de Competência.

A alternativa A está correta. O caput do art. 947 do CPC expressamente prevê que a assunção de competência é cabível mesmo quando não houver repetição de processos, desde que o caso envolva relevante questão de direito com grande repercussão social.

A alternativa B está correta. Nos termos do §1º do art. 947 do CPC, o relator pode propor o incidente de ofício, o que reforça o papel ativo dos tribunais na gestão da uniformização da jurisprudência.

A alternativa C está correta. O §1º do art. 947 também confere legitimidade para suscitar o IAC ao Ministério Público, inclusive quando atua como fiscal da ordem jurídica (custos legis). Isso é coerente com o seu papel constitucional (art. 127 da CF/88) de defensor da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

A alternativa D está incorreta. Embora o §3º do art. 947 estabeleça que o acórdão proferido em IAC vincula todos os juízes e órgãos fracionários do tribunal que o proferiu, tal efeito não é nacional, como ocorre nos julgamentos de recursos repetitivos pelo STJ ou temas de repercussão geral pelo STF. Assim, se o IAC for julgado por um Tribunal Regional Federal, sua decisão vincula apenas os juízes e órgãos fracionários daquele tribunal específico, não se estendendo aos demais TRFs ou a toda a Justiça Federal do país.

QUESTÃO 72. Em ação civil pública ajuizada pelo MPF contra instituição financeira, foi reconhecida a prática de cobrança indevida de tarifas bancárias a milhões de consumidores em todo o território nacional, sem informação adequada ou prévia autorização. A sentença transitou em julgado, com condenação genérica à devolução dos valores cobrados indevidamente.

Após o transcurso do prazo judicialmente fixado para a habilitação individual dos consumidores prejudicados, verificou-se que uma parcela significativa dos valores devidos não foi objeto de liquidação individual.

Considerando o regime da tutela coletiva de direitos do consumidor, assinale a única alternativa incorreta:

- a) A ausência de liquidações individuais por parte dos consumidores não impede o ajuizamento, pelo MPF, de execução coletiva residual, visando à destinação social do montante correspondente à indenização não individualizada.
- b) O instituto do fluid recovery aplica-se às ações coletivas de consumo, autorizando que os valores correspondentes aos danos não reclamados sejam destinados a finalidades públicas que beneficiem a coletividade lesada, mediante autorização judicial.
- c) A execução coletiva residual, por carecer de previsão legal expressa no Código de Processo Civil ou no Código de Defesa do Consumidor, é considerada juridicamente inviável, sendo vedada ao Ministério Público, ainda que haja sentença condenatória genérica.
- d) Os valores obtidos em sede de execução residual podem ser revertidos ao Fundo de Defesa de Direitos Difusos (FDD), a projetos de educação financeira ou a ações estruturais em prol da proteção do consumidor, nos termos da legislação aplicável.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A questão trata sobre ação coletiva.

A alternativa A está incorreta. O Superior Tribunal de Justiça (STJ) e a doutrina têm reconhecido a possibilidade de execução coletiva residual (o chamado fluid recovery).

Conforme o STJ, ainda, o objetivo da fluid recovery "consiste, sobretudo, em impedir o enriquecimento sem causa daquele que praticou o ato ilícito", e que "A ausência das informações necessárias para a constatação dos prejuízos efetivos experimentados pelos beneficiários individuais da sentença coletiva não deve inviabilizar a utilização da reparação fluida. Nessa hipótese, a indenização poderá ser fixada por estimativa, podendo o juiz valer-se do princípio da cooperação insculpido no art. 6º do CPC/2015 e determinar que o executado forneça elementos para que seja possível o arbitramento de indenização adequada e proporcional."

A alternativa B está incorreta. O fluid recovery (ou "recuperação fluida") é um instituto amplamente aceito na tutela coletiva brasileira, especialmente em direitos do consumidor. Ele permite que os valores não reclamados pelos titulares individuais dos direitos (devido à dificuldade de identificação, desinteresse, custos de liquidação, etc.) sejam revertidos para um fundo ou para projetos que beneficiem a coletividade atingida ou os consumidores em geral, mediante decisão judicial. O objetivo é evitar o enriquecimento sem causa do ofensor.

Conforme melhor explica Elton Venturi, a tese da natureza sancionatória da fluid recovery, por sua vez, (res)suscita toda a difícil e ainda recente discussão que o sistema de justiça brasileiro vem travando a respeito da aplicação, limites e alcance da multifuncionalidade da responsabilidade civil.

A alternativa C está correta. Embora o fluid recovery ou execução coletiva residual não tenha uma "previsão legal expressa" detalhada como um artigo específico nomeando-o, ele é amplamente reconhecido e aplicado pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e pela doutrina, que o interpretam a partir dos princípios do Código de Defesa do Consumidor (CDC).

A alternativa D está incorreta. O Fundo de Defesa de Direitos Difusos (FDD) é o principal destinatário desses valores, e sua utilização é direcionada a projetos que visem à reconstituição dos bens lesados ou à promoção dos direitos da coletividade, o que inclui projetos de educação financeira ou ações estruturais em prol da proteção do consumidor.

QUESTÃO 73. Em ação civil pública proposta pelo MPF visando à reparação de danos ambientais causados por derramamento de rejeitos tóxicos em território indígena, constatou-se, no curso da execução provisória da sentença condenatória que os bens da empresa responsável foram integralmente transferidos a outra pessoa jurídica do mesmo grupo econômico. Diante disso, o MPF requer a desconsideração da personalidade jurídica da empresa controladora e a inclusão de seus sócios no polo passivo da execução.

Com base nos arts. 133 a 137 do CPC/2015 e na jurisprudência do STJ sobre o incidente de desconsideração da personalidade jurídica, assinale a alternativa correta:

a) O MPF, embora parte na ação civil pública, não tem legitimidade para requerer a instauração do incidente de desconsideração da personalidade jurídica, que deve ser proposto exclusivamente por credores da obrigação executada.

b) Ao requerer a desconsideração da personalidade jurídica no curso da execução provisória, o MPF deve observar a instauração formal do incidente, assegurando-se o contraditório e a ampla defesa aos sócios afetados, inclusive quanto à produção de provas específicas.

c) O MPF, em se tratando de tutela de direitos difusos ambientais, pode promover a desconsideração da personalidade jurídica diretamente na petição inicial, sem necessidade de observância do procedimento incidental previsto no CPC.

d) O STJ admite que, em hipóteses de dano ambiental, o juiz determine de ofício a desconsideração da personalidade jurídica, sobretudo quando o MPF atua como parte em defesa do meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica (IDPJ).

A alternativa A está incorreta. Nos termos do art. 133, caput, o incidente de desconsideração pode ser instaurado a pedido da parte ou do Ministério Público, sempre que este tiver legitimidade para atuar no feito. Assim, não procede a afirmação de que apenas credores da obrigação executada possam requerer o incidente.

A alternativa B está correta. Conforme o art. 133, caput, a instauração do incidente deve observar o contraditório e a ampla defesa, sendo imprescindível que o sócio ou a pessoa jurídica a ser atingida pela medida seja citado para manifestar-se e produzir provas. Essa regra aplica-se também às execuções provisórias, em que se busca estender os efeitos da condenação àqueles que se beneficiaram indevidamente da fraude ou do abuso da personalidade jurídica. Ademais, só é dispensada a instauração do incidente se a desconsideração da personalidade jurídica for requerida na petição inicial, hipótese em que será citado o sócio ou a pessoa jurídica (art. 133, §3º).

A alternativa C está incorreta. Embora o art. 133, §2º, do CPC dispense a instauração do incidente se o pedido de desconsideração for formulado já na petição inicial, essa não é a hipótese da questão. No caso narrado, o pedido é formulado no curso da execução provisória, o que impõe a observância do rito incidental.

A alternativa D está incorreta. O art. 133 do CPC exige que o incidente seja instaurado a pedido da parte, do Ministério Público, não admitindo atuação ex officio do magistrado, mesmo em causas envolvendo interesses difusos ou direitos fundamentais como o meio ambiente.

QUESTÃO 74. Considerando a disciplina conferida pelo CPC de 2015 à técnica de julgamento de casos repetitivos e seus efeitos sobre o sistema recursal e o controle de legalidade, bem como o papel institucional do MPF, assinale a alternativa incorreta:

a) A tese firmada em julgamento de casos repetitivos possui eficácia obrigatória para todos os órgãos jurisdicionais e administrativos, inclusive no tocante à suspensão dos processos que versem sobre idêntica controvérsia, não sendo admissível o prosseguimento do feito sem a prévia superação ou distinção do precedente.

b) O não acatamento, pelo juiz ou tribunal, de tese firmada em julgamento de casos repetitivos pode caracterizar violação à norma jurídica e, por conseguinte, justificar a propositura de ação rescisória, desde que demonstrada a evidente contrariedade à tese vinculante e observado o requisito temporal do trânsito em julgado posterior à fixação do precedente.

c) O MPF possui legitimidade para suscitar o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR), sempre que identificar multiplicidade de processos com controvérsia sobre questão unicamente de direito, cuja solução uniforme seja necessária à preservação da isonomia e da segurança jurídica.

d) A tese firmada em julgamento de casos repetitivos possui força vinculante imediata e absoluta, não admitindo qualquer possibilidade de superação ou distinção pelos órgãos jurisdicionais inferiores, que devem aplicá-la ainda que a solução estabelecida se revele manifestamente incompatível com as especificidades do caso concreto ou com mudanças supervenientes no ordenamento jurídico.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A questão trata da técnica de julgamento de casos repetitivos.

Fique atento ao mandamento do examinador, pois requer a indicação da alternativa incorreta, ou seja, contrária à disposição legal; sendo essa a alternativa corretamente a ser indicada pelo candidato.

A alternativa A está incorreta. Expressa com fidelidade o conteúdo normativo do art. 1.037, §9º CPC: “Art. 1037, § 9º Demonstrando distinção entre a questão a ser decidida no processo e aquela a ser julgada no recurso especial ou extraordinário afetado, a parte poderá requerer o prosseguimento do seu processo”.

A alternativa B está incorreta. Com fundamento no art. 966, §5º, do CPC, segundo o qual cabe ação rescisória contra decisão que contrariar entendimento firmado em julgamento de recurso repetitivo ou súmula vinculante, desde que não tenha sido considerada a existência de distinção relevante. Vejamos: “§ 5º Cabe ação rescisória, com fundamento no inciso V do caput deste artigo, contra decisão baseada em enunciado de súmula ou acórdão proferido em julgamento de casos repetitivos que não tenha considerado a existência de distinção entre a questão discutida no processo e o padrão decisório que lhe deu fundamento. § 6º Quando a ação rescisória fundar-se na hipótese do § 5º deste artigo, caberá ao autor, sob pena de inépcia, demonstrar, fundamentadamente, tratar-se de situação particularizada por hipótese fática distinta ou de questão jurídica não examinada, a impor outra solução jurídica”.

A alternativa C está incorreta. O art. 976, caput e §2º, do CPC reconhece a legitimidade do Ministério Público para requerer a instauração do IRDR, e impõe sua intervenção obrigatória, assumindo inclusive a titularidade do incidente em caso de desistência.

A alternativa D está correta. Embora os precedentes formados sob essa técnica possuam eficácia vinculante, a vinculação não é absoluta e incondicionada. O art. 489, §1º, VI, expressamente exige que o juiz, ao deixar de aplicar precedente, fundamente sua decisão demonstrando a existência de distinção (distinguishing) ou a necessidade de superação (overruling) da tese anteriormente firmada. Além disso, o art. 1.037, §9º, do CPC reconhece expressamente que a parte pode requerer o prosseguimento do feito demonstrando que o caso concreto possui questões fáticas ou jurídicas distintas daquelas solucionadas no repetitivo. Vejamos: “Art. 1037, § 9º Demonstrando distinção entre a questão a ser decidida no processo e aquela a ser julgada no recurso especial ou extraordinário afetado, a parte poderá requerer o prosseguimento do seu processo”.

“Art. 489, § 1º Não se considera fundamentada qualquer decisão judicial, seja ela interlocutória, sentença ou acórdão, que: VI - deixar de seguir enunciado de súmula, jurisprudência ou precedente invocado pela parte, sem demonstrar a existência de distinção no caso em julgamento ou a superação do entendimento”.

QUESTÃO 75. Acerca da Lei de Liberdade Econômica (Lei nº 13.874/2019), analise os enunciados abaixo e assinale a opção correta:

I- A fim de garantir maior liberdade econômica e limitar a intervenção estatal, a Lei nº 13.874/2019 estabeleceu, dentre os direitos da pessoa, natural ou jurídica, o de desenvolver atividade econômica de baixo risco, para a qual se valha exclusivamente de propriedade privada própria ou de terceiros consensuais, sem a necessidade de quaisquer atos públicos de liberação da atividade econômica, bem como o de desenvolver atividade econômica em qualquer horário ou dia da semana, inclusive feriados, sujeita a cobranças e encargos adicionais.

II - A Lei nº 13.874/2019, que institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica, estabelece como princípios norteadores a liberdade como uma garantia no exercício de atividades econômicas e a intervenção subsidiária e excepcional do Estado sobre o exercício de atividades econômicas, não contemplando o princípio da boa-fé do particular perante o poder público.

III - Segundo norma contida na Lei nº 13.974/2019, as propostas de edição e de alteração de atos normativos de interesse geral de agentes econômicos ou de usuários dos serviços prestados, editadas por órgão ou entidade da administração pública federal, incluídas as autarquias e as fundações públicas, serão precedidas de análise de impacto regulatório, que conterá informações e dados sobre os possíveis efeitos do ato normativo para verificar razoabilidade do seu impacto econômico.

IV- A Lei nº 13.874/2019, conhecida como Lei de Liberdade Econômica, também promoveu mudanças legislativas em outros ramos do direito, e alterou, por exemplo, a norma do art. 50 do Código Civil, estabelecendo os conceitos de desvio de finalidade e confusão patrimonial, necessários para caracterizar o abuso que autoriza a desconsideração personalidade jurídica.

a) Somente as alternativas I e II são falsas.

b) Apenas as alternativas I, II e III são falsas.

c) Apenas as alternativas II e IV são falsas.

d) Todas as alternativas são falsas.

Comentários

A alternativa certa é a **letra A**. A questão trata do tema Lei de Liberdade Econômica.

Primeiramente, analisemos item a item.

O item I está incorreto. O erro está na parte final da proposição que afirma "sujeita a cobranças e encargos adicionais", o que torna a afirmativa falsa;

O item II está incorreto. A Lei nº 13.874/2019, em seu art. 2º, estabelece sim a boa-fé do particular perante o poder público como um dos seus princípios norteadores: " Art. 2º São princípios que norteiam o disposto nesta Lei: I - a liberdade como uma garantia no exercício de atividades econômicas; II - a boa-fé do particular perante o poder público; III - a intervenção subsidiária e excepcional do Estado sobre o exercício de atividades econômicas; e IV - o reconhecimento da vulnerabilidade do particular perante o Estado. Parágrafo único. Regulamento disporá sobre os critérios de aferição para afastamento do inciso IV do caput deste artigo, limitados a questões de má-fé, hipersuficiência ou reincidência;

O item III está correto. Conforme dispõe a Lei de Liberdade Econômica: “Art. 5º As propostas de edição e de alteração de atos normativos de interesse geral de agentes econômicos ou de usuários dos serviços prestados, editadas por órgão ou entidade da administração pública federal, incluídas as autarquias e as fundações públicas, serão precedidas da realização de análise de impacto regulatório, que conterá informações e dados sobre os possíveis efeitos do ato normativo para verificar a razoabilidade do seu impacto econômico.”;

O item IV está correto. É o que dispõe a Lei da Liberdade Econômica, que de fato alterou o artigo 50 do Código Civil, que é a norma regulamentadora baseada na teoria maior da desconsideração da personalidade jurídica.

Dito isso, analisemos as alternativas.

A alternativa A está correta. As demais alternativas estão incorretas.

QUESTÃO 76. Sobre as Agências Reguladoras, examine os enunciados abaixo e assinale a opção correta:

I- As agências reguladoras são pessoas jurídicas de público, com natureza jurídica de autarquias especiais, que se caracterizam pela autonomia administrativa e financeira, ausência de subordinação hierárquica, mandato fixo e estabilidade de dirigentes, e devem atuar em estreita cooperação com os órgãos de defesa da concorrência.

II - As normas gerais de proteção à ordem econômica são aplicáveis ao setor de telecomunicações, sendo submetidos à aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) os atos envolvendo prestadora de serviço de telecomunicações, no regime público ou privado, que visem a qualquer forma de de concentração econômica, inclusive mediante fusão ou incorporação de empresas, constituição de sociedade para exercer o controle de empresas ou qualquer forma de agrupamento societário.

III- Apesar de inexistir no texto constitucional norma específica sobre as agências reguladoras, foi prevista, expressamente, a criação de órgão regulador para o setor de telecomunicações, nas competências da União (art. 21, XI), e para o petróleo (art. 177, § 2º, III).

IV - Dentre as atribuições da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), destaca-se a de gerir os contratos de concessão ou de permissão de serviços públicos de energia elétrica, de concessão de uso de bem público, estabelecendo também a lei que a suspensão, por falta de pagamento, do fornecimento de energia elétrica a consumidor que preste serviço público ou essencial à população e cuja atividade sofra prejuízo será comunicada com antecedência de quinze dias ao Poder Público local ou ao Poder Executivo Estadual.

- (a) Somente a alternativa III é falsa.
- (b) Somente a alternativa IV é falsa.
- (c) As alternativas I, II e III são falsas.
- (d) Todas as alternativas são verdadeiras.

Comentários

A alternativa certa é a letra D. A questão trata do tema Agências Reguladoras.

Primeiramente, analisemos item a item.

O item I está correto. Dispõe a Lei nº 13.848/2019 no Art. 3º que : “A natureza especial conferida à agência reguladora é caracterizada pela ausência de tutela ou de subordinação hierárquica, pela autonomia funcional, decisória, administrativa e financeira e pela investidura a termo de seus dirigentes e estabilidade durante os mandatos, bem como pelas demais disposições constantes desta Lei ou de leis específicas voltadas à sua implementação.”;

O item II está correto. Dispõe a Lei nº 9.472/97:” Art. 7º As normas gerais de proteção à ordem econômica são aplicáveis ao setor de telecomunicações. § 1º Os atos envolvendo prestadora de serviço de telecomunicações, no regime público ou privado, que visem a qualquer forma de concentração econômica, inclusive mediante fusão ou incorporação de empresas, constituição de sociedade para exercer o controle de empresas ou qualquer forma de agrupamento societário, ficam submetidos aos controles, procedimentos e condicionamentos previstos nas normas gerais de proteção à ordem econômica. § 2º Os atos de que trata o § 1º serão submetidos à aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).”.

O item III está correto. Dispõe a Constituição no Art. 21: “Compete à União:XI - explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços de telecomunicações, nos termos da lei, que disporá sobre a organização dos serviços, a criação de um órgão regulador e outros aspectos institucionais; e Art. 177. Constituem monopólio da União:Art. 177. Constituem monopólio da União:§ 1º A União poderá contratar com empresas estatais ou privadas a realização das atividades previstas nos incisos I a IV deste artigo observadas as condições estabelecidas em lei.”;

O item IV está correto. Dispõe a Lei nº 9.427/96 que: “Art. 17. A suspensão, por falta de pagamento, do fornecimento de energia elétrica a consumidor que preste serviço público ou essencial à população e cuja atividade sofra prejuízo será comunicada com antecedência de quinze dias ao Poder Público local ou ao Poder Executivo Estadual.”

Dito isso, analisemos as alternativas.

A alternativa D está correta, pois todas as proposições estão certas. As demais alternativas estão incorretas.

QUESTÃO 77. No tocante às normas inseridas na Lei nº 12.529/2011, analise os enunciados abaixo e assinale a opção correta:

I-A Lei nº 12.259/2011, orientada pelos ditames constitucionais de liberdade de iniciativa, livre concorrência, função social da propriedade, defesa dos consumidores e repressão ao abuso do poder econômico, estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC) e dispõe sobre a prevenção e a repressão às infrações contra a ordem econômica, estabelecendo, por exemplo, regras de autorização para os atos de concentração econômica.

II- Ainda que não pertencente ao SBDC, o MPF atua perante o CADE, através de membro designado pelo Procurador-Geral da República, ouvido o Conselho Superior, para emitir parecer nos processos administrativos para imposição de sanções administrativas por infrações à ordem econômica, de ofício ou a requerimento do Conselheiro-Relator, bem como para promover a execução judicial das decisões e dos julgados.

III-O CADE, autarquia federal, vinculada ao Ministério da Justiça, com jurisdição em todo o território nacional, é constituído pelo Tribunal Administrativo de Defesa Econômica (TADE), pela Superintendência-Geral e pelo Departamento de Estudos Econômicos.

IV-As decisões do Tribunal Administrativo de Defesa Econômica (TADE) não comportam revisão no âmbito do Poder Executivo, promovendo-se, de imediato, sua execução e comunicando-se, em seguida, ao Ministério Público, para as demais medidas legais cabíveis no âmbito de suas atribuições.

- a) Todas as alternativas são verdadeiras.
- b) Somente as alternativas I e III são verdadeiras.
- c) Apenas a alternativa II é falsa.
- d) Somente as alternativas III e IV são verdadeiras.

Comentários

A alternativa certa é a **letra C**. A questão trata do tema Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência.

Primeiramente, analisemos item a item.

O item I está correto. O preâmbulo e os primeiros artigos da Lei nº 12.529/2011 confirmam essa orientação e os objetivos. A lei de fato estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC) e trata da prevenção e repressão de infrações, incluindo o controle de atos de concentração econômica.

O item II está incorreto. O Ministério Público Federal (MPF) integra o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC), conforme o Art. 5º, inciso VI, da Lei nº 12.529/2011. Além disso, a atuação descrita está correta, mas a premissa de "ainda que não pertencente ao SBDC" torna o enunciado falso.

O item III está correto. O Art. 6º da Lei nº 12.529/2011 define o CADE como: "autarquia federal vinculada ao Ministério da Justiça e estabelece sua composição: Tribunal Administrativo de Defesa Econômica, Superintendência-Geral e Departamento de Estudos Econômicos.";

O item IV está correto. O CADE possui autonomia funcional e decisória. Suas decisões são de última instância administrativa e não estão sujeitas à revisão hierárquica por parte do Poder Executivo, o que garante sua independência. A execução das decisões ocorre de imediato, com comunicação ao Ministério Público para as providências cabíveis.

Dito isso, analisemos as alternativas.

A alternativa C está correta. as demais alternativas estão incorretas.

QUESTÃO 78. Em sendo comprovada a prática concertada entre concorrentes para fixar preços, caracterizando a formação de um cartel clássico ou hard core, com o objetivo de prejudicar a livre concorrência ou a livre iniciativa, pode-se afirmar que referida conduta constitui infração da ordem econômica, nos termos do art. 36 da Lei nº 12.529/2011:

a) Independentemente de culpa, mas desde que seja alcançado o resultado almejado, por se tratar de ilícito por objeto.

b) Independentemente de culpa e ainda que não sejam efetivamente alcançados os efeitos anticompetitivos.

c) Desde que comprovada a culpa e alcançado o resultado almejado, por se tratar de ilícito por objeto.

d) Desde que comprovada a culpa e os efeitos anticoncorrenciais da conduta, com aplicação da regra da razão.

Comentários

A alternativa certa é a **letra B**. A questão trata do tema concorrência desleal.

A alternativa A está incorreta. A infração à ordem econômica, nesse caso, não exige que o resultado almejado seja *efetivamente alcançado*. A simples existência do acordo já é suficiente;

A alternativa B está correta. A Lei de Defesa da Concorrência adota o conceito de ilícito por objeto para os cartéis *hard core*. Isso significa que a simples existência do acordo colusivo já configura a infração, independentemente da comprovação de culpa (dolo) ou da efetiva ocorrência dos efeitos anticompetitivos no mercado. A potencialidade lesiva da conduta já é suficiente para caracterizar o ilícito.

A alternativa C está incorreta. A culpa não é um requisito para a caracterização da infração nesse tipo de cartel, e o resultado almejado não precisa ser efetivamente alcançado. A Lei nº 12.529/2011, em seu artigo 36, § 3º, inciso I, lista explicitamente "fixar preços, condições, quotas ou volumes de produção ou de comercialização" como uma das condutas que, por si só, caracterizam infração à ordem econômica, independentemente de seus efeitos ou de culpa. Isso se alinha com a jurisprudência e a doutrina do direito concorrencial, que classificam os cartéis *hard core* como infrações por objeto;

A alternativa D está incorreta. A regra da razão (ou *rule of reason*) é aplicada a condutas que podem ter tantos efeitos pró-competitivos quanto anticompetitivos, exigindo uma análise mais aprofundada dos impactos no mercado. Cartéis de fixação de preços, por sua natureza prejudicial, são considerados ilícitos *per se* (ou por objeto), não necessitando da aplicação da regra da razão para sua condenação.

QUESTÃO 79. Acerca da Lei Geral de Proteção de Dados e das normas do CDC, examine os enunciados abaixo e assinale a opção correta:

I- A Emenda Constitucional nº 115/2022 incluiu o direito à proteção de dados pessoais como direito fundamental (art. 5º, LXXIX, CF/88), e segundo a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados), os agentes de tratamento de dados, em razão das infrações cometidas às normas previstas na Lei nº 13.709/2018, ficam sujeitos às sanções administrativas aplicáveis pela autoridade nacional, sem prejuízo das sanções administrativas, civis ou penais definidas na Lei nº 8.078/1990, e em legislação específica;

II- O vazamento de dados pessoais, ainda que se trate de dados não sensíveis, gera dano moral presumido.

III - A defesa do consumidor é um princípio da ordem econômica, e dentre os direitos básicos do consumidor está a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências.

IV - A efetiva prevenção e reparação dos danos é um direito básico do consumidor, sendo objetiva a responsabilidade civil pelos danos causados, inclusive a responsabilidade pessoal dos profissionais liberais.

a) Apenas as alternativas I, II e IV são verdadeiras.

b) Apenas as alternativas I, III e IV são verdadeiras.

c) Apenas as alternativas I e III são verdadeiras.

d) Apenas as alternativas II, III e IV são verdadeiras.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A questão trata sobre a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

A afirmativa I é verdadeira. A Emenda Constitucional nº 115/2022 incluiu o direito à proteção de dados pessoais como direito fundamental (art. 5º, LXXIX, CF/88), e segundo a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados), os agentes de tratamento de dados, em razão das infrações cometidas às normas previstas na Lei nº 13.709/2018, ficam sujeitos às sanções administrativas aplicáveis pela autoridade nacional, sem prejuízo das sanções administrativas, civis ou penais definidas na Lei nº 8.078/1990, e em legislação específica.

A afirmativa II é falsa. É necessária a comprovação de que o vazamento causou efetivo dano ou abalo moral ao titular dos dados (RESp 2.130.619/SP).

A afirmativa III é verdadeira. Código de Defesa do Consumidor (CDC) prevê expressamente como direito básico do consumidor a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências, nos termos do art. 6º, VIII, do CDC.

A afirmativa IV é falsa. O Art. 14, § 4º, do CDC, estabelece uma exceção expressa para a responsabilidade pessoal dos profissionais liberais, que será apurada mediante a verificação de culpa (responsabilidade subjetiva). Portanto, afirmar que a responsabilidade pessoal dos profissionais liberais é objetiva está incorreto.

A alternativa C está correta. As afirmativas I e III são verdadeiras, enquanto as afirmativas II e IV são falsas.

QUESTÃO 80. Segundo o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, analise os enunciados abaixo e assinale a opção correta:

I- O CDC é aplicável às instituições financeiras, bem como aos contratos de plano de saúde, salvo os V administrados por entidades de autogestão, por inexistência de relação de consumo.

II- As instituições financeiras não respondem objetivamente pelos danos gerados por fortuito interno relativo a fraudes e delitos praticados por terceiros no âmbito de operações bancárias.

III - É legítima a atuação dos órgãos de defesa do consumidor na aplicação de sanções administrativas previstas no Código de Defesa do Consumidor quando a conduta praticada ofender direito consumerista, o que exclui e inviabiliza a atuação do órgão ou entidade de controle quando a atividade é regulada.

IV - O Ministério Público tem legitimidade ativa para atuar na defesa de direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos dos consumidores, ainda que decorrentes de prestação de serviço público.

a) Apenas as alternativas I e IV são falsas.

b) As alternativas II e III são falsas.

c) As alternativas II e IV são falsas.

d) As alternativas III e IV são falsas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A questão trata sobre entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ) sobre a aplicação do Código de Defesa do Consumidor (CDC).

A afirmativa I é verdadeira. O Código de Defesa do Consumidor é aplicável às instituições financeiras, conforme a inteligência da Súmula 297 do STJ.

A afirmativa II é falsa. A Súmula 479 do STJ, que afirma: "As instituições financeiras respondem objetivamente pelos danos gerados por fortuito interno relativo a fraudes e delitos praticados por terceiros no âmbito de operações bancárias."

A afirmativa III é falsa. O STJ na Súmula 675 entende que a atuação dos órgãos de defesa do consumidor (como PROCONs) é concorrente e não exclui a atuação dos órgãos reguladores setoriais (ex: Banco Central para bancos, ANATEL para telecomunicações, ANS para planos de saúde) na fiscalização e aplicação de sanções.

A afirmativa IV é verdadeira. O Código de Defesa do Consumidor (Art. 82, I) e a Lei da Ação Civil Pública (Art. 5º, I) também legitimam expressamente o Ministério Público para a defesa dos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos dos consumidores.

A alternativa B está correta. As afirmativas II e III são falsas.

QUESTÃO 81. Assinale a alternativa correta:

a) A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, ainda que decididos por sentença condenatória transitada em julgado.

b) É indiferente que o juiz condene o acusado à pena de 90 dias de detenção ou 3 meses de detenção.

c) O conflito aparente de normas e o concurso formal de crimes são idênticos porque se resolvem pelos mesmos critérios jurídicos.

d) No prazo penal despreza-se o dia do começo, contando-se o do vencimento.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. O tema principal da questão tem relação com os princípios da aplicação da lei penal no tempo.

A alternativa A está correta. Trata-se do princípio da retroatividade da lei penal mais benéfica, previsto no art. 5º, XL, da Constituição Federal e no art. 2º, parágrafo único, do Código Penal.

A alternativa B está incorreta. Embora 90 dias e 3 meses possam parecer equivalentes, em termos jurídicos, a contagem de prazos pode ter implicações diferentes, especialmente em relação a benefícios penais e execução da pena.

A alternativa C está incorreta. O conflito aparente de normas e o concurso formal de crimes são institutos distintos. O conflito aparente de normas é resolvido por critérios como especialidade, subsidiariedade e consunção, enquanto o concurso formal de crimes envolve a aplicação de penas para crimes cometidos com uma única ação ou omissão.

A alternativa D está incorreta. No direito penal, assim como no direito processual penal, o prazo é contado incluindo o dia do começo e excluindo o do vencimento, conforme o art. 10 do Código Penal

QUESTÃO 82. Assinale a alternativa errada:

- a) O crime de peculato, crime contra a administração pública, admite tentativa.
- b) O crime de peculato, previsto no art. 312 do Código Penal, é crime material, pois exige resultado, mesmo quando praticado na modalidade desvio.
- c) Quando o funcionário público gasta o valor subtraído da Administração no exercício do cargo para consertar seu automóvel, próprio, que utiliza para transportar bens do serviço público entre diversas repartições, prática peculato-desvio.
- d) O crime de peculato não admite o concurso de pessoas.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra D**. A questão aborda o crime de peculato e suas características penais. Ressalta-se que a alternativa "B" também pode ser considerada errada, sob a ótica do entendimento do STJ.

A alternativa A está correta. O crime de peculato admite a forma tentada, pois é possível que o agente inicie a execução do crime sem conseguir consumá-lo por circunstâncias alheias à sua vontade.

A alternativa B está incorreta. Segundo a doutrina majoritária, o peculato desvio é um crime material, na medida em que sua consumação ocorre no momento em que funcionário público efetivamente desvia o dinheiro, valor ou outro bem móvel. Por outro lado, cabe ressaltar que o STJ possui entendimento que considera o peculato desvio como um crime formal, veja: "PENAL. AÇÃO PENAL ORIGINÁRIA. GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAPÁ. RECURSOS DE APELAÇÃO. PECULATO-DESVIO. CONDUTA TÍPICA. RETENÇÃO DE VALORES RELATIVOS A EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS. PERDA DO CARGO DE GOVERNADOR. APELAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO PROVIDA. CONDENAÇÃO DO RÉU ÀS PENAS DE RECLUSÃO E DE MULTA E AO RESSARCIMENTO DO ERÁRIO. 1. Peculato-desvio é crime formal para cuja consumação não se exige que o agente público ou terceiro obtenha vantagem indevida mediante prática criminosa, bastando a destinação diversa daquela que deveria ter o dinheiro. Os aspectos formais da descrição típica da conduta estão preenchidos na medida em que é desviado dinheiro destinado ao pagamento de empréstimos consignados de servidores públicos. 2. Configura peculato-desvio a retenção dos valores descontados da folha de pagamento dos servidores públicos que recebiam seus vencimentos já com os descontos dos valores de retenção a título de empréstimo consignado,

mas, por ordem de administrador, os repasses às instituições financeiras credoras não eram realizados. 3. Na modalidade peculato-desvio, não se discute o deslocamento de verbas públicas em razão de gestão administrativa, mas o deslocamento de dinheiro particular em posse do Estado. Assim, a consumação do crime não depende da prova do destino do dinheiro ou do benefício obtido por agente ou terceiro. 4. Nos termos do art. 92, I, do Código Penal, a perda do cargo, função ou mandado eletivo é efeito da condenação, mas é imprescindível que o juiz fundamente especificamente a decretação desse efeito extrapenal. É absolutamente incabível que o chefe do Poder Executivo de Estado da Federação permaneça no cargo após condenação pela prática de crime cuja natureza jurídica está fundamentada no resguardo da probidade administrativa. 5. Apelação do Ministério Público provida para condenação do réu às penas de reclusão e de multa e para ressarcimento do erário em montante atualizado e corrigido. Apelação do réu prejudicada. Decretação da perda do cargo de governador de Estado. (APn 814/DF, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, Rel. p/ Acórdão Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, CORTE ESPECIAL, julgado em 06/11/2019, DJe 04/02/2020)".

A alternativa C está correta. No peculato-desvio, o funcionário público desvia o bem ou valor para uma finalidade diversa da prevista, mesmo que alegue estar beneficiando indiretamente a administração pública. O uso de recursos públicos para consertar um automóvel particular, ainda que utilizado para fins públicos, caracteriza o desvio.

A alternativa D está incorreta. O crime de peculato é um crime próprio, a condição de funcionário público é elementar do tipo penal. No entanto, conforme o art. 30 do Código Penal, esse elementar se comunica aos demais envolvidos, logo, é possível o concurso de pessoas, inclusive com particulares, desde que estes tenham ciência da condição de funcionário público do coautor.

QUESTÃO 83. Assinale a alternativa certa:

a) O art. 318 do Código Penal descreve a conduta de facilitar, com infração de dever funcional, a prática de contrabando ou descaminho. O art. 319 do Código Penal descreve a conduta de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra a lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal. As infrações penais têm penas máximas semelhantes e não é fácil realizar a adequação típica.

b) O art. 332 do Código Penal descreve a conduta de solicitar, exigir, cobrar ou obter, para si ou para outrem, vantagem ou promessa de vantagem, a pretexto de influir em ato praticado por funcionário público no exercício da função. Trata-se do tráfico de influência.

c) O art. 333 do Código Penal tipifica a corrupção ativa. Não há tipo específico para a corrupção passiva no Código Penal. A corrupção passiva está ligada à corrupção ativa.

d) A receptação de bem da União é crime contra a administração pública.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. O tema principal da questão tem relação com os crimes praticados contra a Administração Pública.

A alternativa A está incorreta. O art. 318 do Código Penal trata do crime de facilitação de contrabando ou descaminho, enquanto o art. 319 trata do crime de prevaricação. As penas máximas para esses crimes não são necessariamente semelhantes, e a adequação típica depende da análise dos elementos específicos de cada tipo penal.

A alternativa B está correta. O art. 332 do Código Penal tipifica o crime de tráfico de influência, que consiste em solicitar, exigir, cobrar ou obter vantagem ou promessa de vantagem a pretexto de influir em ato praticado por funcionário público no exercício da função.

A alternativa C está incorreta. O art. 333 do Código Penal realmente tipifica a corrupção ativa, que é oferecer ou prometer vantagem indevida a funcionário público. No entanto, há um tipo específico para a corrupção passiva no Código Penal, que é o art. 317, tipificando a conduta de solicitar ou receber vantagem indevida.

A alternativa D está incorreta. A receptação, prevista no art. 180 do Código Penal, é um crime contra o patrimônio, não contra a administração pública, mesmo que o bem pertença à União. O crime de receptação visa proteger o patrimônio em geral, independentemente de quem seja o proprietário.

QUESTÃO 84. Assinale a alternativa correta:

a) Ao ser aplicada a pena no homicídio, podem ser reconhecidas, cumulativamente, causa de diminuição (o acusado agiu motivado por relevante valor moral) e a atenuante do art. 65, III, "a" do Código Penal.

b) Constitui crime de tortura, entre outras condutas tipificadas na Lei nº 9.455/1997, constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico e mental, para provocar ação ou omissão de natureza criminosa. Só agente público pode cometer crime de tortura.

c) O crime de violência política de gênero está previsto na Lei Maria da Penha.

d) O crime de genocídio está tipificado na Lei nº 2.889/1956, que remete a cominação das penas ao Código Penal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. O tema principal da questão tem relação com a aplicação de circunstâncias penais e crimes específicos: possibilidade de reconhecimento cumulativo de causas de diminuição e atenuantes no homicídio, além da tipificação de crimes como tortura, genocídio e violência política de gênero.

A alternativa A está incorreta. A doutrina e a jurisprudência indicam que a causa de diminuição de pena por relevante valor moral e a atenuante do art. 65, III, "a" do Código Penal, que também se refere a motivo de relevante valor moral, não podem ser aplicadas cumulativamente. Isso ocorre porque ambas se referem ao mesmo fundamento, e a aplicação cumulativa resultaria em uma dupla consideração do mesmo fator atenuante, o que não é permitido.

A alternativa B está incorreta. A Lei nº 9.455/1997, que define os crimes de tortura, não limita a prática do crime de tortura apenas a agentes públicos. Embora a lei preveja a perda do cargo, função ou emprego público como efeito automático da condenação, qualquer pessoa pode ser autora do crime de tortura, não apenas agentes públicos

A alternativa C está incorreta. A violência política de gênero está prevista na Lei nº 14.192/2021, que trata da prevenção e repressão à violência política contra a mulher. A Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) trata da violência doméstica e familiar, não da violência política.

A alternativa D está correta. A Lei nº 2.889/1956 define e pune o crime de genocídio, e em seu art. 1º estabelece que as penas aplicáveis são aquelas previstas no Código Penal.

QUESTÃO 85. O art. 203 do Código Penal tipifica a conduta de frustrar, mediante fraude ou violência, direito assegurado pela legislação do trabalho. A pena é de detenção e o § 2º estabelece que é aumentada se cometida contra menor de dezoito anos, idoso, gestante, indígena ou pessoa com deficiência física ou mental. No contexto, é correto dizer:

- a) O crime admite a forma culposa.
- b) O crime não é comum, mas especial.
- c) Só pode ser praticado pelo dono da empresa.
- d) O dispositivo penal é norma penal em branco.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão aborda crime contra a organização do trabalho (art. 203 CP)

A alternativa A está incorreta. crime de frustração de direito assegurado pela legislação do trabalho, mediante fraude ou violência, é doloso, pois exige a intenção de fraudar ou usar violência. Não há previsão de forma culposa para este crime.

A alternativa B está incorreta. O crime é comum, pois pode ser praticado por qualquer pessoa que tenha a capacidade de frustrar direitos trabalhistas, não exigindo uma qualidade especial do agente.

A alternativa C está incorreta. O crime pode ser praticado por qualquer pessoa que tenha a capacidade de frustrar direitos trabalhistas, não se limitando ao dono da empresa. Pode incluir gerentes, supervisores ou qualquer pessoa que tenha controle sobre as condições de trabalho.

A alternativa D está correta. O art. 203 do Código Penal é considerado uma norma penal em branco, pois remete à legislação trabalhista para definir os direitos que podem ser frustrados, necessitando de complementação normativa.

QUESTÃO 86. As Leis nº 14.155/2021 e nº 14.478/2022 alteraram o Código Penal, atualizando-o para incluir, no ordenamento jurídico, condutas relacionadas à comunicação por internet e à tecnologia da informação. No contexto, pode-se dizer que:

a) Ataques cibernéticos só são punidos se bem-sucedidos, ou seja, se o agente, ou os agentes, conseguirem o resultado pretendido, a vantagem ou a informação procurada no dispositivo ou equipamento violado.

b) O estelionato digital é o tipo penal voltado à criminalização de fraudes que envolvam ativos virtuais, valores mobiliários ou quaisquer valores financeiros.

c) Ainda que a legislação tenha sido atualizada, não há tipo penal específico para fraudes com criptomoedas.

d) A nova legislação tornou atípica a conduta de emitir fatura ou duplicata simulada.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão aborda a atualização legislativa para criminalizar condutas digitais, como fraudes cometidas por meio eletrônico.

A alternativa A está incorreta. A legislação penal brasileira não exige que o ataque cibernético seja bem-sucedido para que seja punido. O simples ato de tentar invadir um sistema ou dispositivo já pode configurar crime, independentemente de o agente ter obtido ou não a vantagem ou informação desejada. Crimes cibernéticos podem ser punidos mesmo na forma tentada, sem a necessidade de consumação do resultado pretendido.

A alternativa B está incorreta. O estelionato digital, conforme as alterações introduzidas pela Lei nº 14.155/2021, abrange fraudes cometidas por meio eletrônico, mas não se limita a fraudes com ativos virtuais ou valores mobiliários.

A alternativa C está correta. Ainda que essas fraudes possam ser punidas com base em tipos penais genéricos, não existe um artigo no Código Penal ou lei penal específica que tipifique diretamente a fraude com criptomoedas.

A alternativa D está incorreta. A conduta de emitir duplicata simulada continua sendo crime previsto no art. 172 do Código Penal, com pena de 2 a 4 anos de detenção e multa. Não houve revogação ou descriminalização dessa conduta pelas leis mencionadas.

QUESTÃO 87. Assinale a alternativa correta sobre o sistema punitivo do tráfico de drogas no Brasil:

a) O art. 33, § 4º da Lei nº 11.343/2006 tipifica o tráfico privilegiado de entorpecentes.

b) O art. 28, § 2º da Lei nº 11.343/2006 estabelece penas mais altas para o traficante internacional de drogas.

c) A Lei nº 11.343/2006 não tipifica a conduta de associação para o tráfico de entorpecentes.

d) A pena para o financiamento de quaisquer das condutas do tráfico de entorpecentes é a mesma. A legislação não considera o financiamento conduta mais grave.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. O tema principal da questão diz respeito à Lei de Drogas.

A alternativa A está correta. O art. 33, § 4º da Lei nº 11.343/2006 prevê a figura do "tráfico privilegiado", que é uma causa de diminuição de pena para o crime de tráfico de drogas.

A alternativa B está incorreta. O art. 28 da Lei nº 11.343/2006 trata do porte de drogas para consumo pessoal e não estabelece penas para traficantes internacionais.

A alternativa C está incorreta. A Lei nº 11.343/2006 tipifica a conduta de associação para o tráfico de entorpecentes no art. 35, que prevê pena para quem se associa a duas ou mais pessoas para o fim de praticar, reiteradamente ou não, qualquer dos crimes previstos nos arts. 33, caput e § 1º, e 34.

A alternativa D está incorreta. O financiamento do tráfico de drogas é considerado uma conduta mais grave e está tipificado no art. 36 da Lei nº 11.343/2006.

QUESTÃO 88. Segundo o art. 32 do Código Penal, as penas são:

- a) Reclusão, detenção e multa
- b) Prestação de serviços à comunidade, privativas de liberdade e multa.
- c) Privativas de liberdade, interdição de direitos e multa.
- d) Privativas de liberdade, restritivas de direitos e multa.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão aborda as espécies de pena segundo o Código Penal Brasileiro.

A alternativa A está incorreta. Embora reclusão e detenção sejam penas privativas de liberdade, o art. 32 do Código Penal não se limita a essas penas. Ele classifica as penas em três categorias: privativas de liberdade, restritivas de direitos e de multa.

A alternativa B está incorreta. A prestação de serviços à comunidade é uma das penas restritivas de direitos, mas a alternativa não menciona corretamente as categorias gerais de penas conforme o art. 32 do Código Penal.

A alternativa C está incorreta. termo "interdição de direitos" não é utilizado no art. 32 do Código Penal. As penas são classificadas como privativas de liberdade, restritivas de direitos e de multa.

A alternativa D está correta. O art. 32 do Código Penal classifica as penas em privativas de liberdade, restritivas de direitos e de multa.

89. Assinale a alternativa correta:

- a) A pena de reclusão não pode ser cumprida em regime aberto.
- b) Considera-se regime aberto a execução da pena em colônia agrícola ou similar.
- c) O condenado não reincidente condenado a pena igual ou inferior a 4 anos pode iniciar o cumprimento em regime aberto.
- d) O condenado a pena superior a 8 anos poderá cumpri-la em regime aberto, se primário.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão aborda sobre os regimes de cumprimento de pena.

A alternativa A está incorreta. A pena de reclusão pode sim ser cumprida em regime aberto, conforme o art. 33, caput e §1º, alínea "c" do CP (Art. 33 - A pena de reclusão deve ser cumprida em regime fechado, semiaberto ou aberto. A de detenção, em regime semiaberto, ou aberto, salvo necessidade de transferência a regime fechado. § 1º - Considera-se: c) regime aberto a execução da pena em casa de albergado ou estabelecimento adequado). O tipo de pena (reclusão ou detenção) não impede o cumprimento em regime aberto, desde que observados os critérios legais.

A alternativa B está incorreta. A execução da pena em colônia agrícola, industrial ou estabelecimento similar é característica do regime semiaberto, já o regime aberto é cumprido em casa de albergado ou estabelecimento adequado, conforme art. 33, §1º, "b" e "c" (Art. 33 - A pena de reclusão deve ser cumprida em regime fechado, semiaberto ou aberto. A de detenção, em regime semiaberto, ou aberto, salvo necessidade de transferência a regime fechado. § 1º - Considera-se: b) regime semiaberto a execução da pena em colônia agrícola, industrial ou estabelecimento similar; c) regime aberto a execução da pena em casa de albergado ou estabelecimento adequado)..

A alternativa C está correta. O art. 33, §2º, alínea "c" do Código Penal estabelece que o condenado não reincidente, cuja pena seja igual ou inferior a 4 anos, pode iniciar o cumprimento da pena em regime aberto.

A alternativa D está incorreta. O art. 33, §2º, "a" do CP determina que o condenado a pena superior a 8 anos deve iniciar o cumprimento em regime fechado, independentemente de ser primário ou não. A primariedade pode influenciar na progressão de regime, mas não autoriza o início em regime aberto.

QUESTÃO 90. O art. 4º do Código Penal estabelece: "Considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o momento do resultado." A partir daí, correto afirmar:

- a) O dispositivo trata do tempo do crime e o Código adota a teoria da atividade.
- b) Nos crimes permanentes a teoria da atividade não é aplicada.
- c) O dispositivo trata do tempo do crime e o Código adota a teoria da ubiquidade.
- d) O dispositivo trata do tempo do crime e o Código adota a teoria do resultado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. O tema central da questão diz respeito sobre a teoria do tempo do crime.

A alternativa A está correta. O art. 4º do Código Penal brasileiro adota a teoria da atividade para definir o tempo do crime, considerando-o praticado no momento da ação ou omissão, independentemente do momento do resultado.

A alternativa B está incorreta. A teoria da atividade continua sendo aplicada aos crimes permanentes. O que muda nesses casos é que a consumação se prolonga no tempo, o que pode afetar a aplicação da lei penal mais grave, conforme a Súmula 711 do STF. Mas o tempo do crime, para fins de definição da lei penal aplicável, segue sendo o da conduta (ação ou omissão).

A alternativa C está incorreta. A teoria da ubiquidade é adotada para o lugar do crime (art. 6º do CP: Considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado.), e não para o tempo do crime. O art. 4º trata exclusivamente do momento da prática delituosa, adotando a teoria da atividade.

A alternativa D está incorreta. A teoria do resultado considera o crime praticado no momento em que ocorre o resultado (ex: morte da vítima). Essa não é a teoria adotada pelo Código Penal brasileiro, que expressamente opta pela teoria da atividade no art. 4º do CPB (Art. 4º - Considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o momento do resultado).

QUESTÃO 91. Assinale a alternativa certa:

- a) São excludentes legais da culpabilidade a inimputabilidade, embriaguez decorrente de vício, menoridade, coação moral irresistível, obediência hierárquica, embriaguez correta decorrente de caso fortuito ou força maior.
- b) É excludente de culpabilidade a embriaguez voluntária ou culposa pelo álcool ou substância análoga.
- c) A emoção e a paixão muito intensas excluem a imputabilidade penal em alguns casos.
- d) O fato de o agente ter desenvolvimento mental incompleto ao tempo da ação e não entender o caráter ilícito de sua conduta não o isenta de pena.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão aborda sobre as excludentes de culpabilidade.

A alternativa A está incorreta. As excludentes de culpabilidade incluem a inimputabilidade (como menoridade e doença mental), coação moral irresistível e obediência hierárquica. No entanto, a embriaguez decorrente de vício não é excludente de culpabilidade. A embriaguez só é excludente

se for completa e acidental, decorrente de caso fortuito ou força maior, conforme o artigo 28, inciso II, do Código Penal (Art. 28 - Não excluem a imputabilidade penal: II - a embriaguez, voluntária ou culposa, pelo álcool ou substância de efeitos análogos.).

A alternativa B está incorreta. O art. 28, II do CP é claro: não exclui a imputabilidade penal a embriaguez voluntária ou culposa, mesmo que completa. Isso se fundamenta na teoria da *actio libera in causa*, segundo a qual o agente responde pelos atos praticados mesmo estando embriagado, se voluntariamente se colocou nesse estado.

A alternativa C está incorreta. O art. 28, I do CP afirma expressamente que emoção e paixão não excluem a imputabilidade penal. Elas podem, no máximo, funcionar como atenuantes genéricas ou causas de diminuição de pena em crimes como homicídio privilegiado, mas não afastam a culpabilidade.

A alternativa D está correta. O desenvolvimento mental incompleto ao tempo da ação, de modo que o agente não possa entender o caráter ilícito de sua conduta é uma causa de diminuição de pena, na forma do parágrafo único do art. 26 do CP, veja: “A pena pode ser reduzida de um a dois terços, se o agente, em virtude de perturbação de saúde mental ou por desenvolvimento mental incompleto ou retardado não era inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.”

QUESTÃO 92. A Constituição não admite pena de morte (salvo em caso de guerra declarada), prisão perpétua, de trabalhos forçados e penas cruéis (art. 5º, XLVII). Assim, é correto afirmar:

- a) O tempo de cumprimento de penas privativas de liberdade não pode ser superior a 30 anos, segundo o Código Penal
- b) As penas devem ser unificadas para 40 anos de privação de liberdade. Sobrevindo condenação por fato posterior, deve-se fazer nova unificação, desprezando-se período já cumprido.
- c) O tempo de pena privativa de liberdade imposto para cada crime, separadamente, não pode ser superior a 40 anos. A soma é desimportante para o direito.
- (d) A pena privativa de liberdade de 40 anos de reclusão não pode ser cumprida em regime integralmente fechado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata das restrições constitucionais quanto à pena privativa de liberdade e limite máximo de cumprimento (40 anos).

A alternativa A está incorreta. A Lei nº 13.964/2019 alterou o artigo 75 do Código Penal (Art. 75. O tempo de cumprimento das penas privativas de liberdade não pode ser superior a 40 (quarenta) anos), aumentando o limite máximo de cumprimento de penas privativas de liberdade para 40 anos, e não 30 anos.

A alternativa B está correta. O art. 75, §2º, do Código Penal determina que, sobrevindo nova condenação por fato posterior ao início do cumprimento da pena, far-se-á nova unificação, desprezando-se, para esse fim, o período de pena já cumprido. Isso significa que o condenado poderá cumprir mais de 40 anos no total, desde que por condenações sucessivas por fatos distintos e posteriores.

A alternativa C está incorreta. O limite de 40 anos refere-se ao tempo máximo de cumprimento da pena, e não ao limite de pena por crime isolado. Um réu pode ser condenado a 100, 200 anos, mas cumprirá no máximo 40 anos. A soma das penas é relevante, pois serve de base para cálculo de benefícios penais (progressão de regime, livramento condicional etc.).

A alternativa D está incorreta. O regime de cumprimento da pena depende do total da pena aplicada e das condições do condenado, podendo iniciar em regime fechado, mas não há impedimento para que uma pena de 40 anos seja cumprida integralmente em regime fechado, dependendo do caso concreto e da progressão de regime.

QUESTÃO 93. Sobre prescrição, é possível afirmar:

a) Não há prazo prescricional para as penas restritivas de direitos.

b) A prescrição, depois da sentença condenatória transitada em julgado para a acusação ou depois de improvido seu recurso, regula-se pela pena aplicada, podendo ter por prazo inicial a data do fato.

c) A prescrição, antes de transitar em julgado a sentença final, começa a correr, nos crimes permanentes, do dia em que cessou a permanência.

d) A prescrição, antes de transitar em julgado a sentença final, começa a correr do dia em que ocorreu o resultado da ação ou omissão.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão aborda as regras sobre o início da contagem da prescrição, especialmente antes e depois do trânsito em julgado.

A alternativa A está incorreta. As penas restritivas de direitos prescrevem sim, nos mesmos prazos das penas privativas de liberdade que substituem, conforme o parágrafo único do art. 109 do Código Penal (Parágrafo único - Aplicam-se às penas restritivas de direito os mesmos prazos previstos para as privativas de liberdade).

A alternativa B está incorreta. A primeira parte está correta: após o trânsito em julgado para a acusação, a prescrição se regula pela pena aplicada (art. 110, § 1º do CPB: A prescrição, depois da sentença condenatória com trânsito em julgado para a acusação ou depois de improvido seu recurso, regula-se pela pena aplicada, não podendo, em nenhuma hipótese, ter por termo inicial data anterior à da denúncia ou queixa). No entanto, o prazo inicial nunca pode ser anterior à denúncia ou queixa, conforme o próprio §1º do art. 110 do CPB . Portanto, não pode ter como termo inicial a data do fato.

A alternativa C está correta. Conforme o art. 111, inciso III, do Código Penal (Art. 111 - A prescrição, antes de transitar em julgado a sentença final, começa a correr: III - nos crimes permanentes, do dia em que cessou a permanência), nos crimes permanentes, o prazo prescricional só começa a correr quando cessa a permanência, ou seja, quando termina a situação ilícita que se prolonga no tempo (ex: sequestro, cárcere privado).

A alternativa D está incorreta. O art. 111, inciso I, do Código Penal (Art. 111 - A prescrição, antes de transitar em julgado a sentença final, começa a correr: I - do dia em que o crime se consumou) estabelece que, como regra geral, a prescrição começa a correr do dia em que o crime se consuma, o que pode ou não coincidir com o resultado da ação ou omissão.

QUESTÃO 94. Assinale a alternativa correta:

- a) Recrutar alguém mediante fraude com a finalidade de submetê-la a trabalho em condição análoga à de escravo é conduta tipificada no Código Penal como tráfico de pessoas.
- b) Transportar alguém mediante violência com a finalidade de remover-lhe órgãos é conduta tipificada no Código Penal como tráfico de pessoas.
- c) Comprar criança com a finalidade de adoção ilegal é conduta tipificada no Código Penal como tráfico de pessoas.
- d) Todas as alternativas estão corretas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão aborda sobre a tipificação penal de condutas relacionadas ao tráfico de pessoas.

A alternativa A está incorreta. O Código Penal tipifica o tráfico de pessoas, incluindo o recrutamento mediante fraude para submeter alguém a trabalho em condição análoga à de escravo.

A alternativa B está incorreta. O tráfico de pessoas também abrange o transporte de pessoas mediante violência para a remoção de órgãos.

A alternativa C está incorreta. O tráfico de pessoas inclui a compra de crianças para adoção ilegal, conforme tipificado no Código Penal

A alternativa D está correta. Todas as alternativas estão corretas.

QUESTÃO 95. A Lei nº 13.834/2019 incluiu no Código Eleitoral o seguinte tipo penal: "Dar causa à instauração de investigação policial, de processo judicial, de investigação administrativa, de inquérito civil ou de ação de improbidade administrativa, atribuindo a alguém a prática de crime ou ato infracional de que o sabe inocente, com finalidade eleitoral." O dispositivo tem alguns parágrafos. Um deles dispõe:

a) A pena é diminuída de metade se a imputação é de prática de conduta culposa.

b) A pena é aumentada de sexta parte se o agente se serve de anonimato ou de nome que não é seu, hipotético.

c) Se a imputação é de prática de contravenção, a conduta é atípica.

d) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão tem como foco o novo tipo penal no Código Eleitoral que criminaliza a imputação falsa de crime com intenção eleitoral.

A alternativa A está incorreta. O dispositivo não prevê diminuição de pena para imputação de conduta culposa. A diminuição de pena ocorre quando a imputação é de prática de contravenção penal, conforme o parágrafo segundo do artigo 326-A do Código Eleitoral, veja: "A pena é diminuída de metade, se a imputação é de prática de contravenção".

A alternativa B está correta. É o texto do §1º do art. 326-A do Código Eleitoral, veja: "A pena é aumentada de sexta parte, se o agente se serve do anonimato ou de nome suposto".

A alternativa C está incorreta. A conduta não é atípica. O §2º do art. 326-A do Código Eleitoral prevê que, se a imputação for de contravenção, a pena será diminuída de metade, mas a conduta

continua sendo criminosa. Ou seja, há tipicidade, com redução da pena, veja: “A pena é diminuída de metade, se a imputação é de prática de contravenção.”

A alternativa D está incorreta. A alternativa B está correta.

QUESTÃO 96. Assinale a alternativa correta:

a) Os crimes culposos, com exceção de alguns previstos expressamente em lei, admitem a forma tentada.

b) O art. 14 do CPB, na parte geral, explica quando crime é consumado e quando o crime é tentado

c) O art. 15 do Código Penal, que dispõe sobre a tentativa voluntária e o arrependimento eficaz, estabelece que são equivalentes ao crime consumado.

d) O arrependimento posterior não interfere na aplicação da pena.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão aborda sobre o tema tentativa e consumação do crime.

A alternativa A está incorreta. Crimes culposos não admitem tentativa, pois a tentativa pressupõe dolo (vontade de alcançar o resultado), o que é incompatível com a culpa.

A alternativa B está correta. O art. 14 do Código Penal define: Crime consumado, quando se reúnem todos os elementos de sua definição legal e crime tentado, quando, iniciada a execução, não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente.

A alternativa C está incorreta. O art. 15 do CP trata da desistência voluntária e do arrependimento eficaz, mas não os equipara ao crime consumado. Pelo contrário: nesses casos, o agente responde apenas pelos atos já praticados, e não pelo crime tentado ou consumado.

A alternativa D está incorreta. O art. 16 do Código Penal (Art. 16 - Nos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa, reparado o dano ou restituída a coisa, até o recebimento da denúncia ou da queixa, por ato voluntário do agente, a pena será reduzida de um a dois terços) prevê que, nos crimes sem violência ou grave ameaça, se o agente repara o dano ou restitui a coisa até o recebimento da denúncia ou queixa, a pena será reduzida de 1/3 a 2/3. Ou seja, o arrependimento posterior interfere sim na pena.

QUESTÃO 97. Segundo o Código Penal, o fato praticado em estrito cumprimento do dever legal exclui:

a) A punibilidade.

b) A ilicitude.

c) A culpabilidade.

d) A tipicidade.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão aborda sobre excludente de ilicitude no direito penal.

A alternativa A está incorreta. O estrito cumprimento do dever legal não exclui a punibilidade, mas sim a ilicitude do fato.

A alternativa B está correta. O fato praticado em estrito cumprimento do dever legal exclui a ilicitude, conforme previsto no art. 23, inciso III, do Código Penal (Art. 23 - Não há crime quando o agente pratica o fato: III - em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito). Isso significa que a conduta, embora típica, não é considerada ilícita, pois está amparada por uma justificativa legal.

A alternativa C está incorreta. O estrito cumprimento do dever legal não exclui a culpabilidade, mas sim a ilicitude do fato.

A alternativa D está incorreta. O estrito cumprimento do dever legal não exclui a tipicidade, mas sim a ilicitude do fato.

QUESTÃO 98. Assinale a alternativa certa:

a) Falsificar, fabricando, papel-moeda de curso legal no estrangeiro, é crime contra a fé pública.

b) Quem recebe a moeda falsa de boa-fé e a restitui à circulação depois de perceber a falsidade pratica crime culposos.

c) Pode ser admitida a revisão pro societate.

d) A paridade de armas implica tratamento igual entre a acusação e a defesa no aproveitamento da prova.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão tem como tema central a tipificação de falsificação de moeda estrangeira e princípios como a paridade de armas no processo penal.

A alternativa A está correta. O art. 289 do Código Penal tipifica como crime contra a fé pública a falsificação de moeda metálica ou papel-moeda de curso legal, no país ou no estrangeiro. O bem jurídico tutelado é a confiança pública na autenticidade da moeda, independentemente de sua origem nacional ou estrangeira.

A alternativa B está incorreta. A restituição à circulação de moeda falsa, mesmo após perceber a falsidade, não configura crime culposo, mas sim doloso, pois há a intenção de repassar a moeda falsa, mesmo que inicialmente tenha sido recebida de boa-fé. O Código Penal não prevê modalidade culposa para este tipo de crime

A alternativa C está incorreta. A revisão pro societate (para agravar a situação do réu após sentença absolutória transitada em julgado) não é admitida, pois violaria o princípio da segurança jurídica e da coisa julgada.

A alternativa D está incorreta. Embora o princípio da paridade de armas garanta igualdade de oportunidades processuais entre acusação e defesa, não se trata de tratamento idêntico, mas sim isonômico, respeitando as funções distintas de cada parte. A acusação e a defesa têm papéis diferentes, e o aproveitamento da prova deve observar o contraditório e a ampla defesa, mas não exige simetria absoluta.

QUESTÃO 99. É correto dizer:

a) Falsidade de documento público, falsidade de documento particular e falsidade ideológica são descritas da mesma maneira pelo legislador, diferindo apenas no bem jurídico protegido.

b) O art. 305 do Código Penal tipifica a conduta de destruir em benefício próprio documento público ou particular verdadeiro de que não podia dispor. Se o documento não é verdadeiro, a conduta não é típica.

c) Fazer uso de documento falsificado não é crime; crime é falsificar o documento.

d) Na falsidade ideológica, o documento já escrito e assinado tem o conteúdo integralmente modificado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata de falsidades documentais, com relação às diferenças entre tipos de falsidade (documental, ideológica etc.) e os elementos caracterizadores de cada crime.

A alternativa A está incorreta. Embora todos esses crimes sejam contra a fé pública, eles não são descritos da mesma maneira pelo legislador. A falsidade de documento público e particular refere-

se à alteração material do documento, enquanto a falsidade ideológica refere-se à inserção de informações falsas em um documento verdadeiro. Cada um desses crimes tem suas particularidades na descrição legal e não diferem apenas no bem jurídico protegido.

A alternativa B está correta. O artigo 305 do Código Penal realmente tipifica a destruição, supressão ou ocultação de documento verdadeiro, público ou particular, de que não se podia dispor. Se o documento não é verdadeiro, a conduta não se enquadra nesse tipo penal, pois a tipicidade exige que o documento seja verdadeiro.

A alternativa C está incorreta. - uso de documento falso é crime autônomo, previsto no art. 304 do Código Penal. Mesmo que o agente não tenha sido o falsificador, o simples uso consciente do documento falsificado configura crime.

A alternativa D está incorreta. Na falsidade ideológica, o documento é materialmente verdadeiro, mas o conteúdo é falso ou diverso do que deveria ser. Não necessariamente o conteúdo é integralmente modificado; pode haver apenas a inserção de uma declaração falsa ou omissão de uma declaração verdadeira.

QUESTÃO 100. Assinale a alternativa correta:

a) O art. 338 do Código Penal estabelece que é crime: "Reingressar no território nacional o estrangeiro que dele foi expulso". O crime é contra a administração da justiça.

b) O art. 329 do Código Penal tipifica resistência: "Opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio". O crime é contra a administração da justiça.

c) O art. 330 do Código Penal tipifica desobediência: "Desobedecer a ordem legal de funcionário público". O crime é contra a administração da justiça.

d) Corrupção ativa, descaminho e contrabando são crimes contra a fé pública.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata de crimes contra a administração pública e justiça.

A alternativa A está correta. O crime de reingresso de estrangeiro expulso no território nacional é tipificado no art. 338 do Código Penal Brasileiro e é classificado como crime contra a administração pública, mais especificamente contra a administração da justiça, pois envolve o descumprimento de uma decisão administrativa de expulsão.

A alternativa B está incorreta. O crime de resistência, previsto no art. 329 do Código Penal, é classificado como crime contra a administração pública, mas não especificamente contra a administração da justiça.

A alternativa C está incorreta. O crime de desobediência, previsto no art. 330 do Código Penal, também é um crime contra a administração pública, mas não é especificamente contra a administração da justiça.

A alternativa D está incorreta. Corrupção ativa é um crime contra a administração pública, enquanto descaminho e contrabando são crimes contra a ordem tributária e econômica, respectivamente. Nenhum desses crimes é classificado como crime contra a fé pública, que envolve falsificações e fraudes documentais.

QUESTÃO 101. Em relação ao processo penal brasileiro, é correto afirmar:

a) Não há restrições à prova, em virtude do princípio da ampla defesa.

b) Não prevalece o critério da certeza material.

c) Pode ser admitida a revisão pro societate.

d) A paridade de armas implica tratamento igual entre a acusação e a defesa no aproveitamento da prova.

Comentários

A alternativa correta é a letra B. A questão versa sobre provas no processo penal.

A alternativa A está incorreta, pois existem restrições à prova no processo penal, principalmente relacionadas à sua obtenção e utilização. As provas ilícitas, obtidas com violação de normas constitucionais ou legais, são inadmissíveis e devem ser desentranhadas dos autos. Além disso, há limitações quanto à forma de produção da prova, como a vedação à leitura de documentos não juntados com antecedência no Tribunal do Júri, por exemplo.

A alternativa B está correta, pois no processo penal, embora se busque a verdade real, a certeza material absoluta não é o critério exclusivo para a condenação. O sistema processual penal brasileiro adota o princípio da livre convicção motivada, no qual o juiz forma sua decisão com base nas provas produzidas em contraditório.

A alternativa C está incorreta, pois no direito processual penal brasileiro, a revisão criminal *pro societate*, ou seja, a revisão de uma sentença absolutória transitada em julgado para que haja uma condenação, não é admitida. O instituto da revisão criminal, no Brasil, é restrito ao condenado, visando à correção de erros judiciários em seu favor, e não para agravar sua situação.

A alternativa D está incorreta, porque a paridade de armas (ou igualdade de armas) no processo penal garante que acusação e defesa tenham oportunidades iguais para apresentar suas alegações e provas, mas não implica que devam ter o mesmo tratamento em relação à produção e aproveitamento dos elementos probatórios. A paridade de armas se refere à igualdade de oportunidades para influenciar o julgador, não à igualdade absoluta em todos os aspectos do processo.

QUESTÃO 102. Assinale a única alternativa correta:

- a) O livre convencimento do juiz autoriza a convicção íntima, desde que devidamente fundamentada.
- b) O princípio da verdade real autoriza a produção da prova, de ofício, em qualquer fase da persecução penal.
- c) A metodologia/sistema funcionalista vincula o processo penal às finalidades da pena pública.
- d) A prisão preventiva para a garantia da ordem pública é compatível com os fundamentos do direito penal do inimigo.

Comentários

A alternativa correta é a letra D. A questão versa sobre provas e prisão no processo penal.

A alternativa A está incorreta, pois nosso ordenamento jurídico não adota o sistema de íntima convicção do juiz, mas o princípio do livre convencimento motivado, o qual estabelece que o juiz tem liberdade para avaliar as provas e formar sua convicção, mas essa liberdade não é absoluta. A decisão judicial deve ser fundamentada, ou seja, o juiz deve expor as razões de seu convencimento, indicando as provas que o levaram a decidir de determinada forma. A convicção íntima, por si só, sem a devida fundamentação, não é suficiente para justificar uma decisão judicial.

A alternativa B está incorreta, pois o princípio da verdade real, embora busque a elucidação dos fatos em sua integralidade, não concede ao juiz a prerrogativa de determinar a produção de provas de ofício em qualquer fase da persecução penal. Essa possibilidade é limitada pelas regras do sistema acusatório e pela necessidade de garantir o contraditório e a ampla defesa. Vejamos o teor da súmula 676 do STJ: “Em razão da Lei 13.964/2019, não é mais possível ao juiz, de ofício, decretar ou converter prisão em flagrante em prisão preventiva.”

A alternativa C está incorreta, eis que o funcionalismo, no contexto do direito penal, não vincula diretamente o processo penal às finalidades da pena pública. Enquanto o funcionalismo penal, especialmente na vertente de Claus Roxin, considera a política criminal como um elemento importante na interpretação e aplicação do direito penal, ele não estabelece uma relação direta e

exclusiva entre o processo penal e as finalidades da pena. O foco do funcionalismo é a estabilização do sistema jurídico-penal e a proteção de bens jurídicos, utilizando a pena como um instrumento para alcançar esses objetivos.

A alternativa D está correta, uma vez que a prisão preventiva, decretada para "garantia da ordem pública", conforme caput do art. 312 do CPP, é alvo de críticas por seu conceito amplo e abstrato, abrindo margem para interpretações subjetivas e possíveis abusos por parte do sistema de justiça criminal. Alguns doutrinadores mais garantistas argumentam que a falta de critérios claros no CPP permite que a prisão preventiva seja utilizada como antecipação de pena, em vez de uma medida cautelar necessária para garantir o bom andamento do processo ou proteger a sociedade. Isso se coaduna com o pensamento da corrente que defende o direito penal do inimigo.

QUESTÃO 103. Em relação às investigações no processo penal brasileiro:

a) Não se reconhece o poder investigatório do Ministério Público.

b) A distribuição antecedente do inquérito policial firma a competência de jurisdição.

c) Autoridade policial não pode representar judicialmente por medidas cautelares no curso de ação penal.

d) É vedada na persecução penal a duplicidade de investigação sobre o mesmo objeto por órgãos públicos distintos.

Comentários

A alternativa correta é a letra C. A questão versa sobre investigação criminal no processo penal.

A assertiva A está incorreta, porque o Ministério Público pode investigar, e essa atribuição foi reafirmada pelo Supremo Tribunal Federal. O MP pode realizar investigações criminais por conta própria, desde que respeite os direitos e garantias dos investigados. Decisão proferida na Ação Direta de Inconstitucionalidade [\(ADI\) 3806](#).

A alternativa B está incorreta, pois a distribuição antecedente do inquérito policial não firma a competência de jurisdição, haja vista o pacote anti crime que criou o juiz de garantias e criou uma cisão entre o juiz da fase pré-processual e juiz da fase processual.

A alternativa C está correta, pois as autoridades policiais não podem representar judicialmente por medidas cautelares no curso de ação penal. Somente pode fazê-lo no âmbito do inquérito policial.

A alternativa D está incorreta, eis que é possível que haja duplicidade de investigações sobre o mesmo fato em diferentes órgãos públicos durante a persecução penal. Isso ocorre porque

diferentes órgãos, como a polícia e o Ministério Público, podem instaurar investigações preliminares sobre o mesmo delito. No entanto, essa duplicidade não implica em um "bis in idem" (dupla punição pelo mesmo fato) no âmbito do processo judicial, pois a decisão final sobre o caso será única.

QUESTÃO 104. Em matéria de competência de jurisdição:

- a) A conexão se caracteriza pela unidade de condutas e pluralidade de crimes.
- b) O reconhecimento da incompetência absoluta, antes da sentença, permite a ratificação de atos processuais, se o Ministério Público legitimado aderir à acusação.
- c) Não cabe habeas corpus para discutir incompetência territorial, se solto o acusado.
- d) Os Tribunais detentores de competência em matéria penal podem exercer competência penal originária.

Comentários

A alternativa correta é a letra D. A questão versa sobre competência no âmbito do processo penal.

A assertiva A está incorreta, pois a conexão não se refere a unidade de condutas, podendo ser várias, eis que se refere à ligação entre dois ou mais crimes que justifica o seu julgamento conjunto em um único processo. Essa ligação pode ser de natureza intersubjetiva, objetiva ou probatória, e visa garantir uma análise mais completa e coerente dos fatos, evitando decisões conflitantes. Está disciplinada no art. 79 do CPP, sendo, portanto, aquela na qual ocorre vários crimes simultaneamente, ou seja, duas ou mais infrações penais cometidas ao mesmo tempo, por várias pessoas reunidas, sem ajuste prévio, sem uma saber da outra

A alternativa B está incorreta, pois a declaração de incompetência absoluta do juízo antes da sentença, em geral, não impede a ratificação dos atos processuais pelo juízo competente, mesmo que o Ministério Público não tenha aderido à acusação.

A alternativa C está incorreta, porque cabe habeas corpus para discutir incompetência territorial, mas apenas em casos de ilegalidade flagrante e desde que não demande uma análise aprofundada de provas. A incompetência territorial, por ser uma nulidade relativa, geralmente é alegada por meio de exceção de incompetência na primeira oportunidade processual, como na contestação. Se a parte não alega a incompetência no momento oportuno, ocorre a preclusão, perdendo o direito de discutir a questão posteriormente.

A alternativa D está correta, eis que os tribunais com competência em matéria penal podem exercer competência penal originária, ou seja, podem julgar casos em primeira instância, sem que

haja um julgamento anterior. Normalmente, a competência originária é dos juízes de primeiro grau (juízes singulares). Todavia, a Constituição Federal pode atribuir competência originária a tribunais superiores em casos específicos, como crimes envolvendo certas autoridades, como por exemplo o Supremo Tribunal Federal tem competência originária para julgar o Presidente da República em crimes comuns. Os Tribunais de Justiça podem ter competência originária para julgar prefeitos em crimes de competência da justiça comum estadual.

QUESTÃO 105. Assinale a única alternativa errada:

- a) Conflito de atribuições entre Procurador da República e Promotor de Justiça deve ser resolvido pelo CNMP.
- b) Denúncia por crime contra a Administração Pública oferecida contra Promotor de Justiça e Procurador Regional da República, acusados da prática dos mesmos fatos, deve ser apreciada pelo STJ.
- c) A ofensa ao princípio do promotor natural deve ser reconhecida em hipótese de comprovada e prévia parcialidade do membro do Ministério Público.
- d) Todas as alternativas anteriores estão erradas.

Comentários

A alternativa correta é a letra D. A questão versa sobre princípios do processo penal.

A assertiva A está correta, pois os conflitos de atribuições entre Procuradores da República e Promotores de Justiça devem ser resolvidos pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). O CNMP possui competência para dirimir essas divergências, zelando pela autonomia funcional e administrativa do Ministério Público e evitando que o Procurador-Geral da República assumira uma posição hierarquicamente superior aos demais chefes de ramos do Ministério Público, segundo decisão do STF.

A alternativa B está correta, pois a competência para processar e julgar membros do Ministério Público Federal (Procurador Regional da República) e do Ministério Público Estadual (Promotor de Justiça) em casos de crimes comuns, quando ambos estão envolvidos nos mesmos fatos, é do STJ. Isso ocorre devido ao foro por prerrogativa de função, que estabelece que autoridades com foro especial devem ser julgadas em instâncias superiores.

A alternativa C está correta, pois, segundo STF, a alegação de ofensa ao princípio do promotor natural pode ser reconhecida quando houver prova de parcialidade prévia do membro do Ministério Público, atuando como acusador. Essa parcialidade impede que o membro do MP atue

no processo como um acusador imparcial, violando o princípio que garante a atuação de um promotor previamente definido e imparcial.

A alternativa D está incorreta, por isso é nosso gabarito, eis que é a única alternativa errada.

QUESTÃO 106. Sobre conexão e continência na modificação de competência é correto afirmar.

a) O princípio do juiz natural constitucional impede a reunião de processos entre jurisdições distintas.

b) A conexão intersubjetiva permite a identificação da participação do não executor em processo diverso.

c) Em caso de desclassificação operada pelo Tribunal do júri, caberá ao juiz-presidente julgar o delito não doloso contra a vida, ressalvada a competência dos Juizados Especiais, da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral.

d) Haverá perpetuatio jurisdictionis na hipótese de desclassificação na decisão de pronúncia, da qual resulte tipificação de crime não doloso contra a vida.

Comentários

A alternativa correta é a letra B. A questão versa sobre competência no processo penal.

A alternativa A está incorreta, pois o princípio do juiz natural constitucional não impede a reunião de processos entre jurisdições distintas, mas sim a criação de tribunais de exceção ou a designação arbitrária de juízes para casos específicos. O princípio do juiz natural garante que um processo seja julgado por um juiz ou tribunal previamente estabelecido por lei, com competência definida, impedindo a criação de tribunais de exceção ou a escolha de um juiz específico para um caso particular.

A alternativa B está correta, pois a conexão intersubjetiva é tratada no art. 76, inc. I CPP, e trata-se do envolvimento obrigatório de várias pessoas e várias infrações penais. No que tange a conexão intersubjetiva por simultaneidade, nela são praticadas duas ou mais infrações penais (concurso formal ou material), por várias pessoas reunidas sem ajuste prévio, sem um saber da outra, tendo em comum o mesmo lugar.

A alternativa C está incorreta, porque em caso de desclassificação de um crime doloso contra a vida pelo Tribunal do Júri, o juiz-presidente assume a responsabilidade de julgar o delito não doloso resultante da desclassificação, inclusive aqueles que sejam de competência dos Juizados Especiais, da Justiça Militar ou da Justiça Eleitoral.

A alternativa D está incorreta, eis que em caso de desclassificação na decisão de pronúncia para um crime não doloso contra a vida, a *perpetuatio jurisdictionis* não se aplica. A competência para julgar o crime desclassificado será do juízo comum, e não mais do Tribunal do Júri.

107. Assinale a única alternativa errada:

a) A indivisibilidade da ação segue a regra da obrigatoriedade da acusação.

b) O indiciamento pela polícia judicial demarca o campo da legitimidade passiva na ação penal privada.

c) Em caso de pobreza da vítima de crime, caberá a outros órgãos públicos ou ao particular o ajuizamento de ação civil ex delicto, vedada a iniciativa ao MP.

d) O arquivamento de inquérito por atipicidade da conduta tem eficácia preclusiva material.

Comentários

A alternativa correta é a letra C. A questão versa sobre inquérito policial.

A assertiva A está correta, pois o princípio da indivisibilidade da ação penal, previsto no artigo 48 do Código de Processo Penal, estabelece que, na ação penal privada, a queixa contra qualquer dos autores do crime obriga ao processo de todos. Isso significa que, se a vítima decide mover uma ação penal privada contra um dos envolvidos no crime, essa ação se estende a todos os demais coautores ou partícipes, não podendo a vítima escolher quem processa

A alternativa B está correta, pois o indiciamento pela polícia judicial determina a legitimidade passiva na ação penal privada.

A alternativa C está incorreta, pois a ação civil ex delicto é um mecanismo que permite à vítima de um crime buscar reparação civil pelos danos sofridos, seja material, moral ou de outra natureza, decorrentes da ação criminosa. Em situações de pobreza da vítima, a lei estabelece que a ação pode ser proposta por outros órgãos públicos, como a Defensoria Pública. O art. 68 prevê que cabe ao Ministério Público. Vejamos: Art. 68. *Quando o titular do direito à reparação do dano for pobre (art. 32, §§ 1o e 2o), a execução da sentença condenatória (art. 63) ou a ação civil (art. 64) será promovida, a seu requerimento, pelo Ministério Público.*

Este artigo tem sido analisado sob a ótica da "inconstitucionalidade progressiva" ou "norma ainda constitucional". Essa teoria sugere que a norma, embora constitucional em um primeiro momento, pode se tornar inconstitucional com o passar do tempo, à medida que as circunstâncias fáticas e a atuação de outros órgãos mudam. No caso do artigo 68, a questão central é a atuação da

Defensoria Pública. O artigo 134 da Constituição Federal estabelece a Defensoria Pública como instituição essencial à função jurisdicional do Estado, responsável pela orientação e defesa dos necessitados. Assim, a atuação do Ministério Público na área, conforme o artigo 68 do CPP, é vista como uma medida transitória, válida enquanto a Defensoria Pública não estiver plenamente estruturada e atuante em todo o território nacional.

A alternativa D está correta, porque o arquivamento de um inquérito policial por atipicidade da conduta possui eficácia preclusiva material, o que significa que, uma vez arquivado por essa razão, o caso não pode ser reaberto, mesmo que surjam novas provas. Essa decisão faz coisa julgada material, impedindo futuras ações penais sobre o mesmo fato.

QUESTÃO 108. É correto afirmar que:

a) Relator de ação penal originária em Tribunal não se torna impedido para exercer jurisdição recursal, em caso de declinação da competência por fato superveniente.

b) A suspeição e o impedimento são as únicas hipóteses de afastamento obrigatório do juiz no processo.

c) Admite-se a condução coercitiva de réu para seu interrogatório.

d) Em caso de parentesco do juiz com o advogado, cabe ao primeiro afastar-se do processo, ainda quando a contratação do profissional tenha tido essa finalidade.

Comentários

A alternativa correta é a letra A. A questão versa sobre sujeitos do processo penal.

A alternativa A está correta, pois o relator de uma ação penal originária em tribunal não se torna automaticamente impedido de atuar na jurisdição recursal caso a competência seja declinada para outro órgão por fato superveniente. A declinação da competência, nesse caso, não implica necessariamente em um impedimento legal ou suspeição do relator original.

A alternativa B está incorreta, pois o impedimento e a suspeição não são as únicas situações que podem levar ao afastamento obrigatório de um juiz em um processo. Existem outros casos previstos em lei, como a existência de foro íntimo, onde o juiz pode se declarar suspeito por motivos pessoais que comprometam sua imparcialidade, mesmo que não se encaixem nas hipóteses legais de impedimento ou suspeição.

A alternativa C está incorreta, pois o Supremo Tribunal Federal (STF) declarou que a condução coercitiva de réu ou investigado para interrogatório, constante do artigo 260 do Código de Processo Penal (CPP), não foi recepcionada pela Constituição de 1988. A decisão foi tomada no julgamento das Arguições de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPFs) 395 e 444, ajuizadas, respectivamente, pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). O emprego da medida, segundo o entendimento majoritário, representa restrição à liberdade de locomoção e viola a presunção de não culpabilidade, sendo, portanto, incompatível com a Constituição Federal.

A alternativa D está incorreta, está incorreta porque nesse caso houve dolo por parte do advogado para afastar o juízo, a fim de que não seja possível essa escolha do magistrado, burlando o sistema de justiça. Isso seria artificializar o impedimento, algo que não é aceito no processo penal.

QUESTÃO 109. Em tema de imputação:

a) A denúncia geral é causa de inépcia.

b) Na ação privada subsidiária da pública a ausência de pedido de condenação em alegações finais é causa de perempção.

c) O juiz não poderá proferir sentença condenatória quando o MP postular pela absolvição, em obediência ao princípio acusatório.

d) O querelante, em alegações finais, não se submete ao princípio da indivisibilidade da ação, podendo limitar seu pedido de condenação a apenas alguns dos acusados.

Comentários

A alternativa correta é a letra D. A questão versa sobre ação penal e sentença penal.

A assertiva A está incorreta, pois uma denúncia geral, em si, não é causa de inépcia, por exemplo em crimes societários é aceita. A inépcia da denúncia ocorre quando a peça acusatória não apresenta os requisitos mínimos para permitir o exercício da ampla defesa e do contraditório, ou seja, quando não descreve o fato criminoso com suas circunstâncias, não qualifica o réu ou não classifica o crime de forma clara.

A alternativa B está incorreta, pois na ação penal privada subsidiária da pública, a ausência de pedido de condenação nas alegações finais não acarreta a perempção. A perempção, que é a perda do direito de ação por abandono do processo, aplica-se apenas à ação penal privada e não à sua modalidade subsidiária.

A alternativa C está incorreta, pois o juiz pode proferir sentença condenatória mesmo que o Ministério Público (MP) tenha pedido a absolvição do réu, apesar do princípio acusatório. Isso ocorre porque o pedido de absolvição não vincula o juiz, que tem a responsabilidade de julgar com base nas provas apresentadas e em seu livre convencimento, conforme art. 385 do CPP.

A alternativa D está correta, eis que o querelante, em alegações finais, pode limitar o pedido de condenação a apenas alguns dos réus, mesmo que a ação penal seja, em princípio, indivisível. O princípio da indivisibilidade da ação penal, previsto no artigo 48 do Código de Processo Penal, estabelece que a queixa contra um dos autores do crime obriga ao processo de todos, mas isso não impede que o querelante, ao final, restrinja seu pedido de condenação.

110. Assinale a única alternativa correta:

- a) A situação de flagrante delito na sua produção, por si só, não exclui a ilicitude da prova.
- b) Gravação de conversa por um dos interlocutores sem o conhecimento do outro constitui prova inadmissível.
- c) A prova de crime punido com detenção, quando obtida por meio de interceptação da comunicação telefônica, não é admissível, ainda quando captada por ordem judicial regular.
- d) O afastamento do sigilo bancário por autoridade judicial incompetente pode ser sanado, exceto em hipóteses de abuso de poder.

Comentários

A alternativa correta é a letra A. A questão versa sobre prisão e prova no processo penal.

A assertiva A está correta, pois a mera situação de flagrante delito não garante automaticamente a licitude da prova. Uma prova obtida em flagrante pode ser considerada ilícita se, por exemplo, a situação de flagrante foi criada ou induzida por meios ilícitos, ou se a prisão em flagrante violou direitos e garantias fundamentais do indivíduo.

A alternativa B está incorreta, pois o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que, em processos, é ilícita a prova obtida por meio de gravação ambiental clandestina, sem autorização judicial, ainda que produzida por um dos interlocutores, e sem o conhecimento dos demais. A exceção ocorre somente se a gravação for em local público, sem qualquer controle de acesso porque, nesse caso, não há violação à intimidade. A decisão será aplicada a partir das eleições de 2022 e foi tomada no julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 1040515, com repercussão geral reconhecida (Tema 979).

A alternativa C está incorreta, pois esta prova pode ser admitida caso tenha sido coletada no contexto de uma interceptação telefônica(lei 9.296/96) que visava investigar outro crime cuja pena fosse de reclusão. É o que se chama de serendipidade. Refere-se ao princípio que permite a utilização de provas obtidas acidentalmente durante uma interceptação telefônica autorizada judicialmente, mesmo que se refiram a um crime diferente do investigado inicialmente. Ou seja, se durante uma interceptação telefônica autorizada para investigar um determinado crime, são descobertas evidências de outro crime, essas evidências podem ser utilizadas no processo penal, desde que a interceptação original tenha sido legalmente fundamentada.

A alternativa D está incorreta, porque a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF) consolidou o entendimento de que a quebra de sigilo bancário, por ser medida excepcional, exige decisão judicial motivada e proferida por autoridade competente. Caso contrário, a decisão é nula e seus efeitos não podem ser aproveitados.

QUESTÃO 111. Em caso de absolvição por roubo, por ausência de prova da grave ameaça:

a) Mesmo quando alegado e reconhecido vício sanável no processo, não pode o Tribunal determinar a renovação do ato anulado, em recurso exclusivo da defesa contra sentença absolutória, para modificação da fundamentação.

b) Na apelação da defesa contra absolvição em primeiro grau, pode o Tribunal condenar por furto, com fundamento na emendatio libelli.

c) O agente não poderá ser denunciado pelo mesmo fato, mas poderá ser acusado pelo delito resultante da violência, quando passada em julgado a absolvição.

d) Estão corretas todas as alternativas anteriores.

Comentários

A alternativa correta é a letra A. A questão versa sobre recurso e sentença penal.

A assertiva A está correta, pois os Tribunais não podem determinar a renovação do ato anulado, em recurso exclusivo da defesa contra sentença absolutória, para modificação da fundamentação.

A alternativa B está incorreta, pois o Tribunal não pode condenar por furto com base na emendatio libelli em apelação da defesa contra a absolvição em primeiro grau, se essa condenação não estiver contida na denúncia ou queixa original. A emendatio libelli, que permite ao juiz dar nova definição jurídica aos fatos narrados na denúncia, não pode ser utilizada para condenar o réu por um crime que não foi objeto da acusação original, especialmente se a defesa recorreu buscando a absolvição.

A alternativa C está incorreta, pois a afirmação refere-se ao princípio do "bis in idem" (não ser julgado duas vezes pelo mesmo fato), que impede que alguém seja processado ou condenado pelo mesmo crime após uma absolvição transitada em julgado. Ou seja, uma pessoa não pode ser denunciada novamente por um fato do qual já foi absolvida. Além disso, ela não pode ser acusada pelo crime que decorreu da violência, caso a absolvição tenha transitado em julgado.

A alternativa D está incorreta, pois a alternativa A é correta.

QUESTÃO 112. Em tema de atos judiciais no processo, é correto afirmar:

a) A nulidade absoluta não se submete aos efeitos da preclusão, podendo ser alegada a qualquer tempo.

b) Na hipótese de mutatio libelli, a alteração da competência territorial não afasta o juiz que tiver instruído o processo.

c) A coisa julgada penal abrange circunstâncias e elementares não incluídas na denúncia, desde que pertinentes ao fato imputado, e ainda quando modifiquem a classificação do tipo.

d) Todas as assertivas estão corretas.

Comentários

A alternativa correta é a letra D. A questão versa sobre nulidade e coisa julgada.

A assertiva A está correta, pois a nulidade absoluta, por ser um vício grave que atinge a ordem pública, não está sujeita à preclusão, podendo ser alegada a qualquer tempo, mesmo após o trânsito em julgado da decisão. Isso significa que, mesmo que a parte não tenha se manifestado sobre a nulidade em momento oportuno, ela ainda poderá alegá-la posteriormente, inclusive em instâncias superiores.

A alternativa B está correta, pois na hipótese de mutatio libelli, que ocorre quando há alteração da classificação jurídica do fato após o encerramento da instrução processual, a mudança da competência territorial não implica no afastamento do juiz que já instruiu o processo

A alternativa C está correta, pois a coisa julgada penal pode abranger circunstâncias e elementares não mencionados na denúncia, desde que estejam relacionadas ao fato imputado e, mesmo que alterem a classificação do tipo penal. Isso significa que, mesmo que a denúncia não detalhe certas particularidades do crime, a decisão final do processo, uma vez transitada em julgado, pode considerá-las, desde que façam parte do contexto fático do delito.

A alternativa D está correta, uma vez que todas as alternativas são verdadeiras.

QUESTÃO 113. Quanto à rescindibilidade da coisa julgada penal:

- a) O processo penal segue o mesmo tratamento reservado ao processo civil, exceção feita ao prazo da revisão criminal.
- b) A nulidade da pronúncia pode ser reconhecida mesmo após o trânsito em julgado da decisão que admitiu a acusação para o Tribunal do Júri.
- c) o habeas corpus não pode ser usado como substituto da ação de revisão criminal, independentemente de seu objeto.
- d) Em matéria processual penal, o princípio da segurança jurídica estabelece limites à rescindibilidade da sentença condenatória.

Comentários

A alternativa correta é a letra B. A questão versa sobre nulidade e habeas corpus.

A assertiva A está incorreta, pois as diferenças são substanciais, refletindo a natureza distinta do direito penal e do direito civil, com o processo penal priorizando a proteção do indivíduo acusado e a sociedade, enquanto o processo civil foca nas relações privadas e na resolução de conflitos. No que tange à revisão criminal, somente o particular pode requer, vez que o Estado não pode se utilizar desse recurso para prejudicar o réu.

A alternativa B está correta, pois a nulidade da pronúncia pode ser reconhecida mesmo após o trânsito em julgado da decisão que admitiu a acusação para o Tribunal do Júri.

A alternativa C está incorreta, pois a jurisprudência dos tribunais superiores (STJ e STF) é firme no sentido de que o habeas corpus não pode substituir a revisão criminal, exceto em casos excepcionais de flagrante ilegalidade ou constrangimento ilegal que justifiquem a atuação do writ, ou seja, quando houver um erro grave e evidente que justifique a concessão da ordem de ofício, sem necessidade de dilação probatória.

A alternativa D está incorreta, o princípio da segurança jurídica é aplicado no processo penal. Ele garante a estabilidade, previsibilidade e proteção dos direitos dos cidadãos no âmbito do direito penal, evitando mudanças abruptas e garantindo que as leis sejam aplicadas de forma justa e consistente, tanto para o acusado quanto para a vítima. Todavia, o princípio da segurança jurídica não pode estabelecer limites à rescindibilidade da sentença condenatória contra o acusado e este é o erro da questão.

QUESTÃO 114. No âmbito da jurisdição recursal:

a) Não pode o Tribunal conhecer de matéria não impugnada e absolver acusado, na hipótese de recurso exclusivo do MP, destinado ao aumento de pena.

b) O órgão de segundo grau não pode conceder habeas corpus coletivo, de ofício, no âmbito de apelação.

c) Deve o Tribunal absolver sumariamente o réu, quando reconhecer a prescrição, ainda quando intempestiva a apelação, não se aplicando o art. 61 do CPP.

d) Deve-se reconhecer a nulidade da decisão de primeira instância que determina o trancamento de procedimento investigatório no âmbito do MP.

Comentários

A alternativa correta é a letra C. A questão versa sobre habeas corpus, sentença penal e nulidade.

A alternativa A está incorreta, pois é permitido ao Tribunal conhecer de matéria não impugnada e absolver acusado, na hipótese de recurso exclusivo do MP, destinado ao aumento de pena, conforme art. 385 do CPP.

A alternativa B está incorreta, pois a lei Federal 14.836/24 acrescentou no Código de Processo Penal o art. 647-A buscando detalhar não só o próprio art. 647, mas também o mencionado art. 654, §2º, aperfeiçoando um pouco mais a já existente previsão legal de possibilidade da concessão da ordem de habeas corpus de ofício pelo juiz ou tribunal: *“Art. 647-A. No âmbito de sua competência jurisdicional, qualquer autoridade judicial poderá expedir de ofício ordem de habeas corpus, individual ou coletivo, quando, no curso de qualquer processo judicial, verificar que, por violação ao ordenamento jurídico, alguém sofre ou se acha ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção. Parágrafo único. A ordem de habeas corpus poderá ser concedida de ofício pelo juiz ou pelo tribunal em processo de competência originária ou recursal, ainda que não conhecidos a ação ou o recurso em que veiculado o pedido de cessação de coação ilegal.”*

A alternativa C está correta, pois o tribunal deve absolver sumariamente o réu quando reconhecer a prescrição, mesmo que a apelação seja intempestiva, e o art. 61 do Código de Processo Penal (CPP) não se aplica nesse caso específico. A extinção da punibilidade pela prescrição é uma questão de ordem pública e pode ser reconhecida a qualquer tempo e grau de jurisdição, mesmo que não tenha sido alegada no momento oportuno.

A alternativa D está incorreta, eis que a nulidade de uma decisão de primeira instância que determina o trancamento de procedimento investigatório no âmbito do Ministério Público (MP) é complexa e depende do contexto específico. Em geral, o trancamento de um inquérito policial ou procedimento investigatório pelo MP é uma medida excepcional, que só deve ocorrer quando a

ausência de justa causa para a investigação é manifesta, ou seja, quando a conduta investigada é atípica, a punibilidade é extinta ou não há indícios mínimos de autoria e materialidade.

QUESTÃO 115. Sobre a produção e valoração das provas no processo penal:

a) A prova ilícita pode ser aproveitada em favor do acusado, daí resultando a admissibilidade de sua valoração contra terceiros, quando com ela se puder provar a nova autoria do crime.

b) Em razão do princípio da ponderação de interesses, pode o juiz avaliar a desproporcionalidade entre a gravidade do crime e o grau da ilicitude na obtenção da prova, para fins de seu aproveitamento ou não.

c) A inadmissibilidade da prova no processo indica a ilicitude na sua produção.

d) A natureza permanente do crime legitima a busca domiciliar sem mandado, ainda quando irregular o acesso no local e desconhecida a possibilidade de sua existência.

Comentários

A alternativa correta é a letra C. A questão versa sobre prova no processo penal.

A alternativa A está incorreta, pois as provas ilícitas não podem ser utilizadas contra o réu, somente pode beneficiá-lo, como na hipótese de comprovar a inocência ou a autoria delitiva por outra pessoa. No caso da questão, ela afirma que a prova ilícita irá provar a nova autoria do crime, isto é, prejudicar outro suspeito. Portanto, inadmissível.

A alternativa B está incorreta, pois não pode haver essa ponderação de interesses nessa situação narrada. Prova ilícita somente em benefício do réu.

A alternativa C está correta, pois enquanto a inadmissibilidade é uma consequência processual, a ilicitude se refere à origem da prova.

A alternativa D está incorreta, pois a natureza permanente do crime, por si só, não legitima a busca domiciliar sem mandado, mesmo que o acesso ao local seja irregular e a possibilidade de sua existência seja desconhecida. A entrada forçada em domicílio sem mandado judicial só é lícita em casos de flagrante delito, quando há fundadas razões que indiquem a ocorrência de crime dentro da residência. O simples fato de se tratar de um crime permanente, como o tráfico de drogas, não autoriza a busca sem a devida justificativa.

QUESTÃO 116. Em matéria de habeas corpus:

a) Não se deve conhecer da impetração, enquanto pendente agravo em recurso especial.

b) Não é cabível para discutir invalidade da prova ou vício processual sanável, antes da sentença.

c) A lei dispõe ser indispensável a manifestação prévia do MP.

d) Não se aplica a regra da fungibilidade recursal, quando impetrado mandado de segurança em matéria penal.

Comentários

A alternativa correta é a letra D. A questão versa sobre habeas corpus.

A alternativa A está incorreta, pois é possível impetrar habeas corpus mesmo com um agravo em recurso especial pendente, mas há algumas nuances. O habeas corpus não pode ser usado como substituto de recursos, mas pode ser admitido para proteger diretamente a liberdade de locomoção ou se o pedido for diverso do recurso principal e tiver impacto na liberdade do paciente

A alternativa B está incorreta, pois a discussão sobre vícios processuais, especialmente os sanáveis, pode ser postergada até a sentença, a menos que haja uma nulidade absoluta ou a necessidade de correção imediata para evitar prejuízos maiores ao processo.

A alternativa C está incorreta, pois a manifestação prévia do Ministério Público não é indispensável neste caso.

A alternativa D está correta, em matéria penal, a fungibilidade recursal, que permite o aproveitamento de um recurso interposto erroneamente como se fosse o recurso adequado, pode ser aplicada em algumas situações, mas não em todas. A regra geral é que, havendo erro grosseiro ou expressa previsão legal de um recurso específico, a fungibilidade não se aplica. No entanto, habeas corpus não é um recurso, mas uma ação autônoma de impugnação.

QUESTÃO 117. Sobre medidas cautelares pessoais, é correto afirmar:

a) Em caso de prisão em flagrante, pode o juiz, de ofício, decretar/converter a prisão para garantia da ordem pública, quando cabível, independentemente de representação da autoridade policial ou de requerimento do MP.

b) Em razão do princípio acusatório, não pode o juiz impor medidas cautelares pessoais de ofício na fase de processo.

c) Lei e jurisprudência dominante não admitem a manutenção da prisão preventiva, se não houver fundamentação judicial depois de 90 (noventa) dias de sua decretação.

d) Nos crimes considerados inafiançáveis ou quando não for cabível a fiança, dada a natureza grave de tais delitos, não caberá também a liberdade provisória sem fiança.

Comentários

A alternativa correta é a letra B. A questão versa sobre prisão.

A assertiva A está incorreta, pois o juiz não pode, de ofício, decretar ou converter a prisão em flagrante em prisão preventiva para garantia da ordem pública, mesmo que cabível. A Lei 13.964/2019 (Pacote Anticrime) alterou o Código de Processo Penal e vedou essa prática, exigindo provocação do Ministério Público ou representação da autoridade policial para a decretação da preventiva.

A alternativa B está correta, pois em razão do princípio acusatório, o juiz não pode impor medidas cautelares pessoais de ofício na fase processual. O princípio acusatório exige que a iniciativa de aplicação de medidas cautelares seja do Ministério Público ou do ofendido, com o juiz atuando como um terceiro imparcial na análise da necessidade e adequação da medida.

A alternativa C está incorreta, pois, segundo STJ, a determinação do Código de Processo Penal (CPP) para que seja feita uma revisão, a cada 90 dias, da necessidade de manter a prisão preventiva é imposta apenas ao juiz ou ao tribunal que decretou a medida. Com esse entendimento, a Sexta Turma, por unanimidade, negou habeas corpus em que a defesa pediu a revogação da prisão preventiva ao argumento de que o seu cliente estaria encarcerado há mais de um ano por causa do descumprimento da regra do CPP.

A alternativa D está incorreta, pois cabe a liberdade provisória nos crimes inafiançáveis.

QUESTÃO 118. Assinale a única alternativa correta:

(a) Em caso de descumprimento de medida cautelar, poderá o juiz decretar até a prisão preventiva, independentemente da natureza do crime imputado ou investigado.

b) A prisão temporária também pode ser decretada nos casos de investigação de pertencimento a organização criminosa.

c) A liberdade provisória, com ou sem fiança, não constitui direito subjetivo do aprisionado, na medida em que se trata de restrições de direitos impostas pela Lei e pelo Estado.

d) A prisão pelo risco abstrato de reiteração criminosa não constitui afronta ao princípio da não culpabilidade.

Comentários

A alternativa correta é a letra A. A questão versa sobre prisão e medida cautelar diversa da prisão.

A assertiva A está correta, pois o juiz pode decretar a prisão preventiva em caso de descumprimento de medida cautelar, independentemente da natureza do crime, mas essa decisão deve seguir requisitos legais específicos. O descumprimento de medidas cautelares, como o comparecimento periódico em juízo ou a proibição de contato com determinadas pessoas, pode levar à revogação da liberdade provisória e à decretação da prisão preventiva, se presentes os requisitos do artigo 312 e 313 do Código de Processo Penal (CPP), como a garantia da ordem pública, conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal.

A alternativa B está incorreta, pois a prisão temporária não pode ser decretada nesse crime, eis que não está no rol do art. 1º da lei 7.960/89.

A alternativa C está incorreta, pois a liberdade provisória, com ou sem fiança, constitui direito subjetivo do aprisionado.

A alternativa D está incorreta, pois a prisão preventiva fundamentada no risco abstrato de reiteração criminosa, sem elementos concretos que indiquem a probabilidade efetiva de novos crimes, pode ser considerada uma afronta ao princípio da não culpabilidade, que garante que ninguém seja considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória.

QUESTÃO 119. Assinale a única alternativa incorreta:

- a) **Nos casos de citação por edital, não comparecendo o acusado ou seu defensor constituído, serão suspensos o processo e o prazo prescricional.**
- b) **A condenação em valores mínimos para a reparação de danos não é automática, dependendo de pedido na acusação.**
- c) **O número máximo de testemunhas a serem arroladas pelas partes se aplica a cada fato, separadamente.**
- d) **A revelia em processo penal tem efeitos reduzidos, relativamente àqueles impostos pelo processo civil**

Comentários

A alternativa correta é a letra A. A questão versa sobre citação e procedimento.

A assertiva A está incorreta, pois realmente em casos de citação por edital, se o acusado não comparecer e nem constituir defensor, o processo e o prazo prescricional serão suspensos, conforme o artigo 366 do Código de Processo Penal. Porém, a assertiva fala em defensor constituído, nesse caso não há falar em suspensão.

A alternativa B está correta, pois a condenação em valores mínimos para a reparação de danos em processos criminais não é automática; ela depende de um pedido expresso do Ministério Público ou do assistente de acusação na denúncia ou queixa, e também da prova do prejuízo sofrido pela vítima, conforme art. 387, inc. IV, do CPP.

A alternativa C está correta, pois o número máximo de testemunhas a serem arroladas pelas partes, geralmente 8 no processo penal comum e 5 no sumário, aplica-se a cada fato individualmente, e não ao total da ação.

A alternativa D está correta, a revelia em processo penal tem efeitos mais reduzidos em comparação com o processo civil. No processo penal, a revelia do réu, ou seja, sua não participação no processo, não acarreta a presunção de veracidade dos fatos alegados pela acusação, como ocorre no processo civil.

QUESTÃO 120. Em processo penal é correto afirmar:

a) Quando não reconhecer sua competência de jurisdição, pode o Tribunal estadual anular decisão de juiz federal que afirma a sua incompetência material e remeter o processo àquele órgão de jurisdição.

b) Quando não for unânime e for desfavorável ao réu o julgamento de apelação em relação à parte do recurso, cabe a interposição de embargos infringentes, devendo a parte, porém, manejar os recursos da via extraordinária em relação à matéria unânime.

c) A oposição de embargos declaratórios no tribunal pela acusação não interrompe o prazo do Resp para a defesa que não os opôs.

d) O Superior Tribunal de Justiça tem competência Jurisdicional em relação às decisões das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Criminais, consideradas, assim, como Tribunais de segundo grau.

Comentários

A alternativa correta é a letra B. A questão versa sobre competência e recurso.

A alternativa A está incorreta, pois o Tribunal de Justiça estadual pode anular a decisão de um juiz federal que se declara incompetente e remeter o processo para o órgão competente, que no caso seria o juízo federal. A decisão de um juiz que reconhece sua própria incompetência não é definitiva, e cabe ao tribunal competente, em caso de conflito de competência, definir qual juízo possui a atribuição para julgar o caso

A alternativa B está correta, pois em casos de julgamento de apelação não unânime e desfavorável ao réu, em relação à parte do recurso, a interposição de embargos infringentes é o recurso cabível para buscar a reforma da decisão em relação à matéria objeto da divergência. No entanto, para a parte unânime do recurso, devem ser manejados os recursos da via extraordinária, como o recurso especial, se cabível.

A alternativa C está incorreta, pois a oposição de embargos de declaração pela acusação interrompeu o prazo para a interposição de recursos, incluindo o Recurso Especial (REsp), por ambas as partes, mesmo para aquela que não os opôs.

A alternativa D está incorreta, pois o Superior Tribunal de Justiça (STJ) não tem competência para julgar recursos contra decisões das Turmas Recursais dos Juizados Especiais, pois estas são consideradas tribunais de segundo grau no contexto dos Juizados Especiais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esperamos que tenham gostado do material.

Bons estudos!

Para qualquer dúvida, crítica ou sugestão, entre em contato pelos seguintes canais:



E-mail: yasmin.ushara@estrategia.com / thiago.carvalho@estrategia.com



Instagram: [estrategiacarreiraJuridica](https://www.instagram.com/estrategiacarreiraJuridica) / [yasminushara](https://www.instagram.com/yasminushara)